



**Camilla de Azevedo Pereira**

**“Nós não somos os erros da guerra, apenas seres humanos”  
A representação das crianças nascidas de estupro em contextos de  
guerra como um problema de segurança internacional**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Departamento de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Paula Drumond Rangel Campos  
Coorientadora: Jana Tabak

**Rio de Janeiro,  
Setembro de 2022**



**Camilla de Azevedo Pereira**

**“Nós não somos os erros da guerra, apenas seres humanos”  
A representação das crianças nascidas de estupro em contextos de  
guerra como um problema de segurança internacional**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Departamento de Relações Internacionais da PUC-Rio.  
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Profa. Paula Drumond Rangel Campos**

Orientadora e Presidente da Banca  
Departamento de Relações Internacionais – PUC-RIO

**Profa. Jana Tabak**

Coorientadora  
Departamento de Relações Internacionais – UERJ

**Profa. Máira Siman Gomes**

Departamento de Relações Internacionais – PUC-RIO

**Profa. Natália Maria Félix de Souza**

Departamento de Relações Internacionais – PUC-SP

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e das orientadoras.

### **Camilla de Azevedo Pereira**

Graduou-se em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2019 e em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2020. Foi bolsista de iniciação científica (PIBIC) e de monitoria em ambas as graduações. É cofundadora do Grupo de Estudos sobre Infância em Relações Internacionais (GeiRI), criado em 2021. Atualmente é analista do Instituto de Segurança Pública (ISP), onde atua como revisora dos documentos da instituição, editora-chefe da Revista Cadernos de Segurança Pública e representante do Instituto no Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro do UNICEF na ALERJ. Seus interesses de pesquisa concentram-se em: estudos sobre infância, crianças nascidas de estupro em conflitos, violência sexual em conflitos, violência contra crianças e adolescentes, segurança internacional.

### **Ficha Catalográfica**

Pereira, Camilla de Azevedo

“Nós não somos os erros da guerra, apenas seres humanos”: a representação das crianças nascidas de estupro em contextos de guerra como um problema de segurança internacional / Camilla de Azevedo Pereira; orientadora: Paula Drumond Rangel Campos; coorientadora: Jana Tabak. – 2022.

167 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2022.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Crianças nascidas de estupro. 3. Representação. 4. Segurança internacional. 5. Estupro. 6. Infância. I. Campos, Paula Drumond Rangel. II. Tabak, Jana. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

A todas as crianças, muitas hoje em dia já adultas, nascidas fruto do estupro em guerras, que minhas palavras ajudem a potencializar o alcance de suas histórias e suas lutas por reconhecimento.

## Agradecimentos

A Deus, por sempre ter iluminado meus pensamentos e caminhos. A meus pais, Claudia e Luís Fernando, por serem os meus maiores incentivadores. A Nelson e Miriam, meus padrinhos, por estarem aqui sempre que eu precisei. Aos quatro, obrigada por todo carinho, amor e apoio, e por sempre quererem o meu melhor.

A Paula Drumond e Jana Tabak, minhas orientadoras. Obrigada por terem dividido este processo e por sempre compartilharem comigo o robusto conhecimento que vocês têm. Agradeço também às professoras Maíra Siman e Natália Félix por aceitarem compor a banca e dedicarem seu tempo para debater as ideias escritas neste trabalho.

A todos os professores do IRI/PUC-Rio, obrigada por todos os ensinamentos dentro e fora da sala de aula e por comporem um departamento tão competente. A turma de Mestrado de 2020 – Marina, Raphael, Pedro, Kaio, Maria, Rafaela, Julia, Mateus, Nycolas, Maynara e Victor – obrigada pelos dois anos. Agradeço também a Lia, por esclarecer todas as minhas dúvidas sempre que precisei.

A Carol, parceira de artigos e de jornada, obrigada por estar comigo desde a graduação; um futuro brilhante nos espera. E a Bruna, obrigada por ter fundado comigo o GeiRI ano passado, pois ter tido a oportunidade de conhecer pessoas interessadas neste assunto me faz acreditar que estamos no caminho certo.

A todos os membros do Grupo de estudos sobre infância nas Relações Internacionais (GeiRI Brasil), pelos ricos debates que auxiliaram nas reflexões empreendidas neste trabalho.

Ao Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, agradeço por todas as oportunidades que tive e ainda tenho. Emmanuel, Leo e Matheus, obrigada por serem chefes tão atenciosos. Elisângela, obrigada pela amizade e por todos os ensinamentos. Minha rota de fuga – Thiago, Carol, Taís, Bia, Nathalya e Ricardo – obrigada pelos momentos de descontração. Diego, Erick, André, Carlos, Vanessa, e todos os demais, obrigada por tornarem o ambiente de trabalho tão leve e agradável.

A Gabriel, por seus conselhos, carinho, apoio e compreensão, que foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por todas as risadas e abraços.

Aos amigos da vida – Evelyn, Leo, Yara, Cris, Michelle, Deborah, Carol, Caio, Bia, Gi, Louise e demais – obrigada por se fazerem presentes mesmo em meio a distância.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Resumo

PEREIRA, Camilla de Azevedo; CAMPOS, Paula Drumond Rangel; TABAK, Jana. **“Nós não somos os erros da guerra, apenas seres humanos”: A representação das crianças nascidas de estupro em contextos de guerra como um problema de segurança internacional.** Rio de Janeiro, 2022. 167f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação tem como objetivo discutir a relação entre infância, estupro e representação das crianças nascidas de estupro em contextos de guerra no cenário internacional. Mais especificamente, o objetivo central é entender as razões pelas quais saímos da invisibilização da existência de crianças nascidas de estupro na política internacional para a sua construção discursiva como um problema de segurança que merece atenção internacional. Por meio da análise de documentos das organizações que compõem o Sistema ONU, demonstramos que o reconhecimento dessas crianças como vítimas que necessitam da atenção internacional é derivado da evolução do debate do estupro como arma de guerra na política internacional, sobretudo com os genocídios de Bósnia (1992-1995) e Ruanda (1994). Desse modo, como o próprio acrônimo sugere, esse grupo tem seu reconhecimento vinculado ao estupro, e não pelas marginalizações que sofrem enquanto indivíduos vitimados por um conflito. Além disso, o fato do termo crianças nascidas de estupro se aplicar a pessoas em qualquer idade faz com que esses indivíduos tenham sua agência limitada, uma vez que as construções sociais acerca da infância colocam a criança como vulnerável, dependente e com capacidade reduzida de exprimir suas demandas. O arcabouço teórico pós-estruturalista adotado nessa pesquisa nos permite examinar como as representações sociais e culturais desse grupo excluem uma série de outros indivíduos nascidos de estupro fora de contextos de conflito.

## Palavras-chave

crianças nascidas de estupro; representação; segurança internacional; estupro; infância.

## Abstract

PEREIRA, Camilla de Azevedo; CAMPOS, Paula Drumond Rangel; TABAK, Jana. **“We are not the mistakes of war, but only human beings”: The representation of children born of wartime rape as an international security problem.** Rio de Janeiro, 2016. 167f. MSc. Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The dissertation discusses the relationship between childhood, rape and representation of children born of rape in wartime rape in the international scenario. The main purpose is to understand the reasons why we left the invisibility of the existence of children born of wartime rape in International Politics to its discursive construction as a security problem that deserves international attention. Through the analysis of documents from the organizations that make up the UN System, we demonstrate that the recognition of these children as victims who need international attention is derived from the evolution of the debate on rape as a weapon of war in International Politics, especially with Bosnian (1992-1995) and Rwandan (1994) genocides. In this way, as the acronym itself suggests, this group's recognition is linked to rape, and not to the marginalization they suffer as individuals victimized by a conflict. In addition, the fact that the term children born of wartime rape applies to people of any age means that these individuals have limited agency, since social constructions about childhood place the child as vulnerable, dependent and with a reduced ability to express themselves their demands. The poststructuralist theoretical framework adopted in this research allows us to examine how the social and cultural representations of this group exclude a series of other individuals born of rape outside conflict contexts.

## Keywords

children born of wartime rape; representation; international security; rape; childhood.

# Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>12</b>
1.1. Justificativa teórica.....	16
1.2. Pergunta de pesquisa e hipótese .....	19
1.3. Metodologia e estrutura da dissertação .....	20
 <b>2. Representação e crianças nascidas de estupro em contextos de guerra.....</b>	<b>24</b>
2.1. O conceito de representação na teoria pós-estruturalista .....	25
2.2. Crianças nascidas de estupro em contextos de guerra .....	29
2.3. Os genocídios de Bósnia e Ruanda: jogando luz sobre o fenômeno das crianças nascidas de estupro .....	40
2.3.1. Bósnia (1992-1995) .....	41
2.3.2. Ruanda (1994).....	53
2.4. Considerações finais.....	61
 <b>3. A violência sexual como um problema de segurança na política internacional.....</b>	<b>63</b>
3.1. Violência sexual em conflitos .....	64
3.1.1. As teorias acerca do estupro em guerras .....	65
3.1.2. O conceito de estupro genocida .....	73
3.2. A evolução da violência sexual na política internacional .....	79
3.3. A construção discursiva da violência sexual como um problema de segurança internacional.....	94
3.4. Considerações finais.....	101
 <b>4. Representando as crianças nascidas de estupro como um problema de segurança internacional .....</b>	<b>102</b>
4.1. A infância na política internacional: considerações gerais.....	104
4.2. A representação das crianças nascidas de estupro como um problema de segurança na política internacional: considerações sobre os documentos da ONU .....	117



4.3. Relacionando crianças nascidas de estupro, infância e estupro como arma de guerra: limitações do discurso.....	133
4.4. Considerações finais.....	140
<b>5. Conclusão.....</b>	<b>142</b>
<b>6. Referências bibliográficas.....</b>	<b>148</b>
<b>7. Anexos.....</b>	<b>167</b>

## **Lista de figuras e quadros**

### **Quadros**

**Quadro 1** – Nomes dados às crianças nascidas de estupro nos diferentes contextos em que este fenômeno se manifestou – séculos XX e XXI ..... 34

**Quadro 2** – Tipos de perdas e impactos para as vítimas de Violência Sexual em Conflitos ..... 71

### **Figuras**

**Figura 1** – Dimensões e contextos que influenciam o desenvolvimento da vida das crianças nascidas da guerra.....37

*I am ready to share my experience anywhere in the world. With my voice, I will break silence and show the world how these children live. You know what? I do not want to be the part of status quo that allowed us to go through and keep going through this kind of stigmatization and discrimination. I am a woman, a daughter and a human rights activist. A young person who believes in equal society and fights for removing systematically imposed and socially created labels.*

Ajna Jusic, criança nascida de estupro no genocídio bósnio e fundadora da *Forgotten Children of War Association*. Ted Talks, 2022.

# 1.

## Introdução

“Crianças nascidas de estupro em contextos de guerra existem, e muitas vezes morrem, nas margens do já marginal” (MCEVOY-LEVY, 2007, p.149, tradução nossa).

A frase que abre essa dissertação já evidencia nosso propósito com este trabalho. Essas crianças, assim como o fenômeno que as origina – a violência sexual em conflitos – não são novos, porém, somente nas últimas décadas este fato passou a chamar a atenção da comunidade internacional. O alto número de mulheres estupradas nos genocídios bósnio e ruandês nos anos 1990, números que chegam a 500.000 vítimas<sup>1</sup>, jogaram luz sobre este problema (HAMEL, 2016). Com isso, uma série de ações voltadas para a proteção e prevenção deste tipo de violência contra mulheres e meninas foram empreendidas, inclusive, a criminalização do estupro como arma de guerra (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008)<sup>2</sup>. Apesar do envolvimento assíduo das comunidades acadêmica e internacional para com as mulheres vítimas de violência em conflitos armados, as crianças nascidas de estupro permaneceram, até recentemente, completamente silenciadas no discurso.

As crianças nascidas de estupro são “pessoas de qualquer idade, concebidas como resultado de relações sexuais violentas, coercitivas ou exploradoras em zonas de conflito” (CARPENTER, 2007, p.3, tradução nossa). Na maioria dos casos, elas são crianças que têm um dos pais (geralmente a mãe) que é membro da comunidade

---

1- É importante lembrar que, devido a vergonha e ao medo de serem rechaçadas em suas comunidades, muitas mulheres não revelam que foram vítimas de estupro, o que faz com que este número, apesar de muito expressivo, seja bastante subnotificado.

2- Resolução 1820 (2008) do Conselho de Segurança da ONU, sobre a qual falaremos com maiores detalhes no Capítulo 3, ao discutirmos a construção discursiva do estupro como um problema de segurança na política internacional.

local, e o outro (geralmente o pai), que faz parte de um exército estrangeiro ou força de manutenção da paz (MITREUTER et al, 2019).

De acordo com o *War and Children Identity Project*<sup>3</sup>, há, atualmente, cerca de 500.000 crianças nascidas de estupro ao redor do mundo (WCIP, 2021), número ainda bastante subnotificado, uma vez que muitas crianças não sabem de sua verdadeira identidade ou tem vergonha de admiti-la por medo de estigma e ostracização. Nos anexos da dissertação, apresentamos uma estimativa de crianças nascidas de estupro nos contextos nos quais este fenômeno foi identificado nos séculos XX e XXI.

Sabine Lee e Heide Glaesmer (2021, p.12) mostram que as crianças nascidas de estupro correm o risco de violência, abuso, abandono, discriminação e marginalização dentro de suas próprias famílias e comunidades ao longo de seu crescimento. Além disso, tendem a crescer na pobreza, por terem menos acesso aos recursos da comunidade, a proteção familiar e atividades de educação ou subsistência (ROHWERDEN, 2019). Essas experiências podem resultar em uma série de traumas, e as estigmatizações vivenciadas por este grupo perduram por muito tempo após o “fim formal” da guerra da qual suas mães foram vítimas. Portanto, percebemos que essas crianças se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade no pós-conflito e que, até pouco tempo, eram completamente silenciadas no discurso político internacional.

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu o dia 19 de junho como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflitos (A/RES/69/293). Seu objetivo era de aumentar a conscientização sobre a

---

3- De acordo com o projeto, “ao longo da história, provavelmente sempre houve crianças nascidas durante e depois de conflitos e guerras em que o pai foi membro de um inimigo, aliado ou força de manutenção da paz e a mãe uma cidadã local. Embora existam informações de equipes de pesquisa, organizações, indivíduos etc. que se preocuparam com este tópico, ainda há uma grande lacuna na informação e no conhecimento. O objetivo desta rede de pesquisa interdisciplinar e internacional sobre crianças nascidas da guerra (CBOW) visa, portanto, preencher essa lacuna:

- Coleta de dados e informações sobre crianças nascidas de guerra ao longo do tempo e nações e, assim, amplia a base de evidências.
- Reunir resultados de pesquisas, literatura, pesquisas em andamento sobre crianças nascidas da guerra e promover projetos de pesquisa colaborativa sobre o tema.
- Desenvolvimento de recomendações de melhores práticas para garantir os direitos das crianças nascidas da guerra em cooperação com ONGs e organizações governamentais.
- Desenvolver terapias médicas com foco nas necessidades especiais de crianças nascidas da guerra” (WAR AND CHILDREN IDENTITY PROJECT, 2021, n.p., tradução nossa).

Para mais informações, consultar: <https://www.childrenbornofwar.com/>. Último acesso em novembro de 2021.

necessidade de acabar com a violência sexual em conflitos. O seu terceiro encontro anual, em 2018, teve como tema “A situação e os direitos das crianças nascidas da guerra”, no qual o então Secretário Geral da ONU (António Guterres) afirmou que as Nações Unidas estão prontas para “trabalhar com governos, sociedade civil, líderes tradicionais e religiosos e todos os parceiros para apoiar crianças nascidas de estupro de guerra e mães, e para apoiar aqueles que intervêm junto a essas pessoas e em seu nome” (UNITED NATIONS, 2018, tradução nossa).

No ano seguinte, em abril de 2019, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 2467, como parte da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS)<sup>4</sup>. Nela, as crianças nascidas de estupro eram reconhecidas, pela primeira vez, como um grupo particular de vítimas (DI EUGENIO, 2020, p.1). A resolução reconhece essas crianças como detentoras de direitos que sofrem danos relacionados, porém distintos, de suas mães, vítimas da violência sexual que as originou, e conclamou “os Estados a reconhecerem na legislação nacional os direitos iguais de todos os indivíduos afetados pela violência sexual em conflitos armados, incluindo mulheres, meninas e crianças nascidas de violência sexual em conflitos armados” (Ibid., p.2, tradução nossa).

No relatório anual do Secretário Geral da ONU sobre o ano de 2020, que foi marcado pela pandemia global do vírus da Covid-19<sup>5</sup>, as crianças nascidas de estupro foram mencionadas no parágrafo 8º. Nele, foi falado sobre o apoio fornecido pela instituição por meio de um fundo fiduciário de múltiplos parceiros, que, entre 2009 e 2019, apoiou 52 projetos em 16 Estados afetados por conflitos, bem como iniciativas regionais e globais. De acordo com o relatório, o fundo apoia “a prestação de serviços abrangentes para sobreviventes e para crianças nascidas de estupros durante a guerra e abordando as causas estruturais” (UNITED NATIONS, 2021, p.4, tradução nossa).

Entre julho de 2018 e fevereiro de 2020, o Representante Especial sobre Violência Sexual em Conflitos assinou acordos de cooperação com o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher e o Comitê dos Direitos da Criança,

---

4- No capítulo 3, falaremos com mais detalhes sobre a Agenda e as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que advieram dela.

5- Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia mundial da Covid-19, doença causada pelo vírus Sars-Cov-2, devido a sua rápida disseminação geográfica. Para mais informações, consultar: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Último acesso em janeiro de 2022.

que resultou em uma declaração conjunta de ambos os comitês, lançada em 19 de novembro de 2021. Nela, foram descritas as obrigações dos Estados signatários sobre ambas as convenções com relação às sobreviventes que engravidaram consequência do estupro em conflitos e as crianças nascidas desta violência.

Consequência desta declaração e da Resolução 2467, foi lançado, em 31 de janeiro de 2022, o relatório do Secretário-Geral da ONU sobre mulheres e meninas que engravidam resultado da violência sexual em conflitos e as crianças nascidas desta violência, cujo título em inglês é “*Women and girls who become pregnant as a result of sexual violence in conflict and children born of sexual violence in conflict*”. O relatório especifica as necessidades de mulheres e meninas que engravidam vítimas de violência sexual em conflitos e das crianças nascidas de estupro, além de realizar uma série de recomendações para o Conselho de Segurança e os Estados-membros.

Esses esforços muitos recentes, portanto, denotam uma mudança no discurso acerca das crianças nascidas de estupro no cenário internacional. Ou seja, passamos de um quadro no qual esse grupo era apenas uma “nota de rodapé” do conflito (WATSON, 2007), para uma série de ações a nível internacional voltadas para este grupo. Por esta razão, esta dissertação tem como objetivo geral *entender as razões pelas quais saímos da invisibilização da existência de crianças nascidas de estupro na política internacional para a sua construção discursiva como um problema de segurança que ameaça à paz internacional*.

A partir daí, dividimos entre os seguintes objetivos específicos: (i) entender como as crianças nascidas de estupro são representadas discursivamente nos contextos nos quais este fenômeno foi identificado e quais consequências advém disso; (ii) investigar como a violência sexual foi construída discursivamente como uma ameaça à paz e a segurança na política internacional e quais avanços e fronteiras foram colocados nesta discussão; e (iii) compreender como as crianças nascidas de estupro passaram a ser representadas como um problema de segurança internacional e quais as conexões desse processo com os debates sobre estupro como arma de guerra e infância.

Com isso, a pesquisa visa entender como passamos de um silenciamento político internacional deste grupo, sobretudo a partir dos anos 1990 (período no qual a temática da violência sexual em conflitos passou a incorporar os debates internacionais em decorrência da violência sistemática e em larga escala empregada

nos genocídios de Bósnia e Ruanda), para um processo recente (mais especificamente, a partir de 2017) de reconhecimento desse grupo como uma ameaça à paz e a segurança internacionais. Por isso, é importante compreendermos a relação deste processo com os debates sobre estupro e infância, de modo a reconhecer as exclusões e limitações ocorridas.

## 1.1.

### Justificativa teórica

A abertura epistemológica, metodológica e ontológica proporcionada pelo final da Guerra Fria na disciplina de Relações Internacionais fez com que novas correntes teóricas que olhassem para além dos atores tradicionais – o Estado – emergissem. No âmbito da política internacional, por sua vez, esse momento representou a entrada de novos atores e novas formas de se engajar em conflitos armados, as chamadas “novas guerras”<sup>6</sup> (KALDOR, 2014). As abordagens tradicionais, assim, não são suficientes para explicar a eclosão de novos conflitos identitários, tornando necessária a inserção de novas perspectivas e conceitos que fossem capazes de entender tais transformações. Por isso, a abordagem dessa pesquisa se enquadra no debate pós-positivista das Relações Internacionais, que se atenta para a importância de não tomarmos as identidades como fixas/estáveis, e sim, como fruto de construções sociais, como é o caso das crianças nascidas de estupro.

Nos estudos sobre Segurança Internacional, os estudos tradicionais passaram por um processo de alargamento e aprofundamento. Como aponta Tanno (2003), “a incapacidade do realismo em prever o fim da Guerra Fria fortaleceu seus críticos. Rapidamente, tais questionamentos alcançaram os estudos de segurança internacional incentivando a formulação de novas propostas teóricas” (TANNO, 2003, p.48). Desse modo, o alargamento consistia na expansão dos estudos de

---

6- De acordo com a autora, as Novas Guerras seriam uma forma de elucidar a lógica da guerra contemporânea, que ao contrário dos antigos conflitos, contam agora com novos atores, objetivos métodos e formas de financiamento. Com relação aos atores, as novas guerras não se dão somente apenas entre Estados, mas também por grupos paramilitares, segurança privada terroristas, crianças-soldado, entre outros. As guerras atuais seriam travadas em nome da identidade, e não mais por interesses geopolíticos ou ideologias. Além disso, as guerras não ocorrem mais em um território pré-determinado; um dos focos atuais é o controle da população, fazendo com que haja deslocamentos populacionais em massa. Por fim, o financiamento das velhas guerras era feito pelos Estados, e, atualmente, novas formas de financiamento privado predatório incluem pilhagem e pilhagem, "tributação" da ajuda humanitária, apoio da diáspora, sequestro ou contrabando de petróleo, diamantes, drogas, pessoas, etc. passaram a ser usadas.



segurança para outras áreas além do setor militar, pois entendia-se que esses campos também representavam um perigo à sobrevivência do Estado, a saber: militar, político, econômico, societal e ambiental (BUZAN, 1983). Isso significa dizer, portanto, que há cinco formas de segurança pautadas nestes setores.

O processo de aprofundamento, por sua vez, foi tratado por diversos autores da virada crítica (feministas, estudos para a paz etc.), e visava questionar a supremacia do Estado como único objeto de referência da segurança. Isto é, há outros atores, para além do Estado e do Sistema Internacional que se encontra acima dele, que estão ameaçados e, assim, necessitam de igual proteção frente a tais ameaças a sua segurança. Com isso, grupos vulneráveis, como minorias étnicas, imigrantes, vítimas de violência sexual, entre outros, também passam a ser vistos como objetos de referência (WILLIAM, 2003, p.512-513).

Ao entender que a construção e formação das identidades e relações sociais influenciam na segurança de determinados grupos, a teoria pós-estruturalista mostra como as práticas de representação de alguns grupos são articuladas discursivamente de modo a (re)produzir as identidades dos sujeitos (HANSEN, 2006). Conforme detalharemos no capítulo seguinte, o pós-estruturalismo aponta as consequências políticas de adotar um modo de representação ao invés de outro, o que, por sua vez, pode acarretar na construção de um determinado grupo como um problema de segurança (CAMPBELL, 2013). Por meio da construção da identidade do “outro” em oposição a identidade do “eu”, a dissertação se propõe a investigar como as crianças nascidas de estupro – vistas como o “outro” que deve ser excluído nos contextos nos quais são identificadas – passam a ser entendidas como o “outro” que deve ser assimilado, de modo a não representarem uma ameaça à segurança internacional.

Em meio a este debate, os estudos sobre a infância ganham espaço e relevância na disciplina para problematizar a marginalização da criança e da infância na política internacional e nos estudos de segurança. As crianças, assim, foram assumidas como indivíduos que estão fora dos epicentros de poder das RI, tendo suas atividades ocupando posições largamente inferiores na esfera pública, ou ficando completamente relegadas ao ambiente privado (WATSON, 2006, p.242). Desse modo, a construção tradicional e ocidental da infância como um período marcado pela espera do futuro, isto é, de se tornar adulto, restrito aos espaços da escola, do lazer e da família, faz com que outras infâncias, como é o caso das crianças nascidas de estupro, escapem deste ideal, pois:

um bebê da guerra não pode ser conceituado simplesmente como outra criança afetada pelo conflito, porque o próprio ato que a criou é parte desse conflito. Por esta razão, não é suficiente simplesmente situar os bebês da guerra dentro de uma estrutura padrão de direitos da criança, porque o lugar que os bebês de guerra ocupam em um ambiente pós-conflito é baseado no próprio ato de estupro de guerra e na resposta da mãe a ele (WATSON, 2007, p.23, tradução nossa).

Nesse sentido, os estudos sobre infância nos auxiliam a entender como crianças que escapam deste modelo tradicional de infância são excluídas ou marginalizadas no discurso internacional, por serem consideradas uma ameaça ao futuro – não só das demais crianças, mas, também, dos próprios adultos (COOK, 2009). Portanto, a dissertação busca apontar como esta conceituação teórica e social da infância fez com que Organizações Internacionais, como ONU e UNICEF, silenciaram as crianças nascidas de estupro dentro de sua agenda sobre infância, e quais os impactos disso para o reconhecimento deste grupo como vítimas afetadas pelo conflito, que, conforme argumentaremos, foi subordinado a discussão sobre estupro como arma de guerra, e, por isso, vistos como um “efeito colateral” de suas mães.

Por tratarmos de crianças nascidas de estupro, o trabalho também traz contribuições das teorias feministas acerca do debate sobre violência sexual em conflitos. Esses estudos nos ajudam a entender as construções de gênero que informam as dinâmicas dos conflitos, inclusive, os episódios de violência sexual, nos quais mulheres e meninas são vistas como principais alvos (TICKNER, 1992). É importante ressaltar que o trabalho reconhece que homens e meninos também são afetados por essa forma de violência, porém, para fins dessa pesquisa, vamos nos restringir aos estupros praticados contra meninas e mulheres pois os mesmos podem ocasionar em gravidez forçada e, conseqüentemente, no nascimento de crianças nascidas de estupro. Dessa forma, este trabalho busca ressaltar como as contribuições feministas foram relevantes para o avanço do debate sobre violência sexual em conflitos e estupro como arma de guerra, e qual sua relação com a discussão sobre as crianças nascidas de estupro.

Por esta razão, a pesquisa realizará um debate entre a literatura pós-estruturalista, os estudos sobre a infância e as teorias feministas para compreender como as crianças nascidas de estupro passaram a ser representadas no debate internacional como vítimas a partir do avanço da agenda sobre violência sexual em conflitos, que possibilitou olhar para as conseqüências a longo prazo desse ato, como é o caso dessas crianças. Nosso objetivo não é, de nenhum modo, hierarquizar os direitos de

mulheres e crianças afetados pelo estupro, mas sim, mostrar como a associação entre ambos os grupos leva a um choque entre os direitos das mulheres vítimas de estupro e das crianças decorrentes deste ato, o que impede que os direitos dessas crianças sejam efetivamente implementados. Em decorrência disso, nos dedicaremos a mostrar as limitações presentes no discurso dessas organizações ao optar por juntar ambas as agendas.

## 1.2.

### Pergunta de pesquisa e hipótese

Tendo em mente o recente processo de reconhecimento internacional da existência das crianças nascidas de estupro como vítimas do conflito e as marginalizações sofridas pelas mesmas, a dissertação tem como norte a seguinte pergunta de partida: *Como as crianças nascidas de estupro são (re)produzidas como um problema de segurança internacional e quais as invisibilizações, em termos de políticas, isso traz?*

Buscaremos argumentar, ao longo dessa pesquisa, que o debate sobre crianças nascidas de estupro como vítimas do conflito só foi possível devido aos avanços no debate sobre estupro como arma de guerra dentro da ONU, sobretudo através da Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Essa conexão entre ambos os assuntos faz com que essas crianças tenham seu reconhecimento atrelado a suas mães, o que faz com que grande parte de seus direitos não sejam garantidos, uma vez que o direito de mães e crianças vítimas de estupro podem entrar em conflitos. Dessa forma, visamos ressaltar que a necessidade de considerar ambas as agendas de modo separado, a fim de que ambos os grupos sejam contemplados no debate do pós-conflito.

A partir da análise de documentos de organizações que compõem o Sistema ONU, nossa hipótese é que *o debate sobre as crianças nascidas de estupro só passou a ser entendido como um problema de segurança internacional devido a evolução nas discussões sobre estupro como arma de guerra.*

Nesse sentido, o debate sobre estupro como arma de guerra e infância são essenciais para a construção de nossa hipótese. Abordar os debates sobre violência sexual e estupro dentro da agenda de organizações do Sistema ONU é importante para entendermos como esses arcabouços teóricos e normativos passaram a ampliar seu escopo de atuação e a considerar os efeitos a longo prazo do estupro, nesse caso,

as crianças nascidas de estupro, que apareceram, pela primeira vez, 19 anos após a criação da agenda. Ao mesmo tempo, o debate sobre infância nas Relações Internacionais é relevante para ressaltarmos as limitações existentes na classificação desse grupo como “crianças” nascidas de estupro independente da faixa etária das mesmas. Ao utilizar o termo “criança” para se referir a esses indivíduos faz com que uma série de construções sociais que norteiam a infância sejam atreladas a esse grupo, fazendo com que alguns silenciamentos persistam.

Portanto, a presente pesquisa visa examinar como o estupro aparece como fator condicionante para que essas crianças apareçam no discurso dessas organizações, fazendo com que elas permaneçam ligadas à suas mães.

### 1.3.

#### **Metodologia e estrutura da dissertação**

Considerando os questionamentos trazidos pela pesquisa, realizaremos uma análise de conteúdo e de discurso, com base na literatura pós-estruturalista, marco teórico adotado nesta dissertação. Nesse sentido, nossa abordagem metodológica e epistemológica nos permite compreender as consequências políticas oriundas da articulação entre o material e o ideacional, campos co-constitutivos. Essa abordagem é importante para este trabalho pois

um discurso mantém um grau de regularidade nas relações sociais, ele produz precondições para a ação. Ela restringe como as coisas que compõem o mundo são ordenadas e, portanto, como as pessoas categorizam e pensam sobre o mundo. Ela restringe o que é pensado, o que é pensado como possível e o que é pensado como a “coisa natural” a ser feita em uma dada situação. Mas o discurso não pode determinar completamente a ação. Sempre haverá mais de um resultado possível. A análise do discurso visa especificar a largura de banda dos resultados possíveis (NEUMANN, 2008, p.62, tradução nossa).

Para realizar a pesquisa proposta, teremos como fonte de análise os documentos do Sistema ONU que tratam das crianças nascidas de estupro. Dessa forma, perceberemos como esse grupo é representado, ou seja, como saímos de um panorama no qual apenas as mulheres vítimas de estupro eram mencionadas para a inclusão de seus filhos como um grupo de vítimas afetado pelo conflito. Ao mostrarmos essas representações, iluminaremos a influência do debate sobre estupro como arma de guerra no cenário internacional para o reconhecimento dessas crianças por parte dessas organizações.

A fim de analisarmos tais representações, analisaremos todos os documentos – resoluções, relatórios, pesquisas – emitidos entre 2017 e 2022 pelas seguintes organizações da ONU: Conselho de Segurança, Ação das Nações Unidas contra a Violência Sexual em Conflitos Armados (*UN Action Against Sexual Violence in Conflict*), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*United Nations Development Programme*), e Comitês da Eliminação da Discriminação contra Mulheres (*Committee on the Elimination of Discrimination against Women – CEDAW*) e dos Direitos da Criança (*Committee on the Rights of the Child – CRC*). A escolha dessas organizações ocorreu pelo fato de as mesmas terem as crianças nascidas de estupro como foco dos relatórios analisados, o que permite, assim, com que análises sobre padrões de representação apresentados nestes documentos sejam feitas. Além disso, nos restringimos às organizações do Sistema ONU por entendermos a importância da organização na difusão das normas internacionais. Uma vez que estamos olhando para a representação internacional das crianças nascidas de estupro como problema de segurança, compreendemos a importância da ONU para estabelecer determinadas representações que impactam nas políticas nacionais dos governos nos quais este fenômeno foi/é observado.

Também serão incorporadas, em nosso estudo, livros e artigos acadêmicos de autores que fizeram trabalho de campo em países com crianças nascidas de estupro, como Bósnia (CARPENTER 2000, 2007, 2009, 2010; ERJAVEC; VOLČIĆ, 2010; HAMEL, 2016), Ruanda (NOWROJEE, 1996; MUKAGENDO, 2007; ERAMIAN; DENOVI, 2018; DENOVI; KAHN, 2019; BAINES; OLIVEIRA, 2020; DENOVI; PIOLANTI, 2020), Uganda (APIO, 2007; DENOVI; LAKOR, 2017; ATIM; MAZURANA; MARSHAK, 2018; PROVOST; DENOVI, 2019; DENOVI; VAN VLIET, 2020; STEWART, 2020; KICONCO, 2022), Iraque (MCGEE, 2020), Timor Leste (RIMMER, 2007), Haiti (LEE; BARTELS, 2019; VAHEDI; LEE; BARTELS, 2020), entre outros. Essas fontes serão capazes de nos mostrar, inclusive, o ponto de vista das próprias crianças nascidas de estupro acerca de sua situação de marginalização no pós-conflito a nível internacional, o que nos permite entender como as representações emuladas a âmbito nacional auxiliam na construção de políticas capazes de suprimir esta lacuna.

O recorte temporal desta análise será de 2018 a 2022. O início do recorte foi 2018 pois, dentre os documentos encontrados, o mais antigo data deste ano (o *Arria-formula Meeting on Children Born of Sexual Violence in Conflict Zones* do

Conselho de Segurança). O documento mais recente é de janeiro de 2022, ano de conclusão desta pesquisa, o relatório do Secretário-Geral da ONU *Women and girls who become pregnant as a result of sexual violence in conflict and children born of sexual violence in conflict*. Além disso, todos esses documentos tratam dos casos de crianças nascidas de estupro a partir dos anos 1990, ponto de partida para nossa reflexão a respeito da emergência do tema. Escolhemos essa data pois ela é marcada pelos genocídios bósnio e ruandês, aqui supracitados, que foram importantes para jogar luz sobre o fenômeno das crianças nascidas de estupro devido aos episódios de violência sexual sistemática em larga escala perpetrados nestes conflitos.

Tendo em vista a metodologia utilizada, a dissertação conta com quatro capítulos, para além desta introdução. No Capítulo 2, apresentaremos nosso objeto de estudo, as crianças nascidas de estupro. Nele, traremos o conceito de representação para a teoria pós-estruturalista, pois entendemos que este arcabouço teórico nos auxilia a conectar questões de identidade, violência, poder e discurso a representação desse grupo nos contextos nos quais são observados e internacionalmente. Por isso, o capítulo traz os genocídios de Bósnia e Ruanda, dois casos marcantes para o reconhecimento internacional – da mídia e de ONGs – da existência de crianças nascidas de estupro, pelas razões já mencionadas.

No Capítulo 3, discutiremos a construção discursiva da violência sexual – fenômeno que origina essas crianças – como um problema de segurança internacional. Assim, mostraremos como as correntes feministas definem os conceitos de “violência sexual em conflitos”, “estupro como arma de guerra” e “estupro genocida”, e como Bósnia e Ruanda representam pontos de virada para um novo entendimento jurídico internacional acerca desta violência. A partir disso, apontaremos a evolução no debate de Segurança Internacional acerca da violência sexual em conflitos e quais suas limitações.

O Capítulo 4 se propõe a discutir, com base nos documentos selecionados das organizações que compõem o Sistema ONU, como as crianças nascidas de estupro passaram de uma situação de invisibilização internacional para seu reconhecimento como vítimas do conflito. Aqui, apontaremos a relação da evolução deste debate com o progresso internacional da discussão sobre estupro (informada no capítulo anterior) e as limitações advindas disso. Também discutiremos as limitações existentes no próprio acrônimo que define o grupo – crianças nascidas de estupro –

tecendo sua relação com os debates sobre representação, infância e, também, sobre estupro.

Por último, dedicaremos um capítulo para as considerações finais. Nele, resumizaremos os principais pontos abordados ao longo desta dissertação e quais suas limitações, proporcionando futuras agendas de pesquisa.

## 2.

### **Representação e crianças nascidas de estupro em contextos de guerra**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o objeto de estudo principal deste trabalho: as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra. Para isso, dividimos nossa reflexão em três principais seções. Na primeira delas, discutiremos, com base em leituras pós-estruturalistas, o conceito de representação, importante para entendermos como a construção das identidades podem levar a políticas violentas de exclusão do “outro”, algo central quando tratamos de crianças nascidas de estupro.

Em seguida, trataremos com maior profundidade sobre esse grupo, ou seja, as definições acerca da categoria “crianças nascidas de estupro em contexto de guerra” e os impactos (físicos, econômicos, sociais, políticos e psicológicos) sofridos por elas em decorrência da condição de seu nascimento, delineando a situação de vulnerabilidade na qual se encontram.

Por fim, apresentaremos os dois principais casos a partir dos quais este fenômeno passou a atrair a atenção da comunidade internacional: os genocídios da Bósnia (1992-1995) e de Ruanda (1994), ressaltando como um fenômeno, que já existia em conflitos anteriores, passou a atrair especial atenção na política internacional. Esta discussão é importante para o debate que realizaremos no próximo capítulo, ao abordaremos especificamente do estupro como arma de guerra e da construção deste fenômeno como um problema de segurança internacional.

Portanto, entender quem são essas crianças e os contextos nos quais elas tornaram-se objeto de preocupação internacional é importante para que possamos compreender, no Capítulo 4, como elas, assim como estupro como arma de guerra, passaram a ser representados como um problema de segurança que demanda respostas internacionais.



## 2.1.

### O conceito de representação na teoria pós-estruturalista

Como mencionamos na introdução desta pesquisa, o final da Guerra Fria representou um processo de abertura epistemológica, metodológica e ontológica para a disciplina de Relações Internacionais. Com isso, tivemos a inserção de novos atores e pressupostos às teorias de Relações Internacionais, como é o caso de lentes de gênero, raça e pós-colonial, que constituem as teorias pós-positivistas. Essa corrente teórica, portanto, entendia que o Estado não era o único ator envolvido nos processos políticos, econômicos, sociais e de segurança no âmbito internacional, além de questionar o que entendemos pelo próprio conceito de Estado. Além dessa abertura, o pós-positivismo questionou os pressupostos elencados pelas teorias *mainstream*, ou seja, as teorias positivistas. A corrente positivista nas Ciências Sociais baseava-se na metodologia empregada nas Ciências Naturais (TICKNER, 1997; BUZAN & HANSEN, 2009, p.32). Assim, tinha como pressupostos a neutralidade, a objetividade e a cientificidade do pesquisador, conceitos que, por sua vez, foram questionados pelas teorias pós-positivistas, ao demonstrarem que o conhecimento é situado e, portanto, não é neutro, ou seja, a observação empírica está imbuída em valores do próprio pesquisador (COHN, 1987; BARKAWI & LAFFER, 2006; JABRI, 2013; HARDING, 2019).

O pós-estruturalismo, que surgiu em meio a este contexto, nos ajuda a entender como as identidades se rearticulam, de acordo com o contexto político (CAMPBELL, 2013). Por isso, uma vez que as crianças nascidas de estupro interseccionam questões referentes a identidade e violência, precisamos abordar o conceito de representação, que nos mostra o papel do discurso e da violência na formação de subjetividades. Dessa forma, esta seção se engajará com conceitos trabalhados por esta literatura, como identidade, violência, discurso, poder e conhecimento (DOTY, 1996; HANSEN, 2006), para que possamos entender como se dão as práticas de representação, sobretudo em discursos de segurança internacional, assunto que trataremos com maior profundidade nos dois capítulos subsequentes.

A teoria pós-estruturalista aponta que é por meio das práticas de representação que organizamos nosso entendimento acerca da realidade (HANSEN, 2006). Assim, a representação e suas práticas só adquirem significado por meio de discursos, que consistem em “uma série de representações e práticas específicas através

dos quais significados são produzidos, identidades constituídas, relações sociais estabilizadas e resultados políticos e éticos tornados mais ou menos possíveis” (CAMPBELL, 2013, p.234-235, tradução nossa).

Foucault, teórico do qual muitos autores pós-estruturalistas bebem, entende o discurso como

[uma] “reverberação” de uma verdade que nasce diante dos olhos do próprio sujeito. É visto como enunciados materialmente existentes, podendo ser escrito ou pronunciado, “são proposições que adquirem caráter de verdadeiras passando a constituir princípios aceitáveis de comportamento” (FOUCAULT apud FERNANDES 2013, p.19). O discurso pode ser visto ainda como um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT apud AZEVEDO, 2013, p. 156). Nessa perspectiva, as práticas discursivas caracterizam-se de algum modo como elo entre discurso (enunciações) e prática (práticas sociais dos sujeitos). Ao mesmo tempo, Foucault (2013) afirma que os discursos devem ser percebidos enquanto práticas descontínuas que por ora se cruzam, e por outras se ignoram ou se excluem. Foucault atesta ainda, que as imagens podem atuar tanto na materialização de discursos, assim como mecanismos de produção e funcionamento dos mesmos. Um ponto importante a se considerar, é que a noção de discurso em Foucault já é em si um acontecimento histórico. Todo discurso (verdadeiro) tem seu polo de produção, pois assim como nos afirma Foucault (2013) a produção discursiva não é feita de maneira aleatória, mas obedece aos interesses das instâncias e das relações de poder que a produz. Por ser um acontecimento, o discurso não é imaterial, pois materializa-se nas práticas sociais dos sujeitos e nestes produz efeitos.” (SILVA & JÚNIOR, 2016, n.p.).

Essa definição, portanto, nos mostra que o discurso não se resume apenas à fala ou atos concretos, mas também, a como todas as práticas sociais e culturais são práticas discursivas (DOTY, 1996). De acordo com Hansen (2006), a formação discursiva “pode ser definida como ‘um sistema de dispersão [sempre que] entre objetos, tipos de enunciados, conceitos ou escolhas temáticas’, que formam ‘uma regularidade, uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações’” (FOUCAULT, 1974, p.38 apud HANSEN, 2006, p.17, tradução nossa). Isso significa dizer, assim, que os fatos não trazem consigo respostas políticas automáticas, e, por isso, precisam ser localizados dentro de um discurso e lidos para ter um efeito particular nas práticas de representação e políticas que advém delas (Ibid, p.28). Dessa forma, o discurso nos permite entender “os modos de representação que dão origem aos sujeitos das Relações Internacionais e constituem o domínio ao qual a teoria das RI supostamente está apenas respondendo” (CAMPBELL, 2013, p.236, tradução nossa).

Nessa linha, e muito pautados no conceito de “regime de verdade” de Foucault – definido pelo autor como aquilo “que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade, estabelecendo para tais atos determinadas condições e efeitos específicos” (FOUCAULT, 2010, p.67) –, a teoria pós-estruturalista mostra que não há uma verdade única sobre a política do conhecimento. Isso implica dizer, portanto, que “os mesmos eventos podem ser representados de diferentes modos com efeitos significativamente diferentes” (CAMPBELL, 1998, p.33, tradução nossa). Nesse sentido, a representação possui um potencial político que é de suma importância para qualquer realidade política, ou seja, a representação é capaz de moldar os atores, tanto aqueles que representam quanto aqueles que são representados. Assim, na concepção pós-estruturalista, a representação é vista como um agrupamento complexo de discursos performativos específicos amarrados a relações de poder foucaultianas, que, nas palavras do autor,

é preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2004, p. 193).

Ou seja, o poder é produzido de modo disperso, presente nas relações sociais no micro nível e, assim, conceituado como “relações de poder” (EDIKNS, 2007, p.92). Essas relações, por sua vez, estabelecem as limitações do eu e do outro, e do “dentro /relação com o exterior, mas sem essas limitações essas noções de eu /dentro, outro /fora não existiriam. As limitações são, portanto, produtivas: sabemos o que essa coisa é sabendo o que ela não é” (CAMPBELL, 2013, p.234, tradução nossa).

Desse modo, podemos perceber que a representação não é uma prática neutra, mas sim, que segue uma série de convenções que foram neutralizadas e legitimadas por meio de um discurso produtivo constante. Nesse sentido, o poder da representação reside na habilidade de construir o que se constitui como “verdade”, que pode atuar como modelo para a formação dos sujeitos (DIGESER, 1992, p.987). O poder dessa objetificação, assim, pode levar a formas repressivas de

representação, que são percebidas como naturais, restringindo aqueles que ela marginaliza. É a partir disso que entendemos o chamado poder produtivo da representação (MASTERS, 2009, p.40), que consiste na força motriz pela qual as vidas são incluídas ou excluídas do domínio político.

Como ressalta Thomassen (2017), “a exclusão é constitutiva da representação, porque nenhum discurso pode atingir o fechamento sem excluir alguma possibilidade/contingência” (THOMASSEN, 2017, p.542-453, tradução nossa). Ou seja, é por meio das práticas discursivas de representação que se determina quem ou o que constitui o “eu” (interno) e quem está no domínio do “outro” (externo), e, portanto, deve ser excluído a fim de proteger e assegurar a identidade do “eu” (HANSEN, 2006, p.16).

Com relação as articulações entre o eu/outro, precisamos ressaltar que tais categorias não se restringem ao doméstico/internacional, mesmo que grande parte dos autores pós-estruturalistas acabem tendo a Política Externa como tema de seus trabalhos (DOTY, 1996; CAMPBELL, 1998; HANSEN, 2006). Nesse sentido, o pós-estruturalismo passa a se engajar em questões referentes ao interno/externo (*inside/outside*), o eu e o outro (*self/other*), mostrando como essas representações são co-constitutivas e provocam hierarquizações (EDKINS, 2007; CAMPBELL, 2013, p.226). Em resumo, o pós-estruturalismo visa entender as várias formas de exclusão que constituem o mundo tal qual achamos que ele é, além de compreender como isso começou a operar e opera até os dias de hoje (CAMPBELL, 2013, p.234).

Em relação às crianças nascidas de estupro, o debate pós-estruturalista sobre representação nos ajuda a entender como categorizações identitárias apontam para um tratamento distinto em relação ao “outro”. Esse “outro”, conforme mencionamos nos parágrafos acima, é muitas vezes invisibilizado e suprimido dos discursos para corresponder às expectativas de unidade e coerência da identidade construída como norma. No caso dessas crianças, desse modo, elas são excluídas do discurso de reintegração no pós-conflito por não serem entendidas como vítimas assim como suas mães e a comunidade materna, afetada pela violência. A ligação identitária com o perpetrador, sobretudo em sociedade patrilineares, conforme explicaremos melhor na seção seguinte, faz com que essas crianças sejam, ao mesmo tempo, pertencentes ao “eu” (vítimas) e ao “outro” (perpetradores). Nesse sentido, o vínculo sanguíneo com a comunidade paterna faz com que esses indivíduos sejam suprimidos através de uma relação de violência.

Ademais, este arcabouço teórico-metodológico nos permite entender como passamos de uma situação no qual as crianças são discursivamente marginalizadas a nível nacional para seu reconhecimento como um problema de segurança na política internacional. As identidades são continuamente reconstruídas por meio de práticas que visam estabilizá-las (HANSEN, 2006). Nesse sentido, diferentes discursos podem levar a resultados políticos distintos, ou seja, algumas pressuposições atribuídas aos sujeitos em um discurso que se articula a outros, tornando algumas práticas possíveis em detrimento de outras. Isso significa dizer, portanto, que a identidade não é calcada em uma dualidade apenas, mas também, dentro de uma rede de significados (CAMPBELL, 2013). Portanto, o pós-estruturalismo nos permite entender como novas representações emergem por meio de discursos e contextos políticos que possibilitam novas práticas, como argumentaremos ao longo dos próximos capítulos ao abordarmos a mudança no discurso internacional sobre as crianças nascidas de estupro.

Por esta razão, essa seção buscou mostrar, por meio da literatura pós-estruturalista, como as práticas de representação são construídas na política internacional. Este movimento foi importante para entendermos como os conceitos de poder, identidade, violência e discurso, que operam de modo conjunto dentro dessa literatura, se aplicam às crianças nascidas de estupro. Na seção seguinte, portanto, trataremos, com maior profundidade analítica, sobre essas crianças, de modo a apresentar como determinadas práticas de representação operam, a nível discursivo, sobre este grupo.

## **2.2.**

### **Crianças nascidas de estupro em contextos de guerra**

Nesta seção, temos como objetivo apresentar, com mais detalhes, o objeto de estudo desta dissertação: as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra. Nossa intenção com esta pesquisa é mostrar como esse grupo foi construído enquanto um problema de segurança ao longo dos anos. Por isso, antes de tratar especificamente do fenômeno que os origina – o estupro – precisamos falar sobre a própria construção dessa nomenclatura, assim como as estigmatizações que afetam essas crianças em decorrência das condições de seu nascimento.

As crianças nascidas de estupro podem ser identificadas em uma série de conflitos ao longo da história, como Segunda Guerra Mundial, genocídios bósnio e ruandês, guerra civil em Uganda, entre outros. Nos últimos anos, as pesquisas sobre as crianças nascidas de estupro têm crescido significativamente. Porém, como aponta Mitreuter et al. (2019), “as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra ainda são um tema tabu na maioria das sociedades e continuam sendo uma população oculta, muitas vezes com acesso limitado a redes de apoio” (MITREUTER et al., 2019, n.p., tradução nossa). Muito disso se deve pelo modo como o estupro é encarado nessas sociedades, o que faz com que este grupo se encontre em uma situação de vulnerabilidade muito particular, como pretendemos mostrar, principalmente, ao longo desta seção.

As crianças nascidas de estupro podem ser definidas como produto de um conflito cujo um dos pais – geralmente a mãe – é membro de uma comunidade local atacada pelo conflito, enquanto o outro parente – normalmente o pai – pertence às tropas militares ou de manutenção de paz (MOCHMANN, 2017). Essa definição, mais ampla, foi adotada em 2006 durante uma reunião de especialistas chamada *Consolidating the Evidence Base of Children Born of War* (em tradução livre, “Consolidando a base de evidências de crianças nascidas da guerra”), que ocorreu em Colônia, na Alemanha<sup>7</sup>. Esse encontro, que ocorreu em parceria com o *War and Children Identity Project* (WCIP)<sup>8</sup>, tinha como objetivo reunir cientistas e profissionais de diferentes disciplinas e países que trabalham com o tema das crianças nascidas de estupro em contextos de guerra ou áreas relacionadas.

Foi a partir do termo geral *children born of war* (em tradução livre, crianças nascidas da guerra)<sup>9</sup>, cunhado por Carpenter (2005), que Mochmann (2017) apresentou as quatro categorias de crianças nascidas da guerra. Essas categorias são: (1)

7- Para ler o documento completo, acesse: <<https://static1.squarespace.com/static/554c5953e4b049566853c20c/t/55508ef5e4b032f303eb9cd0/1431342837921/Consolidating+the+Evidence+Base+of+CBOW+Meeting+2006.pdf>>. Último acesso em março de 2022.

8- Para mais informações sobre o projeto, acesse: <<https://www.childrenbornofwar.com/background>>. Último acesso em março de 2022.

9- Alguns termos alternativos foram cunhados de modo a se referir a este grupo de modo mais geral, como: *children born of rape* (crianças nascidas de estupro), *born of war rape* (nascidos de estupro em guerras), *born of conflict-related sexual violence* (nascidos de violência sexual relacionada à conflitos) ou *children of sexual violence survivors* (crianças de sobreviventes de violência sexual) (LEE & GLAESMER, 2021, p.13). Nesta dissertação, como é possível perceber, ora utilizaremos o termo “crianças nascidas de estupro” e ora empregaremos “crianças nascidas de estupro em contextos de guerra” para fazer referência a este fenômeno. Portanto, como explicado aqui, ambos os nomes dizem respeito a esta categoria mais ampla de crianças.

*children of enemy soldiers* (filhos de soldados inimigos); (2) *children of occupying soldiers* (filhos de soldados ocupantes); (3) *children of child soldiers* (filhos de crianças-soldado); (4) *children of members from peace keeping troops* (filhos de membros de forças de paz) (MOCHMANN, 2008, p.55-56; MOCHMANN, 2017, p.323).

A primeira categoria – filhos de soldados inimigos – engloba aquelas crianças que foram concebidas durante ou imediatamente após um conflito armado por soldados estrangeiros percebidos como inimigos pela comunidade materna (LEE & GLAESMER, 2021, p.14). Alguns exemplos dessa categoria são os filhos de soldados alemães na Rússia durante a Segunda Guerra Mundial, as crianças nascidas do Exército Sérvio na Bósnia durante a guerra da ex-Iugoslávia nos anos 1990 e as crianças nascidas das milícias Hutus no genocídio de Ruanda em 1994 (MOCHMANN, 2017, p.323).

Segundo Lee e Glaesmer (2021), “os soldados das forças de ocupação muitas vezes não são forças inimigas, mas podem ser percebidos como tal, dependendo do conflito e da visão da população local no momento” (LEE; GLAESMER, 2021, p.15, tradução nossa). Como alguns dos exemplos dessa categoria, temos as tropas de ocupação aliadas na Alemanha e na Áustria no pós-Segunda Guerra Mundial. Um ponto importante a ser ressaltado é que essas crianças tiveram experiências distintas, dependendo da nacionalidade de seus pais (STELZL-MARX & STJUKOW, 2015).

A terceira categoria intersecciona dois grupos de crianças, as crianças nascidas de estupro e as crianças-soldado. As crianças-soldado podem ser definidas como “qualquer jovem menor de 18 anos, que pertença a algum tipo de grupo armado, seja ele formal ou não, e esteja engajado em qualquer uma das seguintes atividades: combatente, cozinheiro, portador, mensageiro ou escravo sexual” (TABAK, 2009, p.14)<sup>10</sup>. A partir da segunda metade do século XX, e sobretudo após a Guerra Fria, notamos um escalonamento do número de crianças envolvidas em conflitos armados. Nesse sentido, uma quantidade significativa de crianças foi recrutada nas guerras civis de Uganda, Serra Leoa, República Democrática do Congo (RDC), República Centro Africana (RCA), Mali, Libéria, Colômbia,

---

10- Ainda de acordo com Tabak (2014, p.14), a abrangência desta definição tem como objetivo justamente abarcar o maior número de crianças possível nos programas de Desarmamento, Desintegração e Reintegração (DDR) das Nações Unidas (ONU), destinado a ex-combatentes.

Nigéria, Sudão, Sudão do Sul, Iraque e Síria (DUNSON, 2008). Apesar da maioria dos recrutados serem meninos, principalmente para se engajarem em violência armada direta, muitas meninas foram recrutadas, sobretudo, com a função de escravas sexuais. Com isso, muitas delas acabaram engravidando, enquanto presas, de combatentes rebeldes, levando ao nascimento de filhos de crianças-soldado (APIO, 2007).

Os filhos de membros de forças de paz são um grupo que vem ganhando atenção dos estudos sobre crianças nascidas de estupro. Os soldados, que estão nos locais com o objetivo de proteger a população, geralmente são percebidos em posição de poder e controle. De acordo com Lee e Bartels (2019),

as primeiras preocupações sobre exploração e abuso sexual (EAS) nas mãos das forças de paz foram expressas no início dos anos 90, quando surgiram relatos sobre impropriedades durante as operações da ONU em Moçambique. Desde então, quase todas as operações de apoio à paz da ONU (OAP) foram associadas a má conduta sexual em algum grau de magnitude e gravidade. Estas incluem missões na África Ocidental (Libéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau), República Democrática do Congo (RDC), Eritreia, Timor Leste e Haiti. Além disso, em algumas operações de manutenção da paz, por exemplo na Bósnia e no Kosovo, o pessoal de manutenção da paz da OTAN e da ONU era amplamente entendido como clientes importantes para serviços sexuais, e as evidências sugerem que o aumento das demandas foi atendido por meio do “tráfico” de mulheres para servidão sexual. A relativa afluência do pessoal da OTAN e da ONU alimentou o comércio e o tornou mais lucrativo. A EAS mina a credibilidade não apenas do soldado individual, mas também da missão de paz como um todo. O abuso quase sempre ocorre em situações caracterizadas por desequilíbrios de poder. Nos países anfitriões do OAP, os desequilíbrios estruturais são particularmente pronunciados, pois a maioria das mulheres e meninas vivem em condições de privação econômica, insegurança, normas de desigualdade de gênero e frequentemente também deslocamento (LEE & BARTELS, 2019, p.2, tradução nossa).

Portanto, essa situação, somada ao contexto de violência sob o qual a população em questão está subjugada, faz com que as mulheres se encontrem em situação de maior vulnerabilidade, e, inclusive, expostas a episódios de violência sexual.

É válido pontuarmos que as quatro categorias aqui apresentadas não são exaustivas, ou seja, novos enquadramentos podem ser criados a fim de melhor caracterizar o contexto no qual as crianças foram concebidas. Além disso, como foi possível perceber, em um mesmo contexto, podemos ter crianças nascidas de mais de uma categoria apresentada, uma vez que o conflito é fenômeno multifacetado e composto por relações diversas. Dessa forma, o termo “crianças nascidas da guerra” (*children born of war*) servem para demarcar a diferença deste grupo em relação a categoria majoritária “crianças de guerra” (*war children*), que abrange crianças



órfãs, crianças traumatizadas pela guerra e hostilidades e crianças afetadas pela guerra de outros modos (LEE & GLAESMER, 2021, p.16).

Sobre este ponto, Seto (2015) mostra que “as identidades das crianças concebidas pela violência sexual durante a guerra são construídas com base em modos violentos de ‘guerra personalizada’, como a impregnação forçada, violência sexual e exploração sexual militarizada” (SETO, 2015, p.173, tradução nossa). Isso significa dizer, como apontaremos sobretudo no próximo capítulo, como a violência sexual e a gravidez forçada foram utilizadas como estratégias políticas deliberadas em conflitos como Bósnia, Timor Leste e Iraque a fim de materializar o trauma das comunidades afetadas por meio da existência de filhos dos perpetradores, as crianças nascidas de estupro. Essas estratégias mostram, assim, como a identidade dessas crianças está conectada a questões de gênero e etnia, pois entende que somente o pai (o homem) pode perpetuar sua identidade para seus filhos, ao passo que as mães são completamente invisibilizadas neste processo, mesmo sendo as responsáveis por cuidar desta criança, em muitos casos, no pós-conflito. Além disso, as estratégias de limpeza étnica adotadas nesses conflitos – Bósnia, Ruanda, Timor Leste, Iraque, Darfur – fazem com que os bebês de guerra sejam um veículo para a supressão da identidade do grupo afetado, uma vez que as mulheres vítimas de violência sexual, na maioria das vezes, não conseguem construir família após a violência sofrida e, como mencionamos acima, a identidade que prevalece na maioria dessas sociedades é a paterna. Desse modo, “[e]ssas práticas discursivas [da criança nascida de estupro como intrinsecamente ligada ao perpetrador], ao se tornarem parte essencial do registro histórico, perpetuam ambientes permissivos nos quais o pensamento sobre identidade dessa forma pode continuar (WEITSMAN, 2007, p.111-112, tradução nossa).

De modo a compreendermos a relação entre o debate sobre representação e as crianças nascidas de estupro, Quadro 1<sup>11</sup> traz os nomes dados às crianças nascidas de estupro nos diferentes contextos nos quais este fenômeno se manifestou.

---

11- Em relação ao quadro, é importante ressaltar, de antemão, que ele é fruto de um esforço da autora em concatenar o maior número de informações possíveis sobre as crianças nascidas de estupro. Assim, foi feito um mapeamento dos contextos nos quais houve nascimento de crianças nascidas de estupro e, por meio de notícias, artigos acadêmicos, livros, relatórios de organizações etc., buscou-se os nomes que eram dados a essas crianças em cada um desses conflitos, de modo a compilá-los no quadro que foi construído. Mesmo com exaustiva procura, em alguns casos não encontramos nenhum nome em específico direcionado para essas crianças, o que fez com que o país em questão ficasse de fora do quadro. Ainda assim, reconhecemos a existência de crianças nascidas de estupro em cada um desses casos, porém, para os fins do quadro, optamos por deixar essa informação de

**Quadro 1 – Nomes dados às crianças nascidas de estupro nos diferentes contextos em que este fenômeno se manifestou – séculos XX e XXI**

<b>País de origem das vítimas de estupro</b>	<b>Nomes dados às crianças nascidas de estupro</b>
Áustria	<i>russian brat</i>
Bósnia Herzegovina	<i>chetnik babies, children of hate</i>
Colômbia	<i>little paramilitaries</i>
Coréia	<i>mixed blood</i>
França	<i>child of the barbarian, child of bad memories, unwanted children, half monsters, infamous virus, seed of the insulting bandits, children of dishonor</i>
Guatemala	<i>little soldier</i>
Haiti	<i>little MINUSTAH, blue helmet babies</i>
Holanda	<i>children of german whores</i>
Iraque	<i>children of the caliphate</i>
Kosovo	<i>children of shame</i>
Mali	<i>rebel's child, jihadist's child</i>
Nicarágua	<i>monster babies</i>
Nigéria	<i>bad blood</i>
Noruega	<i>german bastards</i>
Peru	<i>danger, the soldier's gifts, stray cat, what's his name, nobody's child</i>
Reino Unido	<i>war leftovers</i>
República Centro Africana	<i>tonkotonko</i> (*termo local para se referir a Lord's Resistance Army)
República Democrática do Congo	<i>"peace-babies"</i>
Ruanda	<i>devil's children, the intruder, unwanted children, children of bad memories, genocidal children, little killers, children of hate, I'm at a loss</i>
Serra Leoa	<i>rebel baby</i>
Timor Leste	<i>children of the enemy</i>
Uganda	<i>children born in captivity</i>
Vietnã	<i>dust of life, children of gold</i>

Fonte: Elaboração própria.

fora. Para que o leitor tome ciência, os seguintes Estados/territórios possuem crianças nascidas de estupro, entretanto, pelas questões supracitadas, não encontramos nenhum nome que fazia referência às mesmas, a saber: áreas curdas na Turquia, Camboja, Darfur, Libéria, Líbia, Myanmar/Burma, Nepal, Sri Lanka e Sudão do Sul (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022).

Os nomes utilizados para fazer referência a essas crianças, conforme ilustra o quadro, tem como ponto central a questão identitária. A teoria pós-estruturalista mostra como construções particulares de identidade sustentam e legitimam determinadas políticas que, por serem muitas vezes violentas, impõem restrições sobre quais sujeitos podem ser ou não inseridos no processo de reintegração no pós-conflito (HANSEN, 2006, p.33). A linguagem, neste caso, é produtora das subjetividades e identidades e, a partir de diferentes discursos e identidades que são viabilizados por ela, podemos ter resultados políticos distintos. Portanto, como aponta Theidon (2015),

[c]omo os outros geralmente nos nomeiam, o ato de nomear tem o potencial de implicar bebês em relações através das quais eles se inserem e, em última análise, agirão em uma matriz social. As vidas individuais ficam assim enredadas — através do nome — nas histórias de vida dos outros. A nomeação é verbal, audível e interpessoal; as práticas de nomeação são uma forma de expressar, talvez projetar, o privado no espaço público e reivindicar outros. (THEIDON, 2015, n.p., tradução nossa).

No caso dos nomes dados a essas crianças, percebemos o estigma que eles atrelam a estes indivíduos, fazendo com que sofram diferentes formas de marginalização. Ou seja, por possuírem as identidades tanto do perpetrador quanto da vítima, essas crianças são rejeitadas por ambas as comunidades por serem vistas como o “outro”, isto é, o inimigo. Além disso, como forma de garantir uma coesão da identidade nacional, como veremos nos próximos parágrafos, essas crianças são invisibilizadas nos processos de reconciliação e reconstrução da paz e têm uma série de direitos negados/violados. Sobre este ponto, Devetak (1996) aponta que

[a] criação geopolítica do Outro externo é parte integrante da constituição de uma identidade política (eu) que deve ser assegurada. Mas constituir uma identidade política singular coerente muitas vezes exige o silenciamento da dissidência interna. Não pode haver outros internos que ponham em risco um certo conceito de si, e devem necessariamente ser expulsos, disciplinados ou contidos (DEVETAK, 1996, p. 198, tradução nossa).

Por esta razão, “embora os bebês da guerra não possam obviamente ser responsabilizados por sua existência, sua identidade é construída como representante do inimigo (da comunidade e da nação), o que mina sua suposta inocência [enquanto criança] e os torna sujeitos altamente politizados” (SETO, 2016, p.x, tradução nossa). Isso fica muito claro no caso do Iraque, como mostra uma reportagem do Al Jazeera:

[em março de 2021], nove mulheres yazidis se reuniram pela primeira vez em anos com seus 12 filhos – todos nascidos de membros do grupo armado ISIL (ISIS), que perseguiu brutalmente a comunidade yazidi no norte do Iraque e escravizou suas mulheres. A reunificação ocorreu após meses de lobby e negociações entre o ex-diplomata americano Peter Galbraith, o Governo Regional do Curdistão iraquiano e autoridades curdas na Síria. Eles chegaram a um acordo que permite que as crianças deixem o campo de refugiados de Al-Hol, no leste da Síria, e cruzem a fronteira para o Iraque. Apesar do avanço, os anciãos yazidis se recusaram a deixar as crianças ingressarem na pequena comunidade religiosa, que as considera párias que nunca podem ser admitidas na sociedade. (...) **‘De acordo com os princípios de nossa religião, os yazidis são aqueles que nascem de pais yazidis. Portanto, não podemos aceitar filhos do ISIL. Eles nascem automaticamente como muçulmanos de acordo com as leis iraquianas’**, disse Jawhar Ali Beg, vice do líder yazidi príncipe Hazem, à Al Jazeera em entrevista por telefone (MENMY, 2021, n.p., tradução nossa, ênfases nossas).

Nesse sentido, os nomes dados a essas crianças corroboram com o fato de que a identidade é passada de pai para filho, uma vez que esses termos se associam a figura do perpetrador. A representação dessas crianças, desse modo, também está imbricada em questões de gênero, como já ressaltamos anteriormente, uma vez que, para fins identitários, somente o pai é visto como o único capaz de manter a linhagem da família. Assim, o discurso dominante constrói essas crianças como crianças do ódio (Bósnia Herzegovina), crianças da vergonha (Kosovo), bebês monstros (Nicarágua), crianças do diabo/crianças indesejadas (Ruanda)<sup>12</sup> e as representa como ferramentas ou agentes do conflito/genocídio, ou seja, uma espécie de quinta coluna<sup>13</sup> dentro da comunidade vitimada, contribuindo para uma série de impactos econômicos, físicos, políticos, jurídicos, sociais, culturais e psicológicos que resultam na exclusão e marginalização deste grupo (GOODHART, 2007).

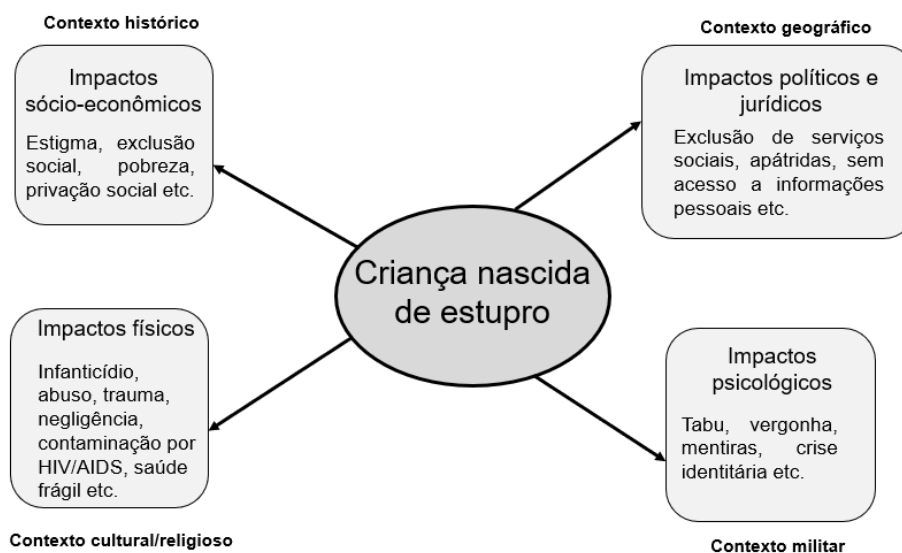
As pesquisas sobre crianças nascidas de estupro mostram que há várias dimensões interrelacionadas que podem ter impacto no desenvolvimento e nas chances de vida deste grupo (CARPENTER, 2005, 2010; MOCHMANN, 2008, MOCHMANN & SKJELSBÆK, 2018). Por isso, como modo de ilustrar nosso

12- O termo “crianças da paz”, que faz referência ao contexto congolês, não tem uma conotação positiva, mas sim, refere-se ao fato de que essas crianças são filhos de membros de forças de paz – em especial, a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, conhecida pela sigla MONUSCO (WAGNER et al., 2020). Outro caso que merece destaque é o vietnamita, cujo nome “filhos de ouro” não se refere ao valor da criança como um ser humano, mas sim, da mesma como uma passagem direta para os Estados Unidos. Isso se deu pois, após a Guerra do Vietnã, o governo americano permitiu a entrada de crianças fruto de relações sexuais violentas entre soldados americanos e mulheres vietnamitas (KARLIN, 2016, p.45).

13- De acordo com o dicionário da Britannica, “Quinta coluna é um grupo clandestino ou facção de agentes subversivos que tentam minar a solidariedade de uma nação por qualquer meio à sua disposição”. Para mais informações, acesse: <https://www.britannica.com/topic/fifth-column>. Último acesso em março de 2022.

argumento, a Figura 1 mostra as dimensões e contextos que influenciam na vida dessas crianças (MOCHMANN, 2017, p.337). Nela, optamos por unir as dimensões sociais e econômicas e adicionar o impacto jurídico a dimensão política.

**Figura 1 – Dimensões e contextos que influenciam o desenvolvimento da vida das crianças nascidas da guerra**



Fonte: Adaptado de Mochmann, 2017, p.337.

Dentre os impactos socioeconômicos, temos o estigma, a exclusão social, pobreza extrema e privação social. Há casos em que as mulheres vítimas do estupro são forçadas a abandonar seus filhos, seja por medo de reações negativas por parte de suas comunidades, ou por políticas estatais que obriguem que essas crianças sejam adotadas por outras famílias (CARPENTER, 2010; LEE, 2017). A forma como esse abandono afeta o bem-estar econômico dessas crianças dependerá enormemente dos tipos de mecanismos sociais existentes para fornecer cuidados alternativos, ou seja, organizações de saúde, orfanatos e até mesmo sistemas de adoção capazes de cuidar dessas crianças.

Nos casos das crianças cujas mães optaram – ou acabaram sendo obrigadas – a cuidar das mesmas, elas geralmente tendem a viver em condições de pobreza extrema, pois muitas dessas mulheres não conseguem se casar novamente e, consequentemente, não possuem um provedor. Muitas dessas mulheres, inclusive, acabam sofrendo consequências físicas do estupro – contaminação do vírus HIV e outras sequelas – o que as impede de exercer alguma atividade geradora de renda. De

acordo com Carpenter (2007), essa situação faz com que muitas crianças acabem abandonando a escola (sobretudo em contextos no qual não há ensino básico gratuito), pois se consideram responsáveis por prover a renda para si e para suas mães. Como consequência, elas tendem a viver na rua e estarem mais vulneráveis a episódios de prostituição e tráfico sexual (CARPENTER et al., 2005).

Em se tratando dos impactos físicos, citamos o infanticídio, o risco de abuso, trauma, negligência, contaminação, por parte da criança, do vírus HIV e outros problemas decorrentes de uma saúde frágil (MOCHMANN, 2018, p.337). Em relação ao contágio do HIV, como mencionado no parágrafo anterior em relação as mães dessas crianças, temos o caso do genocídio de Ruanda, no qual estima-se que 90% dos soldados Hutus estavam infectados pelo vírus, e se valeram disso para contaminar as vítimas, imputando as mesmas um sofrimento em vida, ao invés de assassiná-las após o estupro (HESS, 2004).

Além disso, existem os riscos neonatais, como é o caso de tentativas de aborto mal sucedidas por parte das mães, consequente do medo das mesmas em darem à luz a uma criança que é vista como um espólio do conflito, somado a falta de assistência que muitas mulheres e meninas tiveram durante o parto, o que ameaçava sua vida e do feto (NOWROJEE, 1996). É importante lembrar que, na maior parte dessas sociedades, inclusive por questões religiosas, o aborto é ilegal e moralmente condenável, o que faz com que as mulheres não tenham acesso a serviços especializados nestes procedimentos, colocando suas vidas e saúde em risco (MCEVOY-LEVY, 2007). O infanticídio ocorre, em grande parte, após tentativas sem sucesso de aborto e abandono, e, no caso de crianças nascidas de estupro há evidências que mostram que os meninos se encontram em maior risco por serem associados como potenciais combatentes pela sociedade, ou menos digeríveis pelas mães cujas atitudes em relação aos homens em geral podem ser adversamente afetadas pela experiência de violência sexual (SALZMAN, 1998 apud CARPENTER, 2010, p.25). Por último, essas crianças podem ser vítimas de abuso e negligência por parte de suas mães e da comunidade, uma vez que representam as memórias vivas de um trauma sofrido por aquelas pessoas, fazendo com que sentimentos de revolta recaiam sobre eles (WAX, 2004).

No que diz respeito as dimensões políticas e jurídicas que impactam na vida de uma criança de estupro, constatamos a desnacionalização (apátrida), a falta de acesso a determinados serviços sociais e a informações pessoais. Devido a

patrilinearidade, ou seja, a identidade da criança estar vinculada a linhagem paterna, algo que ocorre na maioria das sociedades nas quais existem crianças nascidas de estupro, a cidadania muitas vezes é negada a este grupo. Isso ocorre como uma forma explícita de discriminação ou também de modo direto pelo princípio do *jus sanguinis* (do latim, direito de sangue), que é um princípio do Direito Internacional Público pelo qual a cidadania é atribuída a um indivíduo em decorrência de sua ascendência e origem étnica (DO AMARAL JÚNIOR, 2011, p.354). Tal situação acaba por impactar no acesso deste grupo a serviços médicos, educação e outros benefícios sociais, além de impactos no direito de ir e vir, e na dificuldade de conseguir asilo ou ser formalmente adotado (CARPENTER, 2010).

Os impactos psicológicos, por fim, se apresentam na dificuldade da criança em estabelecer relações, sejam com a mãe, mas também com sua comunidade materna (o mesmo se aplica ao pai e sua comunidade), devido ao estigma e discriminação causados por questões identitárias, ou seja, o fato de a criança nascida de estupro comportar identidades étnicas mistas, de seu pai e sua mãe. Há uma dificuldade por parte das crianças em estabelecer laços com a mãe devido aos comportamentos ambíguos decorrentes do trauma (VAN EE & KLEBER, 2013; VAN EE et al, 2012; REID-CUNNINGHAM, 2008), fato que pode comprometer seu desenvolvimento saudável. De acordo com Van Ee et al (2012), o estupro em guerras é associado a uma alta prevalência de transtornos mentais, neuróticos e somáticos, além de sintomas de estresse pós-traumático severos (VAN EE et al, 2012, p.32). Todos esses problemas podem permanecer por um longo período de tempo nas mulheres que foram estupradas, grupo no qual é possível perceber as maiores taxas de estresse pós-traumático em um cenário de pós-conflito (REID-CUNNINGHAM, 2008). Esse quadro pode levar a transmissão intergeracional do trauma, no qual as crianças, profundamente dependentes de seus pais para regular seu estado emocional, acabam por absorver os traumas vivenciados por eles, uma vez que os próprios pais não são capazes de controlar seu estado emocional (VAN EE & KLEBER, 2013). Desse modo, a criança nascida de estupro é propensa a sofrer severos transtornos psicológicos, tais quais depressão e ansiedade, e muitas acabam se sentindo responsáveis pelas atitudes de seus pais e, conseqüentemente, culpadas (WATSON, 2007, p.22).

Ademais, à medida que essas crianças vão crescendo, a necessidade de pertencimento aumenta, e as questões referentes às suas origens se tornam mais

sensíveis. Porém, devido as condições de seu nascimento, essas crianças se encontram em um “limbo identitário”, uma vez que não são vistas integralmente enquanto pertencentes nem a comunidade do pai e nem da mãe, sendo, muitas das vezes, excluída por ambas. Como aponta Mitreuter et al. (2019), “a questão da identidade, que se origina no passado (*‘De onde eu venho?’*) se estende por toda a vida do presente (*‘Quem sou eu?’*) ao futuro (*‘Quem serei eu?’*) e deixa muitas crianças nascidas de estupro com um sentimento de pertença e propósito prejudicado” (MITREUTER et al., 2019, p.2, tradução nossa). Nesse sentido, há casos de crianças que abandonam a escola, devido ao estigma e discriminação sofridos em decorrência de suas origens e a constante associação feita a figura do perpetrador (WCIP, 2022). Portanto, a estigmatização social dessas crianças, somada a dificuldade em desassocia-las à figura paterna, faz com que elas se sintam envergonhadas, depressivas e percam seu senso de existência (VAN EE & KLEBER, 2013; BANYANGA et al., 2017).

Essa seção buscou contextualizar o objeto de estudo desta dissertação. Partindo de uma discussão sobre as categorias analíticas utilizadas para classificar os diferentes tipos de crianças nascidas de estupro, mostramos como há uma associação muito forte das mesmas aos perpetradores do estupro, que se dá por meio dos nomes dados a elas. Tal associação faz com que as mesmas sejam afetadas em diversas dimensões de suas vidas – socioeconômica, física, política e jurídica e psicológica. Portanto, entender como as crianças nascidas de estupro são representadas a nível comunitário/doméstico é importante para analisarmos como sua representação internacional como um problema de segurança ocorre. Para isso, a próxima seção visa falar de dois casos, ambos ocorridos nos anos 1990, que foram de suma importância para trazer o tópico do estupro como arma de guerra – e consequentemente das crianças nascidas de estupro – para o centro do debate sobre segurança internacional.

### 2.3.

#### **Os genocídios de Bósnia e Ruanda: jogando luz sobre o fenômeno das crianças nascidas de estupro**

Esta seção visa apresentar os dois conflitos que atraíram a atenção internacional para a existência de crianças nascidas de estupro. Apesar da ocorrência deste



fenômeno ser anterior a esses episódios, os padrões de violência sexual sistemáticos em larga escala empregados nestes dois genocídios fizeram com que a comunidade internacional, sobretudo, o Direito Internacional, passasse a criminalizar essas condutas como crimes de guerra, contra a humanidade e genocídio, como veremos no capítulo seguinte. Por isso, ambos os casos são emblemáticos por transformarem o entendimento legal acerca desta prática, e, assim, impactar na criação de arcabouços normativos e institucionais capazes de lidar criminalizar essas condutas e proteger suas vítimas.

Uma vez que nosso objetivo aqui é tratar sobre as crianças nascidas de estupro, não iremos nos aprofundar nas raízes históricas que levaram ao estopim desses conflitos. Na verdade, nosso foco são as dimensões identitárias do conflito que foram condição de possibilidade para o emprego da violência sexual que, por consequência, acarretou na marginalização dessas crianças devido as representações que foram emuladas a partir desses eventos.

### **2.3.1. Bósnia (1992-1995)**

O genocídio da Bósnia compreendeu e vitimou bósnios muçulmanos e croatas e sérvios. Apesar dos três grupos terem perpetrado assassinatos e outras formas de violência nos conflitos, as maiores atrocidades cometidas foram contra os muçulmanos na Bósnia por parte dos sérvios (JONES, 2010), o que resultou no genocídio durante os anos de 1992 e 1995. A Sérvia, aqui, tinha como política central os massacres, cujas maiores vítimas foram os bósnios muçulmanos. De acordo com Mennecke (2009), o conflito “se transformou rapidamente em crimes em grande escala, incluindo o que eufemisticamente foi apelidado de “limpeza étnica” de grande parte da população muçulmana Bósnia e o maior massacre cometido na Europa desde a Segunda Guerra Mundial” (MENNECKE, 2009, p.423, tradução nossa). Portanto, a primeira parte desta seção dedica-se a apresentar as raízes do conflito e seus desdobramentos, para que, em seguida, possamos nos dedicar especificamente ao emprego sistemático da violência sexual e as crianças nascidas de estupro no genocídio.

A Iugoslávia foi formada após a Primeira Guerra Mundial, fruto da dissolução dos Impérios Austro-Húngaro – ao qual pertenciam Bósnia e Herzegovina,

Croácia e Eslovênia – e Otomano – compostos por Sérvia e Montenegro. O país, assim, era composto por Eslovênia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Macedônia, Sérvia e as províncias autônomas de Kosovo e Vojvodina. O fato dessas repúblicas serem resultado da desintegração de dois impérios distintos levou o desenvolvimento de ideologias nacionais concorrentes. No caso da Sérvia, Rae (2002) aponta que

o nacionalismo sérvio foi desde o início de orientação assimilacionista. A Igreja Ortodoxa cultivou a ideia de uma identidade nacional sérvia separada até o século XIX e, ao conquistar a independência do Império Otomano em 1878, a Sérvia conseguiu desenvolver instituições estatais autônomas, com ênfase particular no desenvolvimento das forças militares sérvias. No final do século XIX, a ideia de uma identidade nacional sérvia foi secularizada quando foi vinculada, nas mentes dos nacionalistas, ao uso de uma língua sérvia e não à Igreja Ortodoxa (RAE, 2002, p.170, tradução nossa).

Em 1929, assim, o país é nomeado Reino da Iugoslávia, representando a primeira tentativa de construção de um Estado unificado após a dissolução dos impérios. Todavia, o assimilacionismo sérvio foi responsável por impor sua lei em todo o reino sem a consulta das demais repúblicas. Com isso, instituições e cultura política sérvia, que possuíam um alto grau militarista, foram impostas à Croácia e à Bósnia, acompanhado de episódios de abusos de poder. O rei Alexandar, nesse mesmo ano, adotou uma política sérvia, mesmo que, oficialmente, alegasse seguir uma política de unitarismo iugoslavo. A Sérvia não reconhecia a Bósnia-Herzegovina como uma província distinta, pois achava que os muçulmanos eram sérvios. A partir disso, uma série de distritos foram paulatinamente incorporados a territórios croatas, sérvios e de Montenegro, de modo a garantir maioria sérvia em cada um deles sempre que possível (RAE, 2002, p.172). Nesse sentido, “essa tentativa de construção do Estado através da assimilação de todos os eslavos do sul às instituições estatais sérvias dominantes e à identidade política estabeleceu uma dinâmica de reivindicações nacionais concorrentes e contra reivindicações que seriam uma fonte contínua de instabilidade” (Ibidem., p.173, tradução nossa).

Esse cenário, assim, fez com que um nacionalismo croata anti-sérvio fosse criado, culminando no surgimento da *Ustasha*<sup>14</sup>, um movimento clandestino de

14- A Ustasha era pautada nos ideais fascistas italianos e nazistas alemães, e tinha como objetivo alcançar independência da Iugoslávia, a fim de criar um Estado croata “puro”. Por isso, suas leis raciais eram promulgadas contra os grupos que eles viam como não-croatas e que ameaçavam sua identidade – em especial, sérvios, judeus e ciganos. Nos campos de concentração que foram criados

origem nazista que foi responsável pelo assassinato do rei da Iugoslávia, Alexander, em 1934. Durante a Segunda Guerra Mundial, com isso, a Ustasha foi responsável, juntamente aos muçulmanos bósnios, por perpetrar massacres contra os sérvios entre 1941 e 1945 (RAE, 2002). A partir disso, surgiram, na Sérvia, dois movimentos: os *Chetniks*, que apoiavam a monarquia que havia sido deposta pelo regime nazista, e o movimento *partisan*, movimento comunista cujo objetivo era garantir a liberdade e independência da Iugoslávia. Liderado por Josip Broz Tito, os *partisans* foram responsáveis pela morte de milhares de *chetniks* e outros opositores políticos entre 1945 e 1946 (JONES, 2010). Com isso, Tito assume a liderança da Iugoslávia e instaura um regime socialista que era visto como bastante liberal, se comparado ao resto do Leste Europeu, por parte dos Estados ocidentais. Como aponta Rae (2002), “à exceção da Bósnia-Herzegovina, as repúblicas da Iugoslávia foram constituídas como repúblicas de suas nações majoritárias” (RAE, 2002, p.175, tradução nossa).

Ao longo do governo de Tito, o país foi reconhecido por seu pluralismo étnico, no qual qualquer mobilização política que visasse romper com a harmonia entre as repúblicas eslavas era prontamente reprimida. Por isso, com sua morte na década de 1980, os debates sobre o passado tornaram-se mais comuns, com ênfases de lideranças nacionalistas sobre as perdas passadas e injustiças feitas contra o povo, o que contribuiu para justificar uma política de limpeza étnica e extermínio do “outro” (RAE, 2002). Desse modo, houve uma deslegitimação do comunismo e um contexto de crise econômica, o que possibilitou a emergência de líderes nacionalistas (MENNECKE, 2009, p.513). Franjo Tudjman, na Croácia, e Slobodan Milosevic, na Sérvia, foram duas lideranças nacionalistas que emergiram neste período. Enquanto nacionalismo croata trouxe de volta a retórica da *Ustasha* (que promoveu perseguições contra sérvios e muçulmanos), por meio do movimento político de extrema direita HDZ<sup>15</sup>, o nacionalismo sérvio pregava a importância da

---

no país, assim como ocorreu na Alemanha nazista, estima-se que entre 70.000 e 100.000 pessoas foram exterminadas, sendo mais de 40,0% delas sérvios.

Para mais informações, consultar: <https://borgenproject.org/facts-about-the-ustase-genocide/>. Último acesso em abril de 2022.

15- De acordo com o Monitor dos Partidos Europeus, “o partido foi fundado em 1989 por dissidentes nacionalistas liderados por Franjo Tudjman (que permaneceu Presidente do partido e do país até sua morte). Em 1990, o HDZ ganhou as eleições e isso foi visto como uma determinação popular de responder ao agressivo nacionalismo sérvio de Milosevic. A ideologia política da HDZ incorpora a democracia cristã e o ensino católico e promove “interesses nacionais croatas, patriotismo e valores tradicionais democratas-cristãos. Defende o compromisso com a economia social de mercado, o

manutenção da Iugoslávia com o intuito de preservar os sérvios em um único Estado territorial, algo que poderia ser ameaçado com a independência das outras repúblicas, nas quais os sérvios constituíam grupos minoritários.

Para a Sérvia, sua principal reclamação consistia no reconhecimento das regiões autônomas de Kosovo e Vojvodina dentro do país sob a Constituição de 1974. A visita de Milosevic ao Kosovo, em 1987, foi responsável por “plantar as sementes do genocídio” (JONES, 2010, p.318). Dois anos depois, iniciou-se um movimento repressivo no Kosovo, que, por ser entendido como uma ameaça à soberania sérvia, acabou com a autonomia da província e levou a morte de centenas de kosovares. Esse foi o evento chave que levou a dissolução da Iugoslávia e a guerra entre suas repúblicas, pois nenhum grupo étnico se sentia seguro em um Estado dominado pelos sérvios (Ibid., p.318-319).

A guerra civil na Iugoslávia teve início, assim, entre 1991 e 1992, com a independência de Croácia e Eslovênia no primeiro ano. A região de Krajina, na Croácia, possuía maioria sérvia e, dessa forma, foi anexada ao território sérvio após a independência. Além disso, nos anos de 1991 e 1992, tropas sérvias ocuparam cerca de um terço do território croata, desencadeando em um conflito por ambos os lados, que teve fim em dezembro de 1992. Ao final dos meses de conflito, 20 mil pessoas foram mortas, 200 mil saíram do país e 300 mil se tornaram deslocados internos (MENNECKE, 2009, p.424).

A Bósnia, por sua vez, declarou sua independência em fevereiro de 1992. O país era composto por 44% da população de muçulmanos, 31% sérvios e 17% croatas (POWER, 2004, p.288). Esse fato levou ao desconforto não apenas aos sérvios bósnios, como também a própria Sérvia, que, como mencionado nos parágrafos anteriores, defendia a integridade territorial iugoslava em prol da permanência de todos os sérvios dentro da mesma comunidade política. Por isso, para se opor a este movimento, os sérvios-bósnios declararam a formação de um Estado sérvio-bósnio dentro do país e, a partir disso, passaram a implementar atos violentos para eliminar a presença muçulmana desses territórios com o objetivo de formar a “Grande Sérvia” (POWER, 2004, p.291).

---

intervencionismo qualificado, os valores familiares, a igualdade entre mulheres e homens e a solidariedade” (MONITOR DOS PARTIDOS EUROPEUS, 2002, n.p., tradução nossa).

Para mais informações, consultar: <https://soc.kuleuven.be/io/english/european-party-monitor/albania/HDZ>. Último acesso em abril de 2022.

Em uma tentativa de garantir a manutenção territorial iugoslava, os sérvios promoveram discursos nacionalistas baseados em ódios antigos (ARFI, 1998). Nesse sentido, o discurso sérvio visava associar o movimento de independência desses Estados a episódios passados de perseguição aos sérvios, reavivando animosidades que ensejavam a integridade territorial. Além de lembrar da atuação da *Ustasha* em relação aos croatas, naquilo que diz respeito aos muçulmanos, foi reativada a lembrança da destruição do Império sérvio na Batalha do Kosovo. Devido a sua importância histórica e cultural para a Sérvia, a província do Kosovo era conhecida como a “Jerusalém dos sérvios” (JONES, 2010). A batalha, desse modo, resultou na destruição do Império Sérvio por parte do Império Turco-Otomano (RAE, 2002, p.189). Durante a instabilidade na Iugoslávia, assim, este episódio foi invocado como forma de retratar os muçulmanos (que eram maioria no Império Otomano) como traidores e, portanto, inimigos sérvios, uma vez que esses últimos não compartilham da fé muçulmana (POWER, 2004). Portanto, como resume Rae (2002), “a utilização do mito do Kosovo, aliada ao reenterro dos mortos de guerra sérvios mortos pelos Ustasha, também abriu caminho para a caracterização dos não-sérvios de forma a legitimar a política de limpeza étnica” (RAE, 2002, p.187, tradução nossa).

Durante o conflito, a capital Bósnia, Sarajevo, conhecida por seu cosmopolitismo e pluralismo étnico, teve parte ocupada por sérvios da Bósnia, que cercaram a cidade. Além da morte de civis e o urbicídio – destruição dos repositórios culturais da capital – o restante da cidade que não estava ocupada pelos sérvios foram privados de água, comida e outras necessidades (MENNECKE, 2009; JONES, 2010). Em suas campanhas de limpeza étnica, os sérvios criaram campos de detenção, nos quais os não-sérvios eram submetidos a condições sub-humanas. Nesses campos, foram registrados sistemáticos episódios de violência sexual contra meninas e mulheres (e também contra meninos e homens) e a morte de meninos e homens em idade “de batalha”, este último tendo como episódio mais notório o massacre de Srebrenica<sup>16</sup>, em julho de 1995, que resultou na morte de 7 mil meninos e homens. De acordo com Jones (2010), o modo de operação das tropas sérvias eram:

---

16- Em julho de 1993, Srebrenica, junto a três outras áreas na Bósnia foram declaradas pela ONU como “zonas seguras”. Dois anos depois, forças sérvias na Bósnia entraram em Srebrenica e evacuaram mulheres, crianças, idosos e pessoal da ONU do local, restando apenas homens e meninos em idade de batalha. Após a morte das 7 mil vítimas, caminhões foram levados para o local para recolher

1. Concentração. Cercar a área a ser limpa e depois de avisar os sérvios residentes – muitas vezes eles são instados a sair ou pelo menos são instruídos a marcar suas casas com bandeiras brancas – intimidar a população-alvo com fogo de artilharia e execuções arbitrárias e depois trazê-los para as ruas.
2. Decapitação. Executar líderes políticos e aqueles capazes de ocupar seus lugares: advogados, juízes, funcionários públicos, escritores, professores.
3. Separação. Dividir mulheres, crianças e velhos de homens em “idade de luta” – dezesseis a sessenta anos de idade.
4. Evacuação. Transportar mulheres, crianças e velhos até a fronteira, expulsando-os para um território ou país vizinho.
5. Liquidação. Execute homens em “idade de luta”, descarte corpos (JONES, 2010, p.323, tradução nossa).

Desse modo, o desencadeamento da violência estava ligado a uma tentativa sérvia de estabelecer um Estado etnicamente homogêneo por meio de reajustes das fronteiras entre esses territórios (RAE, 2002). É importante ressaltar, novamente, que todas as partes envolvidas no conflito foram responsáveis por perpetrar uma série de violências, porém, as investidas sérvias ganharam destaque por terem sido empregadas em larga escala, sobretudo contra a população muçulmana da Bósnia.

Em relação à violência sexual, estima-se que entre 20.000 a 50.000 mulheres (muçulmanas, croatas e sérvias) tenham sido estupradas durante o genocídio (STIGLMAYER, 1994, p.85). Do mesmo modo que no contexto ruandês, este número é bastante subnotificado. O trauma e a vergonha que essas mulheres sentem após a violência sofrida faz com muitas acabem tirando a própria vida ou até mesmo fugindo para locais onde sua identidade não é conhecida. Além disso, em muitos casos, a própria família estimulou aquela mulher a não revelar a verdade, com medo de retaliação e estigmatização por parte da comunidade (HAMEL, 2016). Portanto, mensurar o verdadeiro impacto da violência sexual no conflito é bastante difícil.

Como mencionado acima, um dos principais motivos para a escalada da violência foram as invasões sérvias em territórios considerados de interesse dos mesmos. As violências sexuais empregadas durante o genocídio possuíam o intuito de realizar uma “limpeza étnica” para os sérvios nestes territórios (STIGLMAYER, 1994; MACKINNON, 1994a), garantindo a manutenção territorial da Iugoslávia e contribuindo para a construção da Grande Sérvia. Nesse sentido, os estupros tinham como propósito deslocar a população inimiga daqueles territórios e inviabilizar sua capacidade reprodutiva, uma vez que as crianças que nasceriam desta violência

---

os corpos. Para mais informações, consultar: <https://www.britannica.com/event/Srebrenica-massacre>. Último acesso em abril de 2022.

herdariam a linhagem paterna, e, portanto, sérvia. Segundo uma sobrevivente, em entrevista a Hamel (2016),

[f]ui estuprada por causa da minha nacionalidade. Eles, sérvios, queriam destruir os bósnios. Não posso dizer que os bósnios não estupraram outras mulheres, mas é uma minoria. Os sérvios queriam ultrapassar a parte oriental da Bósnia e não escolheram uma arma. Na verdade, as mulheres eram a arma mais forte (HAMEL, 2016, p.291, tradução nossa).

Enquanto que em Ruanda (vide seção seguinte), os estupros eram incentivados por meio da propaganda genocida – as transmissões de rádio e as charges nas revistas Hutus – no caso bósnio, havia uma indústria pornográfica muito grande por detrás (MACKINNON, 1994a). Essa indústria era alimentada pela violência sexual perpetrada no conflito, no qual os estupros eram filmados e fotos eróticas das vítimas eram tiradas, como modo de estimular os estupradores (ALLEN, 1996, p.34-35). Com isso, a imagem da mulher era desumanizada e ela passava a ser vista como um objeto – além de inimiga – o que facilitava, e também legitimava, para as tropas sérvias, a realização de outros estupros. Segundo o registro conseguido por Mackinnon (1994a) sobre este tema:

[u]ma mulher que sobreviveu ao campo de estupro/exterminio de Bucje, na Croácia ocupada pelos sérvios, relata a produção de pornografia de seus estupros da seguinte maneira: “Na frente da câmera, um bate em você e o outro – com licença – te fode, ele enfia o cassete em você e filma tudo isso... Tivemos até que cantar músicas sérvias... na frente da câmera.” Conta após conta documenta que as forças sérvias filmam enquanto estupram. Enquanto fazem isso, eles observam, riem, encorajam uns aos outros e vomitam xingamentos e epítetos étnicos. “Prostituta da Ustasha” é particularmente comum (MACKINNON, 1994a, p.75, tradução nossa)

Em outro texto, Mackinnon (1994b), ressalta também que os sérvios, muitas vezes, veiculavam essas imagens pornográficas com a identidade de suas vítimas alteradas. Isso era usado como uma estratégia para convencer a população sérvia de que o mesmo estava sendo praticado por muçulmanos contra as mulheres sérvias, espalhando um sentimento de ódio e vingança na população. Dessa forma, a violência empregada para com os muçulmanos era autorizada e tornada legítima (MACKINNON, 1994b, p.190-192).

Nesse sentido, a violência empregada durante o conflito não era pautada apenas em questões étnicas, mas também, em estruturas de gênero que definiam os papéis de homens e mulheres nessas sociedades, algo que também ocorre em Ruanda. Allen (1996) destaca que as sociedades iugoslavas eram patriarcais, ou seja,

eram dominadas pelos homens, que ocupavam grande parte do cenário público – cargos políticos, militares etc. – ao contrário das mulheres, cujas atividades concentravam-se no ambiente doméstico. De acordo com Seifert (1994),

se o objetivo é destruir uma cultura, [as mulheres] são os alvos principais por causa de sua posição cultural e sua importância na estrutura familiar. Nas ‘guerras sujas’ não é necessariamente a conquista do exército estrangeiro, mas sim a desconstrução de uma cultura que pode ser vista como objetivo central das ações de guerra (SEIFERT, 1994, p.62, tradução nossa).

No caso muçulmano, que compunha a maioria das vítimas, essa organização não era diferente. Segundo Zalihic-Kaurin (1994), a mulher muçulmana pertencia ao espaço privado, tendo seu papel como esposa, mãe e dona de casa valorados na sociedade, ao passo que ao homem cabia sustentar e proteger a casa e sua família. Assim, meninas e meninos eram preparados para essa função e, no caso desse primeiro grupo, a virgindade marcava sua diferenciação das mulheres casadas (ZALIHIC-KAURIN, 1994, p.170-171). Segundo a autora,

[u]ma das designações mais impressionantes do Alcorão para casamento é a palavra árabe *hisen*, “fortaleza”. O marido protegia a fortaleza e a esposa reinava sobre seu reino interior. Em seu centro estavam seus filhos e sua educação. Os muçulmanos consideravam a educação das crianças em casa como a base para seu desenvolvimento e visões posteriores. Um provérbio muçulmano afirma: “Assim como nossas mulheres são, nossa comunidade também é”. Dentro dessa fortaleza, a mãe muçulmana era tudo: a primeira creche, a primeira escola primária, a primeira fonte de sabedoria, o primeiro juiz.

Os estupros, assim, foram utilizados de três modos principais neste conflito. O primeiro deles foram os estupros em massa, que eram realizados publicamente pelas tropas militares sérvias ou paramilitares após a ocupação de alguma região. Eles eram geralmente praticados na frente de conhecidos e familiares, como forma de humilhar não só a vítima, mas também a comunidade, evidenciando sua impotência e incapacidade de proteger suas mulheres durante o conflito (ALLEN, 1996, p.62). A segunda forma consistia nos estupros como tortura em campos de concentração. E, por último, o terceiro modo ficou conhecido como “campos de estupro” (*rape camps*), que consistiam em:

edifícios ou outros recintos onde meninas e mulheres bósnia-herzegovina e croatas são mantidas e sistematicamente estupradas por semanas ou meses por pessoal sérvio do exército iugoslavo, soldados sérvios irregulares, *chetniks* e até civis. Os campos de estupro/morte são restaurantes, hotéis, hospitais, escolas, fábricas, bordéis em tempos de paz ou outros prédios (Ibid., p.65, tradução nossa).



De acordo com a autora, eles ficavam, de modo geral, em prédios separados, mas também podiam se localizar em campos de concentração comum. Assim como os campos de concentração regular, esses campos encontravam-se em condições precárias de higiene e alimentação (SEIFERT, 1994; STIGLMAYER, 1994). Suas duas principais finalidades eram utilizar o estupro como uma forma de tortura e destruição psicológica da vítima e de sua comunidade como um todo e engravidar forçadamente as mulheres atacadas, a fim de perpetuar a linhagem sérvia através dessas crianças. Uma vítima relatou que, dentro do campo de estupro, um soldado lhe disse que: “Eles nos chamavam de turcos. Eles nos disseram: ‘Vocês não vão mais dar à luz turcos, mas sérvios’” (MEMIŠEVIĆ, 2020). Portanto, a gravidez forçada era uma estratégia planejada e deliberada do genocídio bósnio, ao contrário do que ocorre em Ruanda, como falaremos mais à frente.

Dessa forma, percebemos que os estupros foram parte central do genocídio, sobretudo nos casos que resultaram em gravidez forçada, uma vez que os perpetradores viam nessas crianças uma forma de perpetuar a linhagem étnica. O número expressivo de mulheres bósnias vítimas de estupro, como apresentado no começo dessa seção, levaram também a uma quantidade significativa de crianças nascidas deste ato. Estima-se que cerca de 10.000 crianças nasceram de estupro na Bósnia (CARPENTER, 2000), número igualmente subnotificado, uma vez que muitas delas foram vítimas de aborto, infanticídio e abandono, o que impediu o reconhecimento de sua verdadeira identidade. Mesmo assim, essas crianças e a maternidade forçada são invisibilizadas no cenário nacional e jurídico do país.

Além de todos os traumas causados na vida das crianças nascidas de estupro, já mencionadas neste capítulo – infanticídio, abandono, negligência, estigmatização social, marginalização econômica etc. – a adoção internacional foi proibida pelas autoridades bósnias, o que acentuou ainda mais a relação desigual na qual este grupo se encontra. O governo optou por não permitir que as adoções ocorressem com o intuito de que as mães eventualmente aceitassem aquelas crianças ou outras famílias bósnias optassem por criá-las, o que garantiria a repopulação do país após as matanças (LEE, 2017). Entretanto, “famílias adotivas preferiam recém-nascidos e não queriam adotar filhos de estupro, especialmente os filhos da limpeza étnica” (SULLIVAN & HAMMER, 1996, p. 18 apud ERJAVEC & VOLČIĆ, 2010, p.362, tradução nossa).

Todavia, essas crianças são consideradas tabus na sociedade bósnia, o que dificulta qualquer tipo de justiça e garantia de direitos. Nomes como “bebês *chetniks*” e “crianças do ódio” foram utilizados para representar este grupo, demonstrando que suas comunidades associavam sua existência ao inimigo, o que impedia o seu reconhecimento como vítimas do crime de estupro e gravidez forçada. Esse discurso também é utilizado a nível político nacional, fazendo com que esforços de paz e reconciliação não fossem adiante. De acordo com Carpenter (2009a), a mídia teve um papel muito importante nesse contexto, pois, além de reduzir o conflito a dimensões étnicas, representando-o somente como uma animosidade entre bósnios e sérvios, também enfatizaram o sofrimento que a existência dessas crianças simboliza na vida de suas mães, justamente por constituírem a materialização do trauma vivido. Nesse sentido, “em vez de promover uma compreensão dos direitos das crianças e como garanti-los, as histórias dos ‘bebês de guerra bósnios’ ajudaram a construir e naturalizar os entendimentos muito racializados do conflito e do parentesco que tornariam mais difícil garantir seus direitos” (CARPENTER, 2009a, p.41, tradução nossa).

Em decorrência disso, o auxílio a essas crianças é proveniente de ONGs<sup>17</sup>, assim como no caso de Ruanda. Um exemplo é a ONG de origem egípcia “*Ali D’adulhakk’s’Fatwa on Children Born of War by Raped Women in Bosnia-Herzegovina*”<sup>18</sup>, criada para atender as mulheres e as crianças vítimas do estupro. Nela, as mulheres não eram culpabilizadas pelo estupro – algo que ocorria no nível comunitário – pois entendiam que esse fato estava fora do controle das mesmas (OMERDIC, 2002). Além disso, elas eram representadas pela *fatwa* como heroínas que se sacrificavam pelo Islã com aquilo que tinham de mais precioso, neste caso, sua virgindade (LEE, 2017, p.159). Mesmo o aborto sendo considerado pecado no Islã, a ONG entendia que ele era permitido em certas circunstâncias. Por esta razão,

---

17- Criada em 1993 por Monika Hauser, a organização de mulheres Medica Zenica é uma das poucas que prestam apoio ginecológico, terapêutico e psicológico não só às mulheres vítimas de abuso sexual e gravidez forçada, mas também às suas famílias. Nos últimos anos, a organização passou a contar com o apoio de instituições estatais e ministérios, porém, a Medica Zenica afirma que esse assunto não é prioridade para nenhuma delas, o que faz com que a organização careça de fundos para a realização de seu trabalho. Nesse sentido, ainda há uma série de desafios no reconhecimento da existência deste grupo e na necessidade de auxílio psicológico, financeiro e médico.

18- Para mais informações sobre a ONG, consultar: [www.onislam.net/english/ask-the-scholar/cri-mes-and-penalties/mischief/175151-aborting-a-fetus-resulting-from-rape.html](http://www.onislam.net/english/ask-the-scholar/cri-mes-and-penalties/mischief/175151-aborting-a-fetus-resulting-from-rape.html). Último acesso em abril de 2022.

as ONGs islâmicas forneceram uma infinidade de serviços para mulheres e seus filhos, como casas seguras, campanhas anti-estigma e intervenção caso a caso, o que incentivou famílias e comunidades locais a apoiar as mulheres e seus filhos concebidos por estupro, incluindo dando apoio financeiro. A suposição subjacente da intervenção da liderança religiosa e das organizações islâmicas era que os filhos nascidos de estupro de mulheres muçulmanas deveriam ser reivindicados para o Islã, não muito diferente dos filhos de soldados franceses nascidos de mulheres alemãs durante a Segunda Guerra Mundial, ou de mulheres vietnamitas durante a Segunda Guerra Mundial. Guerras da Indochina, tinha sido reclamado para a Nação Francesa. Em outras palavras, enquanto as crianças foram instrumentalizadas no discurso em torno da nação francesa, as crianças na Bósnia foram instrumentalizadas como parte do discurso da interpretação religiosa do conflito bósnio (LEE, 2017, p.160, tradução nossa).

Desse modo, a *fatwa* demandava que todos os bósnios respeitassem e acolhessem essas mulheres e seus filhos, sendo esses últimos uma responsabilidade também da comunidade, e não apenas de suas mães (OMERDIC, 2002). Apesar de todos os progressos feitos pela ONG na disseminação de uma mentalidade acolhedora e inclusiva, seus auxílios destinavam-se somente a mulheres muçulmanas, excluindo croatas e sérvias que, mesmo que em menor escala, também haviam sido vítimas de violência sexual e gravidez forçada, o que mostra que essas crianças foram instrumentalizadas para fins religiosos (Ibid.). Portanto, apesar de buscarem uma representação alternativa dessas crianças, no qual elas eram símbolo da resiliência de suas mães, ela não contemplava todas as vítimas de estupro, reafirmando determinadas fronteiras étnicas.

Em 2006, o lançamento do filme *Grbavica*<sup>19</sup> levou o governo a iniciar um programa de criação e implementação dos direitos das mulheres sobreviventes. Contudo, a resistência da sociedade bósnia em não reconhecer as crianças nascidas de estupro também como vítimas do conflito fez com que a iniciativa não fosse para frente, e esse grupo continuasse a margem (ERJAVEC & VOLČIĆ, 2010).

---

19- De acordo com Erjavec e Volčić (2010), “ambientado em Sarajevo, na Bósnia e Herzegovina (doravante BH) no rescaldo das guerras iugoslavas da década de 1990, em que o estupro era uma das estratégias de guerra, conta a história de uma complicada relação mãe-filha. Sara, uma menina bósnia de 12 anos, que acreditava que seu pai havia morrido como herói de guerra, descobre que ele não era um mártir (*shahid*) como ela supunha, mas um soldado sérvio. Ela tem que lentamente chegar a um acordo com sua identidade – Ele era um soldado inimigo que estuprou sua mãe Esma em um campo de prisioneiros e esteve envolvido em estupros em massa de mulheres muçulmanas durante a guerra de BH. O filme aponta sutilmente para a impossibilidade de deixar o passado para trás e nos lembra que as crianças nascidas após as guerras enfrentam as consequências da guerra” (ERJAVEC & VOLČIĆ, 2010, p.360, tradução nossa).

A personagem principal deste filme, Ajna Jusic<sup>20</sup>, fundou, em 2015, a *Forgotten Children of War Association*. A associação, que é fundada por crianças nascidas de estupro (hoje já jovens adultos) defende o reconhecimento legal e social deste grupo. Suas intervenções visam lutar contra a estigmatização e discriminação cotidianas, de modo a construir uma sociedade não patriarcal e com tolerância zero à violência (SAME, s.d.). Além disso, ela visa abolir a obrigação de ter o nome do pai nos documentos oficiais, o que reforça o caráter patriarcal da sociedade bósnia, e fornecendo-lhes os benefícios concedidos às vítimas da guerra, uma vez que eles também são sobreviventes do conflito. Em resumo:

[o] objetivo principal da organização é iniciar e representar a narrativa sensível das consequências da guerra em relação às suas vítimas mais inocentes: as crianças nascidas da guerra. Existem três subcategorias de crianças nascidas da guerra; e a maioria delas são crianças nascidas de estupros de guerra, exploração sexual e tráfico de mulheres e meninas em conflitos e pós-conflito na Bósnia e Herzegovina. O que essas crianças, hoje adolescentes e jovens adultos, têm em comum são as experiências de estigmatização e discriminação, questões de identidade e apego, dificuldades emocionais, falta de direitos e *status* legais, além de dificuldades para enfrentar o processo de descoberta da verdade e sua origem biológica (SAME, 2020, n.p.).

O trabalho da organização se tornou tão notório que seus membros passaram a ser chamados para debates internacionais. Alen Muhic, co-fundador da associação, foi convidado, em 2019, para participar do workshop *Advancing Reparations for Survivors of Conflict-Related Sexual Violence*, na ONU. Neste episódio, além de retratar sua trajetória pessoal como uma criança nascida de estupro, foi possível divulgar o trabalho da associação, chamando atenção para um fenômeno internacionalmente também esquecido e silenciado (CHIBOW, 2019).

Assim, os filhos do estupro “se tornaram o símbolo do trauma que a nação como um todo passou, e a sociedade prefere não reconhecer suas necessidades” (PEHLIVAN, 2021, n.p.). O que tentamos mostrar, desse modo, foi que, mesmo com diversas iniciativas voltadas para este grupo, elas se concentram a nível local, não conseguindo contemplar toda a realidade social do país. As fraturas identitárias do genocídio permanecem até os dias atuais na sociedade, o que impacta no

---

20- Ajna Jusic é uma criança nascida de estupro na Bósnia e sua mãe. Ela foi a primeira criança nascida na organização Medica Zenica, no ano de 1993. Até os 15 anos, ela achava que seu pai biológico era seu padrasto, quando descobriu a verdade em meio a documentos de sua mãe. Antes mesmo de saber sobre sua real origem, Ajna já era vítima de comentários estigmatizadores de sua comunidade, que, além de a verem como filha do “inimigo”, também condenavam o fato de seu padrasto tê-la assumido (IMEP, 2017).

reconhecimento das crianças nascidas de estupro como vítimas do genocídio. Os nomes que são dados a elas, conforme vimos nos parágrafos acima, mostram como elas ainda são representadas como um “fardo” para suas mães e um risco para a sociedade, por terem o mesmo sangue do perpetrador.

A seção seguinte objetiva apresentar o segundo maior genocídio do final do século XX: Ruanda. Nela, também forneceremos um breve panorama do conflito para que, em seguida, possamos tratar das questões de gênero que estão relacionadas ao estupro e as crianças nascidas desta violência. O enfoque nessas crianças se dará por meio das violações enfrentadas pelas mesmas a nível nacional e o trabalho de algumas organizações que visam dar suporte às mulheres e crianças sobreviventes.

### 2.3.2.

#### Ruanda (1994)

O genocídio ruandês ocorreu entre abril e julho de 1994, resultando em quase 1 milhão de mortes ao longo de 100 dias de matanças. Este evento, que chocou a comunidade internacional devido ao seu alto grau de violência – sobretudo pelo tipo de arma utilizada nas mortes, os machetes<sup>21</sup> – é derivado de clivagens étnicas entre os dois maiores grupos do país, os Tutsis (aproximadamente 15% da população) e os Hutus (aproximadamente 85%)<sup>22</sup>.

Antes da colonização belga no país, que deu início às carteiras com identificação étnica, essa divisão pautava-se muito mais em questões econômicas, fazendo com que a mobilidade entre essas etnias fosse possível (LEMARCHAND, 2009, p.486). Os Tutsis eram um grupo ligado ao pastoreio, atividade considerada mais nobre dentro da sociedade ruandesa, uma vez que o leite da vaca é visto como

21- De acordo com o Dicionário Online de Português, o termo machete é um substantivo masculino com os seguintes significados: (1) descante popular; (2) faca de lâmina espessa; facão de mato, grande e pesado; sabre com dois gumes; (3) usado principalmente na América do Sul e nas Antilhas. Os machetes usados como arma, porém, têm lâminas estreitas, e geralmente de 60 a 90 cm de comprimento. Os de lâmina curta são usados em geral para cortar cana-de-açúcar e abrir picadas. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/machete/>. Último acesso em março de 2022.

22- Além dos Tutsis e Hutus, uma terceira etnia existia em Ruanda, os Twas. De acordo com Max Bearak (2019), “Os Twa são o povo nativo do Ruanda e hoje representam apenas 1% da população, mas cerca de um terço da comunidade – pelo menos 10 mil pessoas – foram mortas durante o genocídio ruandês. Outro terço tornou-se refugiados, diz Jerome Lewis, um antropólogo que fez censos dos Twa. “Só ficaram no Ruanda órfãos e velhotas”, disse Lewis. “Proporcionalmente, sofreram mais do que qualquer outro grupo. E, no entanto, não existe um único memorial em seu nome” (BEARAK, 2019, n.p.).

algo sagrado. Ao mesmo passo, os Hutus exerciam atividades ligadas à agricultura, consideradas menos nobres, sendo os mesmos amplamente explorados antes de terem os recursos necessários para conseguir adquirir uma vaca e, assim, mudar de etnia. Todavia, como já mencionado, isso se modifica em 1926 durante a colonização belga, que faz com que a mobilidade social não seja mais permitida (BAINES, 2003, p.481).

Com a Conferência de Berlim, em 1884, Ruanda se tornou uma colônia alemã que, devido a derrota do país na Primeira Guerra Mundial, passou a ser administrada pela Bélgica. No início desta administração, a Bélgica enviou cientistas para o país que “trouxeram balanças, fitas métricas e compassos e saíram pesando ruandeses, medindo sua capacidade craniana e realizando análises comparativas da protuberância relativa de seus narizes.” (GOUREVITCH, 2006, p. 54). A partir de tais estudos, os Tutsis foram considerados o grupo que mais se aproximava dos traços europeus/caucasianos, fazendo com que os mesmos fossem posicionados como a “raça superior” (SPEKE, 1864), tendo o direito a ocupar os cargos políticos e de destaque do país, criando um sentimento de ódio por parte da comunidade Hutu, que se encontrava às margens da sociedade. Desse modo, com a independência do país em 1962 e a tomada do poder pelos Hutus, a construção de uma identidade ruandesa não se torna possível, uma vez que clivagens étnicas tomavam conta do imaginário social do país (GOUREVITCH, 2006, p. 57).

Nesse sentido, o governo Hutu é pautado em uma política de revanchismo, no qual os papéis são invertidos e os Tutsis passam a ocupar posições marginais na sociedade. Três anos antes, em 1959, quando dá-se início à Revolução que culmina na independência do país, os Hutus já dão início a ações que indicam o que viria a acontecer quatro décadas depois, em 1994 (MUKASONGA, 2018, p.13). Doze anos após a independência, o General Hutu Juvénal Habyarimana, então chefe de gabinete do Exército, dá um golpe de Estado que derruba o presidente que foi eleito em 1960, Grégoire Kayibanda. Ele foi considerado um Hutu moderado por cessar com as perseguições em curso contra os Tutsis, porém, ainda haviam mecanismos legais e sociais que mantinham o grupo subjugado. Dessa forma, devido à instabilidade política, sobretudo com a invasão da Frente Patriótica Ruandesa (RPF, em inglês) em 1990, Habyarimana tenta instaurar os Acordos de Arusha (1993), a fim de iniciar um cessar fogo com a RPF e criar um governo compartilhado entre ambas as etnias no país (JASINSKI, 2017, p.205).

Entretanto, em 6 de abril de 1994, os presidentes de Ruanda e do Burundi morrem no voo de volta da Tanzânia. Esse evento serviu de gatilho para o início do genocídio, fazendo com que barreiras fossem instauradas nas estradas da noite para o dia como forma de impedir a fuga dos Tutsis e Hutus que não apoiavam o genocídio do país. Como mencionado anteriormente, a brutalidade das mortes causou espanto na comunidade internacional, uma vez que a arma utilizada para as matanças foram os machetes, ou seja, grandes facões utilizados na agricultura que envolviam uma proximidade e um contato entre perpetrador e vítima que, em muitas das vezes, eram vizinhos e frequentavam os mesmos espaços (JASINSKI, 2017, p.210). Por isso, o discurso disseminado por parte das lideranças do genocídio para com os Hutus foi muito efetivo, de modo a dar sentido aos atos genocidas, colocando-os como a única opção possível para este contexto.

Como forma de potencializar esse discurso e consolidar o imaginário Hutu durante este período, alguns veículos midiáticos foram utilizados. Criada em 1990 após a invasão da RPF, a *Kangura*<sup>23</sup> foi a revista que iniciou a campanha de ódio aos Tutsis, apelidando-os de baratas, uma metáfora que sugeria que eles eram inimigos fracos e traiçoeiros (KIERNAN, 2007, p.558). É nesta mesma revista que são publicados os Dez Mandamentos Hutus, que, por se tratar de uma sociedade majoritariamente católica (BAINES, 2003, pp.481-482), faz com que este nome possua um apelo divino, como se fosse algo enviado por Deus, colocando as matanças não como um pecado, mas sim, como um caminho para a salvação.

De mesmo modo é criada pelos Hutus, também neste período, a *Radio Télévision Libre des Mille Collines* (RTL), pois o rádio possuía um alcance muito maior do que a televisão na Ruanda dos anos 1990. O rádio serviu de veículo para a propagação dos mesmos discursos que classificavam os Tutsis como “baratas”, além de constantes publicações e informativos responsáveis por convencer a população de que esta era uma ameaça a ser exterminada. Não só, o nome de Tutsis e sua localização eram anunciados sincronamente, de modo a evitar com que os mesmos escapassem (GENOCIDE ARCHIVE OF RWANDA, s.d.).

---

23- Baseada na cidade de Gisenyi, a revista, cujo nome significa “acordar”, publicava em *kinyarwanda* (idioma local) e francês. Era patrocinada pelo partido dominante e editada por Hassan Ngeze, e era uma resposta a revista *Kanguka*, patrocinada pela RPF. Para mais informações, acessar: <https://web.archive.org/web/20130103180249/http://www.trumanwebdesign.com/~catalina/kangura.htm>. Último acesso em março de 2022.

Todo este cenário é potencializado pelas relações de gênero complexas que, somada a questões étnicas, foram responsáveis pela disseminação dos estupros durante o genocídio. Devido à crise econômica ocorrida no período pré-genocídio, muitos jovens Hutus passaram por uma crise na masculinidade, uma vez que o número de terras disponíveis reduziu drasticamente (MULLINS, 2009, p.28). De acordo com Jones (2002), haviam uma série de opções na sociedade antes do genocídio para que os jovens pudessem adquirir terras; sendo elas: (1) adquirir terra das gerações mais velhas; (2) limpar terras agrícolas nas colinas; (3) migrar para Uganda ou Zaire para encontrar terra ou trabalho; (4) tornar-se cliente de um país mais rico ou de um homem mais poderoso e (5) obtenção de emprego formal, geralmente no serviço público (JONES, 2002, p.66) A ausência de terras é um obstáculo para que este jovem se case e constitua uma família, algo de grande prestígio na sociedade ruandesa. Desse modo, as milícias Hutus se apropriaram deste fato e classificaram as matanças como um “trabalho”, de modo a amenizar seus efeitos e dar uma função social para este evento. Nessa ideia de trabalho também está implícito que as terras daqueles que foram mortos por este jovem passam a pertence-lo, portanto, os homens Hutus veem nesta prática uma forma de recuperar sua honra e prestígio dentro da sociedade (Ibid., pp.78-79).

Nesse sentido, a mídia também foi importante para a construção da imagem da mulher Tutsi. Em entrevista à pesquisadora Lisa Sharlach (1999), uma sobrevivente Tutsi relatou que:

[a] mídia foi usada para preparar a sociedade. Eles inventaram os mandamentos, os mandamentos dos hutus. ‘A mulher tutsi é má, a mulher tutsi é uma prostituta, a mulher tutsi é uma informante/espã’. Tudo isso, toda essa propaganda, estava no rádio e na TV. Isso levou a muitos sentimentos contra as mulheres tutsis, de que se deveria matá-las, que se a mulher tutsi se casasse com um hutu, até mesmo as crianças deveriam ser mortas. Foi a campanha da mídia que preparou o genocídio. (SHARLACH, 1999, p.394, tradução nossa)

Assim, a autora mostra que elas eram retratadas como inimigas, prostitutas e uma ameaça à comunidade Hutu, que poderiam usar sua beleza para seduzir os homens e subverter a nação às suas vontades (Ibidem.), sendo também chamadas de Mata Hari<sup>24</sup> pela mídia genocida. Uma forma de materializar esta campanha foi

---

24- De acordo com o site de biografias Biography.com (2014, n.p., tradução nossa), “Mata Hari era uma dançarina e amante profissional que aceitou uma missão de espionagem para a França em 1916. Contratada pelo capitão do exército Georges Ladoux, concordando em passar informações militares recolhidas de suas conquistas para o governo francês. Pouco tempo depois, no entanto, Mata Hari



por meio dos Dez Mandamentos Hutus, cujos três primeiros pontos tratam especificamente das mulheres Tutsis, como podemos ver abaixo:

1. Todo hutu deve saber que uma mulher tutsi, seja ela quem for, serve ao interesse do grupo étnico tutsi. Assim sendo considerado traidor qualquer hutu que: desposar da mulher tutsi, ajudar uma mulher tutsi, empregar uma mulher tutsi como secretária ou concubina;
2. Todo hutu deve saber que nossas filhas hutus são mais adequadas e conscientes em seu papel de mulher, esposa e mãe de família. Que elas são bonitas, boas secretárias e mais honestas;
3. Mulheres hutus, sejam vigilantes e procurem abrir os olhos de seus maridos, filhos e irmãos.<sup>25</sup>

Os estupros, assim, aparecem nesse contexto como uma política central durante o genocídio, não sendo restrito às milícias, mas praticado, também, por qualquer um que apoiasse o conflito (SHARLACH, 1999, p.394), o que acarretou em sua classificação como um crime de genocídio, como veremos no próximo capítulo. De acordo com um relatório produzido pela *Human Rights Watch* em 1996, estima-se que 200.000 a 500.000 mulheres foram estupradas em Ruanda e, desses estupros, cerca de 50.000 crianças nasceram (NOWROJEE, 1996). Ao contrário do observado no contexto bósnio, a gravidez forçada não foi uma estratégia premeditada por parte das milícias genocidas em Ruanda (HAMEL, 2016), e as crianças foram um efeito a mais dos estupros perpetrados em Ruanda. Por todas essas questões já mencionadas, além de episódios nos quais as vítimas conseguiram abortar ou cometer infanticídio, ambos os números são passíveis de subnotificação, o que significa que esses dados não refletem completamente a realidade. Aquelas mulheres que optaram por criar suas crianças levaram a clivagens étnicas em suas comunidades (REID-CUNNINGHAM, 2008, p.289), justamente pelo fato de seus filhos também carregarem a identidade do perpetrador e, assim, serem constantemente associados a figura do inimigo.

Os padrões de representação das crianças nascidas de estupro em Ruanda seguem aqueles apresentados na segunda seção deste capítulo. Neste contexto, muitas dessas crianças foram vítimas de tentativas de aborto – uma prática ilegal no país –, infanticídio, negligência e abandono por parte de suas mães, em decorrência

---

foi acusado de ser um espião alemão. Ela foi executada por um pelotão de fuzilamento em 15 de outubro de 1917, depois que as autoridades francesas souberam de sua suposta agência dupla”. Para mais informações, consultar: <https://www.biography.com/performer/mata-hari>. Último acesso em março de 2022.

25- Disponível em <http://unicrio.org.br/docs/ruanda/painel2b.pdf>. Último acesso em março de 2022.

do trauma vivido pelas mesmas (MUKAGENDO, 2007). As mulheres que optaram por criar seus filhos foram ostracizadas, e até agredidas, em suas comunidades por carregarem um *little Interahamwe* (WOOLNER et al., 2018). Ou seja, essas crianças eram representadas como potenciais combatentes, por terem o mesmo sangue do perpetrador, e, por isso, deveriam ser excluídas, pois eram vistas como uma barreira a superação do trauma e reconciliação, além de uma fonte de tensão e conflito familiar (MUKAMANA & BRYSIIEWICZ, 2008). Como efeitos dessa representação, essas crianças sofreram uma série de violações de seus direitos.

Devido a questões relacionadas a patrilinidade, essas crianças enfrentam também problemas no registro de nascimento e nos direitos de família. Como todas as crianças do país, as crianças nascidas de estupro têm seu direito de serem registradas e terem sua identidade reconhecida garantida por lei (MUKAGENDO, 2007, p.49). Segundo o art. 117 do Código Civil Ruandês, todas as crianças devem ser registradas em até 15 dias após o seu nascimento. Entretanto, este registro só pode ocorrer mediante a apresentação de um atestado médico. Como grande parte dos partos não foram realizados em hospital, sobretudo pelo estigma que essas mulheres carregam, o registro dessas crianças fica comprometido.

Outro ponto ressaltado pelo Código Civil é o direito da criança de ter um nome e, eventualmente, um ou mais *given names* (art. 58). Contudo, o art. 61 deste mesmo documento proíbe que os nomes escolhidos sejam prejudiciais aos padrões morais (MUKAGENDO, 2007, p.50). Esse princípio, porém, é violado por meio das designações que são dadas a essas crianças, como mostrado no Quadro 1 no início do capítulo – destacamos aqui alguns nomes: *devil's children*, *the intruder*, *unwanted children*, *children of bad memories*, *genocidal children*, *little killers*, *children of hate* – como uma forma de associá-las a brutalidade cometida por seus pais. Portanto, percebemos que não há esforços, a nível jurídico, por parte do Estado, com o objetivo de contemplar os direitos dessas crianças.

A nível governamental, ainda, todos os sobreviventes do genocídio estarem aptos a receberem o apoio médico e social do *Fund to Assist Survivors of the Genocide* (FARG), criado por meio da Lei Ruandesa nº 2/1998<sup>26</sup>. Porém, as crianças nascidas de estupro não são contempladas por essa assistência por não serem consideradas sobreviventes do genocídio, mesmo frente a situação de suas mães. Essas

---

26- Para mais informações, consultar: <http://www.farg.gov.rw/index.php?id=3>. Último acesso em março de 2022.

mulheres, apesar de serem reconhecidas como vítimas do genocídio e contempladas pelo programa, muitas vezes não têm acesso as informações acerca do fundo, o que faz com elas não consigam tratamento adequado contra o HIV (DONOVAN, 2002). Assim, em grande parte dos casos, nem as mães e nem seus filhos recebem tratamento médico e social adequado, o que faz com que alguns impactos físicos e psicológicos permaneçam.

Um esforço do governo para reconhecer a existência das crianças nascidas de estupro e viabilizar sua integração na sociedade ocorreu em 2004, onde o então Ministro da Educação, Romain Murenzi, estava trabalhando em um currículo nacional que explicasse a existência dos filhos nascidos de estupro nas escolas, pois muitos deles eram alunos naquela época (WAX, 2004; MUKANGENDO, 2007). Entretanto, tal iniciativa não foi concretizada, o que mostra que, ainda hoje, a representação dessas crianças como inimigas – algo que se dá por parte tanto da comunidade materna quanto da paterna – é predominante no país, fazendo com que permaneçam excluídas. A respeito deste tópico, o relato de uma criança nascida de estupro é elucidativo:

Na escola, entrei para a associação de sobreviventes estudantis; jovens se abriram para mim e compartilharam suas experiências. Mas então um dia **um dos meus parentes disse à associação que eu sou um intruso, alguém que está tentando esconder sua identidade dentro da organização, e ele disse a eles que eu nasci desse homem da *Interahamwe* (assassino da milícia Hutu) que é um Hutu**. Então, meus amigos da associação pararam de falar comigo e me evitaram, e me expulsaram. (Emanuelle, 2018) (FOUNDATION RWANDA, 2022, grifos nossos).

O que percebemos, portanto, é que, mesmo com a abolição das categorias étnicas por parte do governo no pós-genocídio (JASINKI, 2017), essas identidades continuam fazendo parte do imaginário social. De acordo com Jean Hatzfeld (2018), os filhos dos genocidas Hutus sofreram mais do que os sobreviventes Tutsis no pós-genocídio, devido ao estigma enfrentado em decorrência dos crimes cometidos por seus pais e por não serem incluídos como sobreviventes no pós-conflito, o que os privou de serem receptores de subsídios governamentais (HATZFELD, 2018, p.101). Nesse sentido, de acordo com Crawley e Simic (2012), as crianças nascidas de estupro “ficam sem palavras, não são sujeitos, mas sim símbolos dos crimes narrados pela mãe, cifras de violência sexual, desprovidas de perspectiva, fardos a carregar” (CRAWLEY; SIMIC, 2012, p.94, tradução nossa). Por esta razão, por também possuírem a identidade do perpetrador, elas acabam sendo

marginalizadas no discurso nacional por não serem reconhecidas como vítimas, mas sim, como marcas da violência sofrida pela comunidade e que devem ser invisibilizadas.

Grande parte da ajuda fornecida a essas crianças é proveniente do trabalho de ONGs<sup>27</sup>. Em 2007, o fotojornalista Jonathan Torgovnik, fundou a ONG Foundation Rwanda, com foco nas crianças nascidas de estupro. Durante uma viagem que realizou ao leste africano para documentar a comemoração dos 25 anos do combate ao HIV/AIDS, ele conheceu Odette, primeira mulher vítima de gravidez forçada que relatou as violências sofridas durante o genocídio. Com isso, ele cria o projeto de fotografia *Intended Consequences*<sup>28</sup>, no qual mulheres e crianças nascidas de estupro narram seus traumas vividos durante e após o conflito, e, no caso das crianças, como foi descobrir sobre sua origem, a fim de publicizar essas histórias e chamar atenção internacional para este problema. Desse modo, percebemos que a organização objetiva, por meio desses relatos, construir uma história positiva dessas crianças, desvinculando-as da figura paterna e mostrando como o tratamento adequado – através de serviços psicológicos e acesso à educação<sup>29</sup> – são capazes de

---

27- Muitas das ONGs têm as mulheres vítimas de estupro como principais contempladas e as crianças nascidas de estupro são contempladas de modo secundário. Com relação ao trabalho focado nas mulheres vítimas, destacamos o *Survivor's Fund* – SURF (uma organização criada por Mary Kayitesi Blewitt OBE, uma cidadã britânica de origem ruandesa que perdeu cerca de 50 familiares durante o genocídio de 1994 e que criou a organização em 1995, no Reino Unido, com o objetivo de trabalhar para reconstruir as vidas dos sobreviventes do genocídio, de modo com estes sejam respeitados e integrados na sociedade), e a *Association of Genocide Widows Agahozo* – AVEGA (foi criada em 1995 para ajudar as viúvas e seus dependentes a escapar da pobreza e da miséria que sucedeu o genocídio de 1994). O SURF conseguiu financiamento do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido de £ 4,25 milhões para o tratamento antirretroviral para 2.500 mulheres sobreviventes portadoras de HIV e seus dependentes, enquanto a AVEGA promove serviços médicos, aconselhamento psicológico, educação e treinamento, moradia e serviços jurídicos para as mulheres que foram vítimas de estupro no genocídio. Além disso, ambas as organizações atuam em conjunto para ajudar as mães vítimas de estupro a revelarem a seus filhos a sua verdadeira origem, através de grupos de discussão nos quais elas contam suas experiências traumáticas (HOGWOOD *et al*, 2014).

28- Para mais informações, consultar: <https://foundationrwanda.org/about-intended-consequences>. Último acesso em março de 2022.

29- A organização tem como missão fornecer financiamento para a educação de crianças nascidas de estupro durante o genocídio, uma vez que o ensino no país é privado. Já para as mães, a ONG vincula essas mulheres a serviços psicológicos e médicos, além de atividades geradoras de renda, uma vez que, como já mostrado, essas mulheres tendem a viver em meio a pobreza extrema. Essas medidas tem como objetivo atenuar os efeitos do HIV, vírus contraído por 70% das vítimas, e fornecer mecanismos para que as mesmas consigam lidar com o trauma causado por esta situação. Com isso, a organização conseguiu que mais de 830 estudantes se formassem na escola secundária ou no tratamento vocacional até 2020. Em decorrência dos bons resultados, que foram atingidos por meio da visibilidade que os relatos adquiriram, o SURF, principal parceiro da ONG, continua implementando seus programas junto a outras organizações parceiras – *Solace Ministries Rwanda*, *Kanyarwanda* e a *AVEGA Agahozo*.

integrar essas crianças à sociedade e fazer com que sejam melhor aceitas por suas mães e comunidade.

Este apoio, todavia, é bastante reduzido, uma vez que a atuação dessas ONGs não contempla todo o país. Por isso, percebemos que, apesar da magnitude dos eventos transcorridos em Ruanda, as crianças nascidas de estupro foram invisibilizadas no pós-conflito principalmente pelas questões identitárias que elas carregam consigo. Ou seja, por não serem vistas como sobreviventes e por carregarem consigo ambas as etnias, as mesmas são vítimas de uma série de marginalizações, e carecem de reconhecimento estatal.

Abordar os genocídios de Bósnia e Ruanda, assim, foi relevante para podermos entender como a violência sexual em larga escala passou a atrair a atenção internacional para o problema do estupro em guerras e jogou luz sobre a existência de crianças nascidas de estupro. Nos dois casos, notamos que as dificuldades enfrentadas por este grupo ocorrem a nível comunitário e estatal, uma vez que “a identidade do pai dessas crianças é imposta a elas pela própria comunidade, mas elas não estão integradas à comunidade paterna. A sua exclusão da comunidade da mãe não é substituída pela pertença ao grupo étnico do pai. Eles possuem os atributos étnicos de dois grupos, mas não pertencem totalmente a nenhum deles” (HAMMEL, 2016, p.302, tradução nossa). Isso significa dizer que, para ambos os lados do conflito, essas crianças representam o “outro” que deve ser esquecido e invisibilizado (HANSEN, 2006), pois apaga a coerência do “eu” que, principalmente as comunidades vitimadas, tentam construir no processo de pós-conflito. Portanto, esses casos são importantes para compreendermos as transformações jurídicas no debate sobre violência sexual em conflitos e as mudanças na representação internacional das crianças nascidas de estupro que, conforme observaremos no Capítulo 4, saíram de uma situação de invisibilidade para sua construção como um problema de segurança.

## 2.4.

### Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo central apresentar o objeto de estudo desta dissertação, as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra. Para isso, foi necessário, antes, trazermos o conceito de representação, relevante para as próximas

análises que serão feitas, sobretudo no Capítulo 4. Esse conceito, assim, nos ajuda a entender como essas crianças são construídas discursivamente a nível local, nacional e internacional.

Na segunda parte deste capítulo, trouxemos questões teóricas e conceituais que concernem às crianças nascidas de estupro. Nesse sentido, apresentamos as diferentes categorias dessas crianças e os contextos nos quais elas foram observadas, a fim de apresentar representações comuns que são identificadas no discurso desses Estados.

Por último, optamos por trazer os casos dois genocídios da Bósnia e de Ruanda pois ambos os eventos foram marcados pelo emprego sistemático da violência sexual. É importante ressaltar que o fenômeno da violência sexual em conflitos não foi algo pioneiro nesses genocídios, mas sim, utilizado em larga escala em ambos, chamando a atenção da comunidade internacional para este fenômeno.

Esse movimento foi relevante para o que faremos no próximo capítulo, destinado a tratar, com o devido rigor teórico e conceitual, os termos “violência sexual em conflitos”, “estupro como arma de guerra” e “estupro genocida”. Nele, também investigaremos como a política internacional representou este fenômeno, sobretudo após os episódios de Bósnia e Ruanda. Isso é importante para o trabalho que será empreendido no Capítulo 4, quando nos dedicaremos a entender como a política internacional passou a representar, discursivamente, as crianças nascidas de estupro nos últimos anos.

### 3.

## **A violência sexual como um problema de segurança na política internacional**

No capítulo anterior, nos dedicamos a apresentar o objeto de estudo desta dissertação, as crianças nascidas de estupro e as diferentes representações que são feitas deste grupo. Essa discussão foi importante para entendermos os silenciamentos que existem em relação a essas crianças, sobretudo nas esferas comunitárias e nacional, de modo a entender, mais adiante, como tal silêncio se transformou (ou seja, foi produzido e reproduzido) ao longo dos anos dentro da política internacional.

Para isso, precisamos, primeiramente, falar sobre o fenômeno que origina essas crianças, a violência sexual em conflitos, mais especificamente, aquelas que resultam em gravidez. Portanto, este capítulo tem como objetivo discutir a construção discursiva da violência sexual em conflitos armados como um problema de segurança internacional que ameaça à paz.

Nesse sentido, este capítulo é dividido em três partes principais. Na primeira delas, faremos uma discussão teórica sobre violência sexual, estupro como arma de guerra e estupro genocida, apontando as principais teorias feministas que foram utilizadas para explicar este fenômeno e a relação desses conceitos com as crianças nascidas de estupro. Conhecer esses conceitos é relevante para entendermos a construção discursiva do estupro como um problema de segurança internacional. Para isso, apresentaremos a evolução deste debate por meio de documentos e legislações que passaram a vigorar como modo de tornar esse um problema de segurança nacional. Assim, objetivamos mostrar como o discurso em torno do estupro como arma de guerra e da violência sexual relacionada a conflitos é responsável por demarcar fronteiras entre “guerra e paz”, “internacional e nacional”, algo que se reflete no

processo de recente visibilização das crianças nascidas de estupro, como veremos no capítulo seguinte.

### 3.1.

#### **Violência sexual em conflitos**

Para entendermos a aplicabilidade da teoria da securitização na construção do estupro como arma de guerra enquanto um problema de Segurança Internacional precisamos, primeiramente, definir alguns conceitos importantes dentro desta temática. Por isso, definiremos, inicialmente a violência sexual de modo mais amplo, para que, em seguida, possamos tratar especificamente do conceito de estupro como arma de guerra. Por último, julgamos relevante, uma vez que, no capítulo anterior, falamos especificamente dos dois genocídios que contribuíram para a popularização deste debate no cenário internacional, trazer o conceito de estupro genocida. Assim, definir esses conceitos nos ajudar entender como essa discussão evoluiu nas últimas décadas na política internacional, sobretudo através dos discursos de Organizações Internacionais.

A violência sexual é uma das formas mais extremas e efetivas de controle patriarcal, que constrange e causa danos a vidas das mulheres vítimas, uma vez que está relacionada ao controle dos corpos das vítimas (KELLY, 2000, p.45). Em contextos de violência,

[o] termo “violência sexual relacionada a conflitos” refere-se a estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, aborto forçado, esterilização forçada, casamento forçado e qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável perpetrada contra mulheres, homens, meninas ou meninos que está direta ou indiretamente ligada a um conflito. Essa ligação pode ser evidente no perfil do perpetrador, que muitas vezes é afiliado a um grupo armado estatal ou não estatal, o que inclui entidades terroristas; o perfil da vítima, que é frequentemente um membro real ou percebido de um grupo político, étnico ou religioso minoritário ou visado com base na orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida; o clima de impunidade, geralmente associado ao colapso do Estado, consequências transfronteiriças como deslocamento ou tráfico e/ou violações de um acordo de cessar-fogo. O termo também abrange o tráfico de pessoas para fins de violência ou exploração sexual, quando praticado em situações de conflito (NAÇÕES UNIDAS, 2019, p.3, tradução nossa).



Algo importante de mencionar, que também é reforçado por nós, é o fato de que o estupro pode ser perpetrado contra e por homens e mulheres<sup>30</sup>. Isso significa dizer, dessa forma, que homens e mulheres podem ser tanto perpetradores quanto vítimas de violência sexual. Para fins de nossa pesquisa, iremos nos restringir aos estupros perpetrados contra mulheres, uma vez que o objeto deste trabalho são as crianças nascidas de estupro; logo, a natalidade oriunda do estupro é o principal fator a ser levado em consideração nesta análise. Portanto, reconhecemos que homens também podem ser vitimados por essa prática, porém, em função do recorte analítico desta dissertação, a violência sexual contra homens não será abordada.

Apesar de comumente associada somente ao fenômeno do estupro, a violência sexual, como pudemos perceber na definição acima, não se restringe apenas a isso. Portanto, nesta dissertação, ao empregarmos o termo violência sexual, estamos fazendo referência a todos os fatores supracitados, ao passo que, ao tratarmos do estupro de modo isolado, estaremos nos referindo ao sexo não consentido. Nesse sentido, a próxima seção visa apresentar as definições do estupro como arma de guerra, a fim de que possamos, mais adiante, entender como a construção discursiva deste fenômeno como um problema de segurança foi feita pela ONU.

### 3.1.1.

#### **As teorias acerca do estupro em guerras**

Nesta subseção, nos dedicaremos a tratar especificamente do estupro, uma das expressões da violência sexual, que foi reconhecido como uma “arma de guerra” em 2008, por meio da Resolução 1820 do Conselho de Segurança da ONU, como explicaremos na seção sobre a construção do estupro como um problema de segurança na política internacional. Por ora, nos dedicaremos a apresentar as principais teorias e críticas feitas a respeito do estupro que ocorre em contextos de conflito.

De acordo com o Tribunal Internacional para Crimes de Guerra (do inglês, *International Criminal Court – ICC*), o estupro ocorre quando

o perpetrador invadiu o corpo de uma pessoa por conduta que resulte em penetração, ainda que leve, de qualquer parte do corpo da vítima ou do perpetrador com

---

30- Para uma discussão crítica sobre os papéis de homens e mulheres no estupro em guerras, consultar Watson (2020).

um órgão sexual, ou da abertura anal ou genital da vítima com qualquer objeto ou qualquer outra parte do corpo (ICC, 2011, p.28, tradução nossa).

Esta definição mostra que, para além de questões políticas e militares, o estupro também se destaca como uma forma de exercer poder e controle sobre o corpo do outro. Nesse sentido, esse fenômeno representa, para além de uma violação física e sexual, a violação do próprio *self* da vítima, uma vez que ela tem seu corpo – e, consequentemente, suas genitálias – invadidas sem seu consentimento e de forma violenta (CLARK, 2014, p.147). Dessa forma, o estupro em guerras se mostra como uma prática orientada para o sofrimento e destruição não somente da vítima, que se vê enquanto abjeta em decorrência da violação sofrida, mas da própria comunidade, sob a qual é gerada um sentimento de medo e humilhação causada pelos estupros (MULLINS, 2014, p.18).

Devido ao crescimento dessa prática ao longo do século XX – percurso que apresentaremos com mais detalhes na seção seguinte –, as teóricas feministas começaram a desenvolver análises que visavam explicar o fenômeno do estupro em guerras. Baseado nisso, Paul Kirby (2012), apresenta três modelos explicativos dentro da teoria feminista sobre o estupro em contextos de conflitos armados. São eles: (a) a irracionalidade; (b) a instrumentalidade e (c) a mitologia<sup>31</sup> (KIRBY, 2012, p.806, tradução nossa), que explicaremos ao longo dos próximos parágrafos.

A teoria da irracionalidade enfatiza conceitos como desejo e sexualidade, no qual as sobreviventes representam corpos abjetos, que são fonte de repugnância dos estupradores (KIRBY, 2012). Desse modo, a violência sexual resultaria da combinação de impulsos biológicos e sociais para a realização sexual decorrente do caos e do estresse presentes na vida dos soldados durante e após a guerra (SEIT-FERT, 1994; MULLINS, 2009, p.16). Como consequência, a dor da vítima seria motivo da satisfação sexual dos perpetradores. Essa corrente em muito se relaciona com a chamada “Teoria da Panela de Pressão” (do inglês, *pressure-cooker theory*), que considera o estupro em guerras como algo constante e inevitável, pois, de acordo com Brownmiller (1975), ele seria um ponto de apoio para a representação da masculinidade. Para essa teoria, o estupro seria fruto dos desejos sexuais dos homens, devido a sua constituição biológica, e a guerra seria o período no qual as restrições e convenções sociais que impedem os homens de serem os “animais

---

31- No original, “(a) *unreason*; (b) *instrumentality*; (c) *mythology*” (KIRBY, 2012, p.806).

sexuais” que naturalmente podem ser estão suspensas (BAAZ; STERN, 2009, p.17-18). Nesse sentido, há um entendimento de que o estupro seria um efeito colateral da guerra, ou seja, os homens, devido a questões biológicas e ao entendimento social sobre os papéis e os desejos de um homem, são levados, inevitavelmente, a cometer esses atos durante o conflito, sobretudo pela pressão que este evento causa. Portanto, o estupro está pautado em uma interioridade masculina fragmentada pela raiva, frustração e desejo (KIRBY, 2012, p.809-810).

Por entender que os soldados, por serem homens, possuem necessidades sexuais de cometer tais crimes contra as mulheres vítimas, “esse imaginário essencialista impede uma abordagem mais crítica e matizada de como as construções de gênero operam nas promulgações da violência sexual relacionada a conflitos” (DRUMOND, 2016, p.212, tradução nossa). A crítica a esta teoria e aos reducionismos que ela traz mostra que o estupro em guerras é fruto de uma masculinidade militarizada idealizada, na qual essa violência torna-se um meio de humilhar (e feminilizar) homens inimigos atacando suas mulheres e seu território, demonstrando que ele não é um protetor adequado (BAAZ; STERN, 2009, p.21). Portanto, o estupro não é uma violência perpetrada exclusivamente por homens contra mulheres, porém, este ato é masculino e a masculinidade aparece como um atributo aprendido (Ibid., p.22). Dessa forma, a mudança para o entendimento do estupro como arma de guerra coincidiu com o deslocamento das críticas do sexo biológico nos discursos feministas para a análise de gênero, que se concentra na construção da identidade de gênero e nas relações de poder.

Por outro lado, para a teoria da instrumentalidade, o estupro seria uma técnica racional e um instrumento calculado pelos soldados, que visam atingir determinados objetivos políticos, portanto, uma arma de guerra. Para essa teoria, muito pautada em ideias do feminismo liberal<sup>32</sup>, esse ato estaria dissociado da natureza ou sexualidade humanidade. As sobreviventes seriam apenas um objeto, um meio para que o soldado, que usa sua sexualidade apenas de forma instrumental e racional,

---

32 - Uma das primeiras correntes feministas e fonte de muitas críticas por parte do movimento feminista de modo mais amplo, o feminismo liberal afirma que homens e mulheres possuem as mesmas capacidades individuais e, em decorrência disso, as mulheres teriam capacidade individual para alterar as práticas discriminatórias e excludentes sofridas, garantindo os mesmos direitos e acesso às instituições políticas que os homens (TRUE, 1996). Dentre as críticas sofridas, a principal delas reside no fato de que o feminismo liberal foi construído com base na visão de mulheres brancas e de classe média, o que, portanto, exclui uma série de vivências e marginalizações experienciadas por mulheres não brancas e de classes sociais inferiores (HILL COLLINS, 2019).

atinja os objetivos. Em resumo, Kirby mostra que essa teoria vê que o “estupro é mais barato do que projéteis” (KIRBY, 2012, p.807, tradução nossa).

De acordo com Seifert (1994), “o estupro não é uma manifestação agressiva da sexualidade, mas sim a manifestação sexual da agressividade” (SEIFERT, 1994, p.55, tradução nossa). É a partir dessa teoria, assim, que surge a ideia do estupro como arma de guerra, uma vez que este encontra-se fundamentalmente ligado a mudança discursiva mais ampla que diferencia sexo e gênero, pois enfatiza como o estupro é parte integrante não apenas da guerra em si, mas também da produção contínua de noções de masculinidade e feminilidade (ERIKSSON BAAZ & STERN, 2009). Assim, o estupro e a violência sexual de modo geral são subprodutos do patriarcado, no qual mulheres são subjugadas e objetificadas em relação aos homens que, por sua vez, devem performar características específicas da masculinidade, como força, agressividade e dominação. Aqui, opera o conceito de masculinidade hegemônica, definido por Raewyn Connell como “uma configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres” (apud SILVA, 2006, p.121). Por isso, os perpetradores não possuem uma justificativa “natural” – como emulava a teoria anterior – para o emprego do estupro como forma de atingir seus objetivos militares, mas são, na verdade, produto de uma cultural patriarcal e heterossexual que estimula e legitima tais condutas.

O último modelo apresentado por Kirby é a mitologia, no qual temos uma ênfase em símbolos, imaginários e identidades coletivas, ressaltando a influência de discursos, ideologias e sistemas coletivos de pensamento (KIRBY, 2012, p.811). Ao contrário dos dois modelos anteriores, que estavam centrados em questões individuais, na mitologia, o foco está nos grupos sociais, ou seja, o estupro é perpetrado por um grupo com o objetivo de atingir outro. De acordo com Plauchut e Le Houérou (2017),

[o] estupro como arma de guerra tem consequências significativas para a harmonia social das comunidades afetadas. O objetivo dos grupos armados militares é enfraquecer e até mesmo destruir uma determinada comunidade tendo como alvo as mulheres e crianças. É, portanto, uma ameaça à identidade social e à integridade cultural (PLAUCHUT & LE HOUÉROU, 2017, p.2, tradução nossa).

Nesse sentido, os sobreviventes são entendidos como indivíduos pertencentes a uma identidade antagônica à dos perpetradores, posicionados na narrativa do

estupro como atores de um ritual sociocultural (KIRBY, 2012, p.11). Desse modo, em um contexto de guerra, o estupro é visto como um domínio não só da vítima, mas também do conflito. As sobreviventes, assim, são vistas como símbolo da nação ou comunidade que deve ser destruída por meio da violência sexual. Ele opera como uma ferramenta de ataque também ao inimigo, pois cai sob a ideia do homem protetor (YOUNG, 2003)<sup>33</sup>, ao ressaltar sua incapacidade em conseguir proteger as mulheres civis de sua comunidade, uma vez que as construções patriarcais que tangenciam a sociedade impõem ao homem a responsabilidade de proteger este grupo. Assim, de acordo com Claudia Card (1996), o estupro e a ameaça de sua ocorrência durante a guerra são também uma forma de terrorismo, pois possui dois alvos:

[u]m alvo pode ser uma vítima descartável ou sacrificial que é usada para enviar uma mensagem a outras pessoas. Eles são usados para enviar uma mensagem aos segundos alvos, cujo cumprimento de várias demandas e expectativas é buscado pelo terrorista (CARD, 1996, p.6, tradução nossa).

Esse modelo explicativo, portanto, aponta as consequências do estupro na vida das vítimas. Segundo Mukanama e Brysiewicz (2008), “quando o estupro é cometido em grande escala, o tecido social da família e da comunidade se desfaz exponencialmente, enfraquecendo a capacidade de resistência das pessoas” (MUKANAMA & BRYSIEWICZ, 2008, p.379, tradução nossa). Isso mostra que a violência perpetrada não está ligada ao cálculo racional ou a impulsos biológicos da natureza humana, mas sim, a dinâmicas de gênero que estão imbricadas na construção de mitos e símbolos, nas quais os perpetradores têm ciência das consequências da violência sexual na vida da comunidade atacada (REID-CUNNINGHAM, 2008, p.291). Um exemplo disso são os casos de Bósnia e Ruanda, ambas sociedades patrilineares, ou seja, nas quais a identidade do indivíduo está vinculada a linhagem paterna. Nesses contextos, como vimos no capítulo anterior, o corpo feminino se tornou um espaço para a reconstrução das identidades partes do conflito, por meio do estupro e da gravidez forçada (ALVES, 2011).

Para além da reconstrução das identidades, o estupro traz uma série de consequências físicas e psicológicas para a vida das sobreviventes. Além das lesões e

---

33 - De acordo com Iris Young (2003), o homem protetor se constitui como o outro em relação ao homem agressivo, cuja função é proteger a mulher, que se encontra em uma situação de subordinação em relação a ele. Nas palavras da autora, os homens protetores, “não são egoístas nem procuram escravizar ou dominar os outros para se valorizarem. Em vez disso, o homem galantemente masculino é amoroso e egoísta sacrifício, principalmente em relação às mulheres” (YOUNG, 2003, p.4, tradução nossa).

marcas físicas causadas pela violência, o estupro pode impedir a vítima de encontrar um marido ou construir uma família (CLARK, 2014, p.148). Ela pode ser marginalizada dentro de sua própria comunidade, por ser considerada um objeto de vergonha e desonra e, em muitos casos, culpada pela violência sofrida. De acordo com Mukagendo (2007), “em muitos casos, elas são consideradas párias por sua própria comunidade e às vezes são acusadas de colaborar com o inimigo” (MUKAGENDO, 2007, p. 42, apud CLARK, 2014, p.149, tradução nossa).

Além disso, para algumas sociedades (como é o caso da maior parte dos locais onde o fenômeno do estupro em guerras é observado), é no ritual do casamento que a transição entre ser menina e se tornar mulher acontece, sobretudo pela perda da virgindade, que só pode ocorrer após o matrimônio. Neste momento, a mulher, que até então pertencia a sua família e comunidade, passa a fazer parte da família e comunidade de seu marido. No caso do estupro, principalmente de meninas solteiras e virgens, as mesmas acabam perdendo sua identidade, pois não conseguem se ver nem como meninas, uma vez que já tiveram relações sexuais (mesmo que forçadas), e nem como mulheres, pois não são casadas (MUKANAMA & BRYSEWICZ, 2008). Nesse sentido, elas acabam não conseguindo contrair matrimônio e, quando ainda possuem parentes vivos, são muitas das vezes renegadas por eles, devido ao peso que o estupro tem nessas sociedades (DIKEN & LAUSTSEN, 2005, p.115). Em sociedades nas quais as mulheres são valoradas por seus papéis como mães e esposas (RINALDO, 2004), a negação do matrimônio pode significar, além de um constrangimento financeiro, um obstáculo para a percepção que a vítima tem de si mesma, uma vez que ela pode se enxergar como abjeta e fora da zona do “não ser” (CLARK, 2014).

Outra consequência da violência sexual para as vítimas pode ser o nascimento de uma criança fruto de estupro, objeto principal de nossa análise nesta pesquisa. Como mencionado nos parágrafos acima, o nascimento de uma criança em sociedades patrilineares, ou seja, na qual a identidade paterna é a que prevalece, pode potencializar a marginalização e exclusão da mãe dentro da comunidade em que a mesma está inserida. As sobreviventes e as crianças nascidas do estupro podem evocar as memórias do conflito na comunidade, que tem como desejo excluir evitar esses indivíduos, como forma de se proteger das lembranças trazidas por eles (REID- CUNNINGHAM, 2008, p.282). Portanto, em muitos dos contextos nos quais esse fenômeno é observado, aquelas mulheres que ficaram com as crianças

fruto do estupro – seja por vontade própria ou falta de opção – acabam sendo ostra-  
cizadas dentro da comunidade e, em muitos casos, marginalizadas a níveis políticos  
e econômicos (ALVES, 2011).

Com o objetivo de sintetizar os impactos e as perdas na vida de mulheres  
que foram vítimas de estupro em guerras, o Quadro 2 reproduz esses tópicos, pau-  
tado em um estudo elaborado por Swaine (2020, p.154-156). Nele, apresentamos  
cinco impactos e quais suas consequências para vida das vítimas, corroborando com  
nosso argumento anterior de que o estupro em guerras possui efeitos que perduram  
ao longo de toda a vida daqueles indivíduos expostos a tais violências.

**Quadro 2 – Tipos de perdas e impactos para as vítimas de Violência Sexual em Con-  
flitos**

Tipos de perdas e impactos		Vítimas de estupro em conflitos
<b>Social e sócio-cultural</b>	<i>Estigma</i>	Perda de posição social como uma 'mulher' por normas de gênero pré-estabelecidas de 'feminilidade' e sexualidade das mulheres.
	<i>Ostracismo</i>	Perda de pertencimento à família, parentesco e redes de capital social. Tratada com escárnio e suspeita pela comunidade em geral.
	<i>Perda de perspectiva de vida</i>	Perda de um casamento existente devido à culpa. Perda de perspectivas conjugais devido ao estigma e/ou perda da virgindade quando isso for um requisito do casamento e afins. Perda de perspectivas de reprodução futura baseada em escolhas e maternidade.
<b>Segurança e garantia</b>	<i>Perda da família e segurança pessoal</i>	Perda de redes de segurança social e familiar e redes de proteção devido à exclusão da família e da comunidade. Outras experiências de violência no lar e na comunidade devido ao estigma e culpa. Violência potencial de parceiros ou combatentes que retornam.
	<i>Perda de proteções formais</i>	Perda da proteção policial onde há conluio com atitudes familiares e comunitárias. Perda de proteção policial para violência contínua, ameaças e intimidação durante a transição.
<b>Saúde, emocional e sexual</b>	<i>Perda da segurança emocional</i>	Transtorno de Estresse Pós-Traumático, trauma geral e ideação suicida, depressão, culpa, vergonha, isolamento e culpa. Distúrbios do sono. Predomina a sensação de medo e incapacidade de socializar em público.
	<i>Perda da capacidade total do corpo</i>	Suportando a dor física de lesões. Deformidades físicas e perda de membros. Perda do controle intestinal.
	<i>Perdas na saúde reprodutiva e sexual</i>	Hemorragia de curto e longo prazo por ataques. Perda de gravidezes existentes e de maternidade (onde crianças são mortas ou gravidezes perdidas como resultado de ataques de Violência Sexual). Problemas menstruais de longo prazo. Perda de fertilidade, lesões nos órgãos reprodutivos e capacidade. Infecções sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS.

		Fístula. Perda de integridade e identidade sexual. Perda de interesse na prática sexual. Perda de bebês no nascimento, devido aos efeitos de ataques contínuos e/ou falta de assistência médica e alimentação/nutrição. Perda da autonomia reprodutiva: (i) Gravidez forçada e indesejada; (ii) Abortos forçados; (iii) Maternidade forçada.
<b>Impactos legais</b>		Falta de reconhecimento legal da vitimização – reparação formal e reparação, benefícios e apoio. Perda de identidade legal após o ostracismo em contextos onde isso está vinculado a relacionamentos paternos ou conjugais.
<b>Sobrevivência básica e impactos socioeconômicos</b>	<i>Perda dos meios de subsistência existentes e perda da capacidade de regenera-los</i>	Perda de terra e herança, incluindo ameaças e intimidação sobre disputas de herança. Perda de clientela para pequenas empresas por causa do estigma. Prevenção do acesso à pensão do marido. Perda do pedido de pensão como veterano.
	<i>Responsabilizando-se exclusivamente pelo sustento da família</i>	Ostracização e/ou status de mãe solteira.
	<i>Pobreza e indigência arraigadas</i>	Falta de abrigo básico e um lar. Falta de acesso regular a alimentos básicos e segurança alimentar geral.

Fonte: Traduzido de Swaine, 2020, p.154-156.

Entender tais consequências na vida das vítimas são importantes pois nos mostram que o estupro afeta não apenas as sobreviventes, mas também todos aqueles a sua volta. Além disso, essa violência produz efeitos sociais e políticos, que resultam na marginalização das vítimas e no silenciamento das experiências violentas sofridas pelas mesmas.

Assim, essas teorias acerca do estupro mostram que este ato consiste em um mecanismo de afirmação de poder e masculinidade, no qual a identidade do perpetrador é colocada como hierarquicamente superior a identidade do grupo vitimado. É por meio desses atos de violência que o perpetrador busca ressaltar sua dominação e subordinação do grupo alvo, e é por isso que muitos desses episódios ocorreram em público, seja na frente da família ou da comunidade das vítimas. Pautados em construções de gênero sobre masculinidade e feminilidade, os estupros estão baseados em relações de poder, nos quais a masculinidade hegemônica é empregada para subjugar a vítima e o grupo ao qual ela pertence.

Esta subseção explorou as definições teóricas sobre o estupro como arma de guerra e suas principais consequências para a vida das vítimas. Por meio de teorias que tratam a respeito do tema, tratamos de algumas mudanças que esta definição sofreu ao longo do tempo, de modo que possamos compreender o percurso



empreendido na política internacional (sobretudo através do discurso de Organizações Internacionais) na construção do estupro como arma de guerra como um problema de segurança internacional. Antes, porém, devido as reflexões abordadas no capítulo anterior, no qual trouxemos os genocídios bósnio e ruandês para demonstrar como e porque as crianças nascidas de estupro passaram a ser objeto de estudo e intervenções políticas, precisamos discutir o conceito de estupro genocida, que surgiu neste mesmo período, durante o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR).

### 3.1.2.

#### O conceito de estupro genocida

Em sua definição sobre estupro genocida, Katherine MacKinnon (1994) afirma que essa prática “[é] especificamente estupro sob ordens. Isso não é estupro fora de controle. É estupro sobre controle. (...) É estupro como instrumento de exílio forçado, estupro para fazer você sair de casa e nunca mais querer voltar” (MACKINNON, 1994, p.11-12, tradução nossa). Desse modo, essa seção tem como objetivo apresentar a relação entre gênero, genocídio e violência sexual, e quais suas implicações para a criação do conceito de estupro genocida.

Antes, portanto, precisamos apresentar uma breve definição do conceito de genocídio. Este crime não era tipificado até a Segunda Guerra Mundial. Com os crimes cometidos pelos nazistas neste período, foi instaurado o Tribunal de Nuremberg, que estabeleceu uma nova discussão no cenário internacional, uma vez que não era mais o Estado o ator que julgava tais crimes, mas sim, a comunidade internacional. Assim, foi em meio ao contexto do pós-Segunda Guerra Mundial que a ONU aprovou a Resolução 96 (I) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1946), que reconheceu o genocídio como um crime contra o Direito Internacional pelo qual indivíduos e membros de um Estado seriam responsabilizados e culminou na Convenção de 1948.

Por isso, os anos 1940 foram marcados por discussões a respeito deste tema, cujo principal nome a tratar deste assunto foi o jurista Raphael Lemkin (1947), um dos responsáveis pela criação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio de 1948 (tipicamente referida como Convenção de 1948). De acordo com ele, o genocídio pode ser entendido como “a intenção criminosa de destruir ou

paralisar permanentemente um grupo humano. Os atos são dirigidos contra grupos, como tais, e os indivíduos são selecionados para destruição apenas porque pertencem a esses grupos” (LEMKIN, 1947, p.146, tradução nossa). Portanto, o autor enfatiza que o genocídio pode ser cometido tanto contra uma comunidade contra um indivíduo, pois entende que as comunidades são formadas por pessoas, sendo impossível desconsiderar sua individualidade.

Nesse sentido, a definição deste crime está prevista no art.2º da referida Convenção, o qual reproduzimos abaixo.

Art.2º – Na presente Convenção, entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:

- (a) matar membros do grupo;
- (b) causar lesão grave à integridade de física ou mental de membros do grupo;
- (c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;
- (d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- (e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo”

O crime de genocídio constitui atos deliberados com objetivo de atingir a existência de uma coletividade. Com isso, medidas que impeçam o nascimento de novos membros daquela comunidade ou a transferência forçada de crianças também se enquadram como práticas genocidas.

Apesar desses avanços, porém, foi a partir dos anos 1990, com os genocídios bósnio e ruandês, que se percebeu que a definição de genocídio presente na Convenção entendia os grupos como homogêneos, não levando em consideração que as identidades não são fixas e estáveis (CAMPBELL, 1998). Em Ruanda, por exemplo, os Tutsis não se enquadravam em nenhum dos quatro grupos protegidos pela Convenção, uma vez que Tutsis e Hutus partilham do mesmo idioma e religião e suas diferenças físicas são muito pequenas. Por esta razão, percebeu-se a necessidade de expansão da definição do crime de genocídio, entendendo a intenção de destruir uma determinada coletividade por meio da construção pelo perpetrador como uma ameaça em um dado contexto político. Esse movimento contribuiu para uma inclusão de outros atos não previstos na Convenção como um crime de genocídio, como é o caso da violência sexual, utilizada com o objetivo de destruir um determinado grupo vitimado pelo conflito.

Além disso, a abertura dentro do campo das Relações Internacionais para discutir questões sobre identidade e gênero contribuíram para um alargamento do

conceito de genocídio, apontando sua relação com o gênero e a violência sexual. Os dois genocídios da década de 1990 apresentaram padrões sistemáticos de destruição baseados no gênero (VON JOEDEN-FORGEY, 2010). Na Bósnia, por exemplo, os homens e meninos em idade de combate eram separados de suas famílias e comunidade e mortos, a fim de eliminar potenciais combatentes. As meninas e mulheres, sobretudo devido a seu papel reprodutivo, foram vítimas de estupros sistemáticos e tortura sexual.

Foi por meio dos relatos de estupro em massa e os campos de estupro durante o genocídio bósnio que um debate entre os juristas sobre o estupro como um ato de genocídio começou a se desenvolver. O estatuto do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII), do qual falaremos com mais detalhes na seção seguinte, classificou o estupro como um crime de guerra e um crime contra a humanidade, ou seja, em que há um motivo político, social e religioso contra uma população civil. Os estupros, nesse sentido, tinham como objetivo engravidar as vítimas para que elas gerassem crianças cuja identidade pertencesse a etnia do perpetrador, além de marginalizar as vítimas dentro de suas comunidades, impedindo-a de gerar crianças de seu próprio grupo étnico. Isso significa, dessa forma, que os estupros foram utilizados como modo de perpetuar a identidade do estuprador/perpetrador e impedir a reprodução do grupo vitimado, levando a sua destruição. Essa conceitualização ocorreu pois “[f]oi somente depois das violações devastadoras cometidas na antiga Iugoslávia que se fizeram conexões efetivas entre genocídio, estupro e limpeza étnica” (DE VITO; GILL; SHORT, 2009, p.35). Apesar disso, o TPII entendeu o estupro como uma violação da autonomia sexual do indivíduo, e não de uma coletividade, pois, como argumentam alguns autores (COPELON, 1995, p.69), havia um receio de que o reconhecimento do estupro enquanto um ato genocida obscurecesse o estupro enquanto um crime que vitima as mulheres pela sua condição de mulher, além de hierarquizar outros episódios de violência (incluindo sexual) que ocorressem fora de um genocídio como menos relevantes (RUSSELL-BROWN, 2003, p.363).

O estupro em Ruanda, por outro lado, visava a morte de mulheres Tutsis por meio da transmissão do vírus do HIV, penetração com objetos pontiagudos ou como resultado das repetidas vezes em que a vítima foi violentada. Os homens Tutsis, por sua vez, eram mortos mais rapidamente, por golpes de facão, o que indica que as mulheres Tutsis eram alvo de estupro como método de destruição das mesmas e do

grupo étnico ao qual pertenciam. Como consequência do genocídio, foi criado o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) em 1994. Nele, dois julgamentos foram importantes para o entendimento do estupro como um ato de genocídio. O primeiro deles diz respeito à Pauline Nyiramasuhuko, primeira mulher a ser condenada num tribunal penal para o genocídio. Ministra da Família e Desenvolvimento da Mulher tanto no governo do presidente ruandês Juvnal Habyarimana e no governo interino que o sucedeu, ela foi acusada de conspiração e incitação pública para cometer genocídio e cumplicidade no genocídio. No que diz respeito ao estupro, há relatos de que Nyiramasuhuko teria ordenado os *genocidaires* a estuprar as mulheres antes de mata-las. De acordo com os relatos trazidos por Russel-Brown (2003) em seu artigo,

[u]m perpetrador disse que Nyiramasuhuko ordenou: ‘Antes de matar as mulheres, você precisa estuprá-las’. De acordo com outro perpetrador, Nyiramasuhuko ordenou que ele e outros queimassem as mulheres e depois disse: ‘Por que você não as estupra antes de matá-las?’ (...) Todo o tempo, disse a jovem, ela ouviu os soldados dizerem que estavam fazendo o que Pauline Nyiramasuhuko ordenou (RUSSEL-BROWN, 2003, p.353, tradução nossa).

Nesse sentido, o caso contra Pauline Nyiramasuhuko e os relatórios de ONGs, como a *Human Rights Watch* (1996) sobre a transmissão intencional do vírus HIV por meio do estupro como parte da campanha genocida de 1994 foram essenciais para o entendimento do Tribunal acerca do julgamento de Akayesu.

Paul Akayesu era burgomestre da cidade de Gitarama entre abril de 1993 e junho de 1994. Em termos administrativos, Ruanda está dividida em 11 prefeituras que, por sua vez, são divididas em comunas, colocadas sob a autoridade de burgomestres, que são nomeados pelo Presidente da República por meio de recomendação do Ministro do Interior (HUMAN RIGHTS WATCH, 1996). Em sua função, Akayesu era responsável pela execução das funções executivas e da garantia da ordem pública em sua comuna, além do controle exclusivo sobre a polícia comunal, bem como qualquer outra que fosse colocada à serviço da comuna. Assim, ele também era responsável pela execução das leis e regulamentos e administração da justiça. Durante o genocídio, uma série de Tutsis procuraram refúgio em Gitarama, porém, as acusações alegam que as mulheres eram vítimas de estupro dentro ou próximo à comuna, ao passo que os homens eram mortos na comuna ou em suas proximidades. Com isso, o TPIR teve 15 acusações contra Akayesu no caso

Promotor vs. Jean Paul Akayesu<sup>34</sup>, dentre elas: genocídio, crimes contra a humanidade (extermínio, assassinato, tortura, estupro, outros atos desumanos), incitação ao genocídio, assassinato, tratamento cruel, ultraje à dignidade pessoal, em particular estupro, tratamento degradante e humilhante e atentado ao pudor e cumplicidade para cometer genocídio<sup>35</sup>.

Em setembro de 1998, o TPIR considerou Akayesu culpado de genocídio com base, entre outros, em atos de estupro e violência sexual, sendo a primeira vez que um indivíduo foi responsabilizado pelo crime de estupro como um ato genocida. De acordo com o TPIR, “a Seção está convencida de que os atos de estupro e violência sexual descritos acima foram cometidos somente contra mulheres Tutsi (...) e contribuíram especificamente para a destruição delas e a destruição do grupo Tutsi como um todo (DE VITO; GILL; SHORT, 2009, p.42). O Tribunal reconheceu, assim, que o estupro foi praticado com certas mulheres em decorrência de sua etnia – Tutsi – sendo essa a maneira mais eficaz e séria de infligir danos físicos, psicológicos e sociais às mulheres Tutsis enquanto indivíduos e, através disso, promover a destruição do grupo étnico como um todo. Portanto como aponta Russel-Brown (2003),

os estupros cometidos em Ruanda foram considerados ‘estupro genocida’ não porque ocorreram durante o genocídio ruandês, mas porque, como o testemunho dos sobreviventes demonstra, houve expressões de uma intenção específica de destruir os tutsis por e através do estupro de mulheres tutsis antes, durante e depois do cometimento dos estupros (RUSSEL-BROWN, 2003, p.362, tradução nossa).

Desse modo, a classificação do estupro como um ato de genocídio pelo TPIR não apagou as questões de gênero no crime de estupro, como se acreditava que poderia ocorrer nos julgamentos da Bósnia. Conforme aponta Katherine MacKinnon (1993), as mulheres são alvos de estupro geralmente por serem mulheres, e o estupro é uma violência contra as mulheres; além disso, porém, mulheres específicas de um grupo que é alvo de genocídio também são alvo do estupro genocida, ressaltando a interseccionalidade dos conceitos de etnia e gênero no estupro genocida. O Tribunal, portanto, reconheceu como o sexo foi utilizado com o objetivo de

34- Para mais informações, consultar Prosecutor v. Jean Paul Akayesu, Caso nº TPIR-96-4-T (TPIR, Chamber 1), 2 de setembro de 1998, disponível em: <http://69.94.11.53/default.htm>. Último acesso em março de 2022.

35- Para um detalhamento completo dos casos, acessar: <https://unictr.irmct.org/en/cases>. Último acesso em março de 2022.

destruir um povo, a interseccionalidade do estupro étnico e a natureza genderizada da prática de estupro genocida e a subjetividade da vítima no crime de estupro genocida (RUSSEL-BROWN, 2003, p.371).

A violência sexual foi parte integrante do genocídio ruandês, utilizada como forma de destruição específica de mulheres Tutsis, contribuindo para a extinção do grupo como um todo. Nesse sentido, as mulheres Tutsis eram alvo por serem Tutsis e pelas crenças dos Hutus sobre as mulheres Tutsis enquanto mulheres, ou seja, a ideia de que eram espiãs que iriam seduzir os Hutus a fim de destruir o Estado e de que se consideravam melhor do que as mulheres Hutus e, assim, boas demais para se casarem com homens Hutus. Portanto, elas foram violentadas com base em sua etnia e em seu gênero. Por fim, o TPIR reconheceu que o estupro infligiu danos individuais às mulheres Tutsis que, conseqüentemente, contribuíram para a destruição do grupo como um todo.

Nesse sentido, o estupro genocida se diferencia de outras formas de estupro devido a existência de uma política oficial que comanda a perpetração desses atos com objetivos políticos a fim de destruir uma população específica (ALLEN, 1996). Contudo, o genocídio possui efeitos específicos de gênero, uma vez que meninas e mulheres são mais alvo de violência sexual do que homens – o que não significa dizer que homens também não são vítimas dessas atrocidades (SHARLACH, 2010). Assim, o estupro genocida contra mulheres nos mostra que questões de gênero, como patriarcado, subordinação feminina etc., podem estar conectadas a questões étnicas, e que o crime de genocídio possui implicações específicas na vida das mulheres, em especial, a prática do estupro como uma violência política sistematizada com objetivos de destruição total de um grupo específico a longo prazo.

No que diz respeito às crianças nascidas de estupro, a violência praticada contra as mulheres com o objetivo de engravidá-las e, assim, garantir com que a identidade do perpetrador fosse perpetuada e a do grupo inimigo ao qual esta vítima faz parte fosse gradualmente extinta, é considerada uma forma de genocídio pelos motivos supracitados. O caso da Bósnia mostrou que o exército sérvio realizou uma campanha de terror cujo objetivo era intimidar, aterrorizar e expulsar bósnios-muçulmanos e croatas da região, e a gravidez forçada, um modo de fazer com que o sofrimento deste grupo se prolongasse após o encerramento formal do conflito (COPELON, 1994; ALLEN, 1996; SALZMAN, 1998). Como é possível perceber, assim, o estupro genocida, assim como o estupro como arma de guerra, possui

consequências permanentes a vida de suas vítimas. Como aponta Donna Seto (2016) a respeito do caso bósnio,

tanto os bósnios quanto os sérvios entendiam o costume social de que os filhos assumiam a identidade do pai. Com base nesse entendimento, a criação de crianças que se acreditava serem totalmente sérvias tornou-se uma estratégia política para garantir o sofrimento dos bósnios a longo prazo (SETO, 2016, p.17, tradução nossa).

Este ato pode ter consequências como o deslocamento forçado dessas vítimas, seja por medo de novos ataques, vergonha ou até mesmo por terem sido ostra-cizadas, além de rupturas no tecido social causado pela existência das crianças nas-cidas de estupro, que são entendidas como a materialização do conflito e de todo o sofrimento vivido pelo grupo. O estupro enquanto uma política organizada e deli-berada do conflito a fim de atingir objetivos específicos (seja a gravidez forçada ou a destruição do tecido social da comunidade inimiga) apontou como as mulheres estão sujeitas a violências de gênero particulares em situações de con-flito/guerra/genocídio. Esse avanço na literatura e nos debates feministas sobre vi-olência sexual foram importantes para que ações, a nível de política internacional, fossem tomadas.

Por isso, nessa primeira seção, buscamos apresentar as definições acerca dos conceitos de violência sexual, estupro como arma de guerra e estupro genocida. Tratar desses termos foi importante para compreendermos as práticas que dão ori-gem as crianças nascidas de estupro e quais as implicações disso em termos das representações que elas emulam em decorrência de seu nascimento. Portanto, essas discussões, somadas aos grandes conflitos do século XX no qual o estupro em massa foi observado, foram essenciais para a construção do estupro como um pro-blema de segurança internacional, como veremos na seção a seguir.

### 3.2.

#### **A evolução da violência sexual na política internacional**

O reconhecimento da violência sexual como uma ameaça à paz e à se-gurança foi possível após os genocídios da Bósnia e de Ruanda, na década de 1990. Esses conflitos levaram ao reconhecimento global das experiências de guerras das mulheres como uma preocupação de segurança relevante e internacional (HIRSCHAUER, 2014, p.7), como veremos a seguir. Antes, porém, precisamos

entender como este fenômeno se modificou nas definições do Direito Internacional desde conflitos anteriores do século XX, culminando nos casos de Bósnia e Ruanda décadas depois.

A violência sexual em guerras é uma prática muito antiga, encontrada em relatos como a Bíblia, por exemplo (GOTSCHALL, 2004). Historicamente, as mulheres eram consideradas propriedades dos homens (primeiramente de seus pais e, posteriormente, de seus maridos). Nesse sentido, o estupro contra mulheres não era considerado um crime contra ela, mas sim um crime contra a propriedade de um homem. De acordo com Donna Seto (2016), “os esforços de acadêmicas e ativistas feministas ajudaram a redefinir a questão da violência sexual em tempos de guerra para incluí-la como arma de guerra, crime contra a humanidade e ato de genocídio” (SETO, 2016, p.61, tradução nossa). Com isso, as lentes feministas de análise, como mostramos na primeira seção deste capítulo, nos ajudam a entender as lacunas da violência sexual e o estupro militarizadas, que eram percebidas, até a metade do século XX (quando surgem as primeiras análises feministas e os primeiros debates sobre o estupro em guerras), como um “dano colateral” do conflito (BROWNMILLER, 1975; ENLOE, 2000).

Os principais instrumentos de Direito Internacional Humanitário<sup>36</sup> que regularizam os conflitos armados contemporâneos são as Convenções e Regulamentos de Haia de 1907<sup>37</sup>, a quarta Convenções de Genebra de 1949 e os dois Protocolos

---

36- Kelly Askin (2003) mostra que “[o] direito internacional humanitário só é invocado quando existe um conflito armado, enquanto os crimes contra a humanidade e o genocídio não precisam de uma conexão com a guerra para serem processados (a menos que a legislação de habilitação imponha a conexão como um requisito jurisdicional). Os direitos humanos internacionais e o direito internacional humanitário proíbem a tortura e a escravidão, mas os esforços de reparação dependem de qual corpo de lei é aplicado. Por exemplo, o direito internacional dos direitos humanos exige ação ou aquiescência do Estado, enquanto o direito internacional humanitário exige uma conexão com um conflito armado” (ASKIN, 2003, p.291, tradução nossa).

37- As Convenções de Haia foram adotadas nas Conferências de Paz realizadas em Haia, na Holanda, em 1899 e 1907. Elas estabelecem as leis e os costumes de guerra, definindo as regras que devem ser seguidas durante as hostilidades. As Convenções de Haia de 18 de outubro de 1907 tratam da:

- a solução pacífica de controvérsias (com base na Convenção de Haia I de 1899);
- a abertura das hostilidades (Convenção de Haia III);
- as leis e costumes da guerra (Convenção IV, com anexos e regulamentos, que desenvolve a Convenção II de 1899 e casos de ocupação militar);
- os direitos e deveres das potências neutras em caso de guerra em terra (V);
- o status dos navios mercantes no início das hostilidades (VI);
- a conversão de navios mercantes em navios de guerra (VII);
- a colocação de minas automáticas de contato submarino (VIII);
- o bombardeio das forças navais em tempo de guerra (IX);
- a adaptação à guerra marítima dos princípios da Convenção de Genebra de 1906 (X);
- restrições ao exercício do direito de captura em guerra naval (XI);



Adicionais de 1977 às Convenções de Genebra. As Convenções de Haia proibiam implicitamente a violência sexual ao exigir que a honra e os direitos familiares fossem respeitados, pois, na virada do século XX, uma violação da honra familiar era comumente entendida como agressão sexual (ASKIN, 2003). Ainda assim, o estupro era visto como uma violação à família, e não a mulher afetada por aquela violência.

Nesse sentido, apesar da existência desse fenômeno denotar tempos muito antigos, a violência sexual em conflitos começou a ganhar notoriedade a partir da Segunda Guerra Mundial, onde foram documentados episódios de estupros em massa, sobretudo na Alemanha nazista e no Japão<sup>38</sup>. Os Tribunais Militares Internacionais para Nuremberg<sup>39</sup> e para Tóquio<sup>40</sup> foram estabelecidos com o objetivo de

- o estabelecimento de um tribunal de prêmios internacional (XII);
- os direitos e deveres das potências neutras na guerra naval (XIII).

Informação disponível em: <https://guide-humanitarian-law.org/content/article/3/the-hague-conventions-of-1899-and-1907/#:~:text=These%20treaties%20are%20known%20as,belligerents%20must%20follow%20during%20hostilities>. Último acesso em junho de 2022.

38- As mulheres de conforto asiáticas foram vítimas de violência sexual pelas tropas japonesas, ou seja, em vez de ser uma arma usada para atacar o lado oposto, o estupro foi usado como parte da máquina militar para abastecer os soldados combatentes. As estações de conforto, ou seja, bordéis militares nos quais mulheres eram mantidas como escravas sexuais para oficiais japoneses, existiam no Japão desde 1932. Porém, com a expansão da presença militar do país em territórios asiáticos (Coreia, Taiwan, China, entre outros), na década de 1930, a necessidade desses bordéis aumentou. O Massacre de Nanquim, também conhecido como Estupro de Nanquim, em 1937, motivou ainda mais a expansão desses espaços. Nesse episódio, as tropas japonesas iniciaram um massacre de seis semanas, que culminou na destruição da cidade chinesa de Nanquim. Ao longo do caminho, os japoneses estupraram entre 20 e 80 mil mulheres chinesas, fato que chocou a comunidade internacional e prejudicou a imagem do Japão. Com isso, o Imperador Hirohito obrigou o exército a criar mais bordéis militares, de modo com que episódios como esses não se repetissem e um número restrito de prostitutas estivessem disponíveis para os soldados (HATA, 1998).

Ao todo, estima-se que entre 170 e 200 mil mulheres foram mulheres de conforto japonesas durante a Segunda Guerra Mundial (SOH, 2000). De acordo com o Tribunal Global da ONU sobre Violações dos Direitos Humanos das Mulheres, cerca de 90,0% das mulheres de conforto morreram até o final do conflito, seja por doenças venéreas ou por terem sido assassinadas por tropas japonesas (ASHFORD & HUET-VAUGHN, 2007, p.190). Grande parte das vítimas das quais se tem relatos viviam em condições de extrema vulnerabilidade, uma vez que não receberam nenhum tipo de suporte por parte do Estado.

As mulheres de conforto de origem asiática só passaram a ser reconhecidas como vítimas de violência sexual a partir da década de 1990, quando o estupro em guerras ganhou atenção internacional devido aos genocídios bósnio e ruandês. Como uma resposta às pressões internacionais frente a questão das mulheres de conforto, o governo do Japão criou, em 1995, o Fundo das Mulheres Asiáticas (em inglês, *Asian Women's Fund* – AWF). O fundo “foi estabelecido como um meio de expressar a conscientização, remorso e desculpas do governo em relação à questão das mulheres de conforto” (AWF, 2022).

39- O Tribunal de Nuremberg foi o primeiro tribunal *ad hoc*, estabelecido entre 1945 e 1946, responsável por julgar os crimes cometidos pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial.

40- O Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente foi estabelecido em 3 de maio de 1946 e tinha como objetivo julgar os líderes do Império japonês por três tipos de crimes: (i) “Classe A” (os crimes contra a paz); (ii) “Classe B” (os crimes de guerra); (iii) “Classe C” (os crimes contra a humanidade) cometidos pelo país durante a Segunda Guerra Mundial. O tribunal encerrou suas atividades em 12 de novembro de 1948, com 25 militares e líderes políticos japoneses acusados de

processar os responsáveis por crimes contra a paz, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes contra a paz. Nenhum dos dois estatutos, porém, enumerou algum crime sexual especificamente. O Tribunal de Nuremberg reconheceu a violência sexual implicitamente como um crime de tortura: “[m]uitas mulheres e meninas adolescentes foram separadas do resto dos internos... e trancadas em celas separadas, onde as infelizes criaturas foram submetidas a formas particularmente ultrajantes de tortura. Elas foram estupradas, seus seios cortados” (ASKIN, 2003, p.301, tradução nossa). O Tribunal de Tóquio, ao contrário de Nuremberg, incluiu alegações de crimes relacionados ao gênero em suas acusações. O estupro de mulheres civis foi caracterizado como “tratamento desumano”, “maus-tratos” e “falha no respeito a honra e direitos da família”, processando tais crimes sob a cláusula dos crimes de guerra convencionais. Com isso, o general Iwane Matsui, o comandante Shunroku Hata e o ministro das Relações Exteriores Hirota foram considerados criminalmente responsáveis por uma série de crimes, incluindo crimes de estupro que cometidos por pessoas sob sua autoridade (Ibid., p.302)

As Convenções de Genebra (1864, 1906 e 1929)<sup>41</sup> foram consideradas inadequadas frente ao massacre e perseguição sistemática de milhões de civis durante a Segunda Guerra Mundial, como relatado acima. Com isso, foi criada a quarta Convenção de Genebra, dedicada à proteção de civis durante o conflito armado. É importante ressaltar que as Convenções de Genebra são vinculantes universalmente, ou seja, independem de os Estados serem parte nos tratados. O art.27 da quarta Convenção trata da questão do estupro em guerras: “[a]s mulheres devem ser especialmente protegidas contra qualquer ataque à sua honra, particularmente contra estupro, prostituição forçada ou qualquer forma de atentado ao pudor” (ICRC, 1949, p.161, tradução nossa). De mesmo modo, o art.76 do Protocolo I afirma que “[a]s mulheres serão objeto de especial respeito e serão protegidas, em particular, contra a violação, a prostituição forçada e qualquer outra forma de atentado ao pudor” (ICRC, 1977a, tradução nossa) e o art.4º, parágrafo 2º, alínea e do

---

crimes de “Classe A” e mais de 5.700 japoneses acusados de crimes de “Classe B” e “Classe C”. O Imperador Hirohito, o príncipe Asaka e demais membros da família imperial não foram processados em nenhuma dessas categorias.

41- A Convenção de 1864 deu ordens para respeitar e cuidar dos militares feridos ou doentes sem discriminação, sendo as ambulâncias e hospitais protegidos de todas as hostilidades do conflito. A Convenção de 1906 estendeu as obrigações da primeira Convenção às forças navais. A terceira Convenção (1929) teve como objetivo definir o tratamento de prisioneiros de guerra, definido como todo combatente capturado, podendo este ser um soldado de um exército, um membro de uma milícia ou até mesmo um civil, como os resistentes.

Protocolo II proíbe “ultrajes à dignidade pessoal, em particular tratamento humilhante e degradante, estupro, prostituição forçada e qualquer forma de atentado ao pudor”. Assim, a Convenção e os Protocolos Adicionais incluem o estupro e a prostituição forçada, embora os vincule erroneamente a crimes de honra ou dignidade, ao invés de crimes de violência, ocultando, dessa forma, a natureza violenta deste crime.

Portanto, até os anos 1990, mesmo com episódios como os ocorridos na Segunda Guerra Mundial, o estupro era associado ao comportamento das mulheres, ao invés de ser visto como uma violação de seus direitos (NIARCHOS, 1995). Nas palavras de Copelon (2000), “se não invisível [a prática do estupro em guerras], era trivializada; se não trivializada, era considerada um assunto privado ou justificada como um subproduto inevitável da guerra, a necessária recompensa para os homens lutadores” (COPELON, 2000, n.p., tradução nossa). As Convenções de Genebra de 1949, ao considerarem o estupro como um crime contra a honra da mulher, tinham como um foco maior a sua relação com o perpetrador do crime do que sobre seus direitos sobre seu próprio corpo. Com o reconhecimento do estupro em guerras por parte dos Tribunais Penais Internacionais na década de 1990, “o estupro [foi redefinido] como igual, mas distinto de outros crimes contra a humanidade, como assassinato e tortura” (GREEN, 2004; FARWELL, 2004 apud SETO, 2016, p.64, tradução nossa). A violência sexual de modo mais amplo foi mencionada pela primeira vez no Estatuto de Roma, em 1998, consequência das discussões empreendidas nesses tribunais (TAYLOR, 2014).

Os Tribunais Penais Internacionais criados para a ex-Iugoslávia (1993) e para Ruanda (1994) marcaram um ponto de virada no reconhecimento da violência sexual em conflitos e do estupro como um problema de segurança que ameaçava a paz internacional. A comunidade internacional demandou, devido ao grau sistemático de violência empregado nesses conflitos, a instauração de ambos os tribunais *ad hoc* por meio de resoluções do Conselho de Segurança da ONU (Resolução

827/1993<sup>42</sup> e 955/1994<sup>43</sup>). Ou seja, foram criados tribunais cujo objetivo específico eram julgar os crimes ocorridos em ambos os conflitos, inclusive, os crimes de violência sexual contra mulheres e meninas. A criação desses mecanismos foi importante para ressaltar para a comunidade internacional a importância de termos uma estrutura jurídica internacional capaz de prevenir e proteger atos de violência sexual em conflitos. Uma vez que o estupro representa uma ameaça à segurança individual de suas vítimas, não só pela violência perpetrada contra as mesmas, ele também resulta em uma ameaça à paz e segurança internacionais, sobretudo devido a suas consequências na vida das vítimas e de todo o tecido social em volta das mesmas.

Nos estatutos de ambos os Tribunais, o genocídio é definido de modo idêntico, refletindo a definição contida na Convenção de 1948. As diferenças residem na natureza dos conflitos nos dois territórios, os principais crimes cometidos e os interesses do Conselho de Segurança da ONU em estabelecer os dois Tribunais (ASKIN, 2003, p.306).

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) teve como um de suas maiores contribuições o avanço no reconhecimento dos crimes que envolvem violência sexual contra as mulheres como crimes de guerra e contra a humanidade (EDMAN, s.d., p.22). De acordo com Patricia Sellers, consultora jurídica para crimes relacionados ao gênero no TPII, “agora podemos dizer que o estupro é um crime, um crime contra a humanidade ou um crime de guerra, uma parte constituinte do genocídio” (REID-CUNNINGHAM, 2008, p.280, tradução nossa). Alguns casos julgados no Tribunal foram importantes para classificar o estupro como uma forma de tortura e escravidão sexual, como falaremos brevemente a seguir.

---

42- De acordo com o art.2º da resolução, “[d]ecide estabelecer um tribunal internacional com o único propósito de processar pessoas responsáveis por graves violações do direito internacional humanitário cometidas no território da ex-Iugoslávia entre 1º de janeiro de 1991 e uma data a ser determinada pelo Conselho de Segurança sobre o restabelecimento da paz e para tanto, adotar o Estatuto do Tribunal Internacional anexo ao relatório acima mencionado” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993, p.2, tradução nossa).

43- Segundo o art.1º da resolução, “[d]ecide, tendo recebido a solicitação do Governo de Ruanda (S/1994/1115), para estabelecer um tribunal internacional com o único propósito de processar pessoas responsáveis por genocídio e outras violações graves do direito internacional humanitário cometidas no território de Ruanda e Cidadãos ruandeses responsáveis pelo genocídio e outras violações semelhantes cometidas no território dos Estados vizinhos, entre 1 de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994 e para este fim adotar o Estatuto do Tribunal Penal Internacional para Ruanda” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994, p.2, tradução nossa).

No caso de Čelebići (16 de novembro de 1998)<sup>44</sup>, o TPII utilizou a seguinte definição de estupro:

A Câmara define estupro como uma invasão física de natureza sexual, cometida em uma pessoa em circunstâncias que são coercitivas. Considera-se violência sexual, que inclui estupro, qualquer ato de natureza sexual cometido contra uma pessoa sob circunstâncias coercitivas. Este ato deve ser cometido:

- (a) como parte de um ataque generalizado ou sistemático;
- (b) em uma população civil;
- (c) por determinados motivos discriminatórios catalogados, a saber: motivos nacionais, étnicos, políticos, raciais ou religiosos.

Além disso, foi responsável por reconhecer a violência sexual como uma forma de tortura. De acordo com a Câmara de Julgamento, “não pode haver dúvidas de que atos de estupro podem constituir tortura sob o direito consuetudinário”. Assim, como o crime de tortura, o estupro é uma violação da dignidade pessoal, e o estupro, de fato, se constitui como tortura quando infligido por ou instigado ou com o consentimento ou aquiescência de um funcionário público ou outra pessoa que atue em funções oficiais. Desse modo, a Câmara de Julgamento concluiu que pessoas em cargos de autoridades, sejam elas civis ou militares, podem ser criminalmente responsabilizadas com base em suas posições de fato e seus direitos como superiores (ASKIN, 2003, p.324).

O caso Furundzija<sup>45</sup> se concentrou na “descrição mecânica de objetos e partes do corpo”; com isso, a violação ficou definida como:

- i) a penetração sexual, ainda que leve:
  - (a) da vagina ou ânus da vítima pelo pênis do agressor ou qualquer outro objeto utilizado pelo agressor; ou
  - (b) da boca da vítima pelo pênis do agressor;
- (ii) por coação ou força ou ameaça de força contra a vítima ou terceiro (TPII, 1998, tradução nossa)<sup>46</sup>.

44- Em maio de 1992, muçulmanos bósnios e croatas bósnios atacaram a cidade de Konjic e expulsaram os residentes sérvios-bósnios, confinando-os no campo de prisioneiros de Celebici, onde os detidos foram mortos, torturados, agredidos sexualmente, espancados e submetidos a tratamento cruel e desumano (TPII, 1998). Para mais informações, consultar: <https://www.icty.org/en/press/celebici-case-judgement-trial-chamber-zejnil-delalic-acquitted-zdravko-mucic-sentenced-7-years>. Último acesso em abril de 2022.

45- Em meados de maio de 1993, foi comandante local dos "Jokers", uma unidade do Conselho de Defesa da Croácia (HVO), no município de Vitez, no centro da Bósnia e Herzegovina. Uma mulher foi levada, durante o genocídio, para sua unidade, onde foi mantida sob custódia, interrogada, agredida fisicamente e estuprada. Furundzija foi acusado como autor de tortura e cúmplice no estupro, mostrando que a violência sexual cometida contra uma única vítima é uma violação grave do Direito Internacional que precisa ser processada por um Tribunal Penal Internacional. Para mais informações, consultar: <https://www.icty.org/en/case/furundzija> . Último acesso em abril de 2022.

46- Prosecutor v. Anto Furundzija, Case No. IT-95-17/1-T, Judgment (10 December 1998), 73.

Essa definição, assim, enquadra a violência sexual de modo mais vaga e como uma agressão sexual. Já a Câmara de Julgamento do caso Kunarac<sup>47</sup> adotou a ideia de consentimento em sua definição de estupro, pois a coerção ignorou outros fatores que tornariam um ato não consensual. Nesse sentido, o estupro foi definido como

“a penetração sexual, ainda que leve: (a) da vagina ou ânus da vítima pelo pênis do agressor ou qualquer outro objeto utilizado pelo agressor; ou (b) da boca da vítima pelo pênis do agressor; onde tal penetração sexual ocorre sem o consentimento da vítima. O consentimento para este efeito deve ser consentido voluntariamente, por livre arbítrio da vítima, avaliado no contexto das circunstâncias envolvidas. A *mens rea* é a intenção de efetuar essa penetração sexual, e o conhecimento de que ela ocorre sem o consentimento da vítima”<sup>48</sup>.

Nas Câmaras de Kvočka, Vuković et al.<sup>49</sup>, foi adotada a mesma definição sobre o estupro; ademais, entendeu-se que ele foi empregado como instrumento de terror e escravidão sexual por parte dos membros das forças armadas sérvias e bósnias. Além disso, os réus foram acusados de praticar, ajudar e influenciar em atos sexuais contra as mulheres, incluindo uma jovem de 15 anos, o que os levou a uma sentença de 12 a 28 anos de prisão (TPII, 2017). Nesse sentido, a acusação foi inovadora por se concentrar em vários acusados, cada um deles acusados de várias formas de violência sexual ocorridas na cidade de Foča. Aqui, a Câmara de Julgamento destacou que a violência sexual abrange uma gama de atos e inclui crimes como estupro, abuso sexual, escravidão sexual, mutilação sexual, casamento forçado, aborto forçado, prostituição forçada, gravidez forçada e esterilização forçada (TPII, 2001)<sup>50</sup>.

Portanto, esses casos denotam o avanço do tribunal na acusação de crimes de violência sexual cometidos durante o genocídio, pois, como aponta Edman (s.d.),

[a]o decidir que o estupro pode constituir tortura e perseguição, e que esses crimes contra jovens são particularmente graves, o TPII começou a reconhecer por meio de sua jurisprudência que crimes de violência sexual são especialmente graves. Definir a escravidão sexual foi outro passo crucial, assim como determinar que a

47- Kunarac era “líder de uma unidade de reconhecimento do Exército Sérvio da Bósnia (VRS) que fazia parte do Grupo Tático Foča local”.

48- Women’s Initiative for Gender Justice, *Sexual Violence and International Criminal Law*, 23.

49- Kovac, “um dos subcomandantes da polícia militar do VRS e líder paramilitar na cidade de Foča”. Vuković, por último, “um dos subcomandantes da polícia militar do VRS e membro dos paramilitares na cidade de Foča”. Para mais informações, consultar: [https://www.icty.org/x/cases/kunarac/cis/en/cis\\_kunarac\\_al\\_en.pdf](https://www.icty.org/x/cases/kunarac/cis/en/cis_kunarac_al_en.pdf). Último acesso em abril de 2022.

50- Para mais informações, consultar: <https://www.icty.org/x/cases/kvocka/tjug/en/kvo-tj011002e.pdf>. Último acesso em abril de 2022.

comprovação não é necessária para depoimentos de testemunhas sobre estupro (EDMAN, s.d., p.25, tradução nossa).

Nesse sentido, o TPII, ao reconhecer os crimes de violência sexual contra mulheres como crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crime de genocídio, passaram a chamar a atenção da comunidade internacional para as diferentes experiências as quais as mulheres estão subjugadas durante o conflito, ressaltando sua importância como um problema de segurança. Assim, de acordo com Houge e Skjelsbæk (2018), “foram as guerras na ex-Iugoslávia, e particularmente na Bósnia, de 1992 a 1995, que desempenharam o maior papel em trazer a [violência sexual relacionada a conflitos], as experiências de guerra das mulheres e as necessidades de segurança para a agenda internacional” (HOUGE & SKJELSBÆK, 2018, p.23, tradução nossa).

Do mesmo modo, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) também foi de extrema relevância para colocar a violência sexual em foco, sobretudo devido ao caso Akayesu (vide seção sobre estupro genocida). Como mencionado, este caso foi importante por expandir a definição de estupro como um ato de genocídio no Tribunal. De acordo com Buss (2009), “[a] violência sexual foi parte integrante do processo de destruição, visando especificamente as mulheres tutsis e contribuindo para sua destruição e para a destruição do grupo tutsi como um todo” (BUSS, 2009, p.151, tradução nossa).

Como consequência, 37 indivíduos em 26 casos diferentes foram acusados de cometer crimes sexuais no TPIR. Desses, 14 indivíduos foram condenados por crimes de violência sexual; outros 14 foram absolvidos de quaisquer acusações de estupro e quatro tiveram as acusações de estupro retiradas devido as declarações de culpa. Dentre os outros indivíduos acusados de estupro, um faleceu durante o julgamento, três tiveram seus casos transferidos para instâncias nacionais e um encontra-se foragido (HENRY, 2013, p.4)<sup>51</sup>. Diante desses números, mesmo com a ineficácia e a limitação do tribunal em julgar todos os crimes de violência sexual, esses julgamentos foram importantes para o avanço na discussão sobre a violência sexual como um crime de guerra e o estupro em guerras como um problema de segurança. Portanto, o reconhecimento da violência sexual como parte integrante do genocídio

---

51- Para um detalhamento completo dos casos, acessar: <https://unictr.irmct.org/en/cases>. Último acesso em março de 2022.

com fins de destruição do grupo inimigo passou a iniciar uma série de discussões sobre a inserção da perspectiva de gênero nos conflitos.

Como já mencionado nos parágrafos anteriores, ambos os genocídios foram responsáveis por elevar a violência sexual a um problema de preocupação mundial. A partir daqui, podemos perceber que uma nova linguagem jurídica internacional surgiu para tratar desses termos, em especial, o estupro como arma de guerra e o estupro como forma de genocídio (ambas as definições já trazidas na primeira seção deste capítulo).

Fruto dessas discussões, o Conselho de Segurança adotou, por unanimidade, em 31 de outubro de 2000, a Resolução 1325. A Agenda Mulheres, Paz e Segurança, que deriva desta resolução, exige a participação de mulheres nos processos de construção da paz, sua proteção de violações dos direitos humanos, e a promoção do acesso à justiça e aos serviços, a fim de enfrentar a discriminação de gênero. Nesse sentido, a agenda baseia-se em 4 pilares: (i) prevenção; (ii) participação; (iii) proteção; e (iv) ajuda e recuperação. Além disso, edificou o comprometimento dos Estados e da comunidade internacional em pensar urgentemente em questões referentes a manutenção e consolidação da paz, a partir dos papéis de homens e mulheres nas sociedades (DRUMOND & REBELO, 2018, p.3). Dessa forma, essa resolução foi inovadora pois enquadrava as experiências de meninas e mulheres em tempos de guerra como uma preocupação para a paz e a segurança internacionais.

A respeito desta resolução, Houge e Skjelsbæk (2018) apontam que:

[a]o enquadrar a violência sexual como uma questão de segurança internacional, a resolução reforçou significativamente o novo discurso sobre violência de gênero globalmente. Como consequência desses esforços altamente bem-sucedidos para tornar as vozes das mulheres ouvidas e os estupros na guerra visíveis por meio de securitização, a VSBG hoje rivaliza as armas nucleares e biológicas, o terrorismo e a proliferação de armas por receber a maior atenção entre os atores de segurança (MEGER, 2016 apud HOUGE & SKJELSBÆK, 2018, p.26, tradução nossa).

Os artigos 10 e 11 da resolução abordam a importância dos Estados membros de tomarem medidas para proteger meninas e mulheres desta forma de violência, além de processar e punir os responsáveis por crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Nos termos dos próprios artigos:

art.10. Insta todas as partes de conflitos armados a tomarem medidas especiais para proteger as mulheres e meninas da violência por motivo de gênero, particularmente



o estupro e outras formas de abuso sexual, e todas as outras formas de violência em situações de conflito armado.

art.11. Sublinha a responsabilidade de todos os Estados de acabarem com a impunidade e de processarem os responsáveis por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, especialmente aqueles relacionados à violência sexual e outros tipos de violência contra as mulheres e meninas e, a esse respeito, destaca a necessidade de excluir esses crimes, sempre que seja viável, das disposições de anistia (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Nesse sentido, a proteção de mulheres como um grupo particularmente vulnerável em contextos de conflito era algo mais fácil de conceituar e colocar em prática. Porém, um foco mais acentuado na violência sexual em conflitos dificulta o reconhecimento do *continuum de violência*, que caracteriza a experiência de muitos indivíduos que são marcados por formas cotidianas de violência que ocorrem em todos os lugares e podem prevalecer em ambientes sociais desiguais e instáveis (KIRBY & SHEPHERD, 2016, p.380). Assim,

um estreitamento da agenda MPS para a exclusão ou diminuição de questões de participação corre o risco de perder o significado crítico de articular as mulheres como agentes de mudança em ambientes de conflito e pós-conflito, e como portadoras de direitos e protetoras de direitos em paz e governança de segurança (Ibidem., tradução nossa).

Isso significa dizer, portanto, que olhar para as mulheres como vítimas apenas no período (formal) do conflito invisibiliza uma série de experiências e papéis que esses indivíduos podem vivenciar, além de reforçar narrativas de gênero nas quais mulheres são enquadradas como vítimas e homens como perpetradores da violência. Ainda assim, a Resolução 1325 representou um avanço ao reconhecer que mulheres são importantes para os processos de reconstrução da paz e segurança internacional.

Oito anos depois, foi aprovada a Resolução 1820 (2008). Durante este período, um dos conflitos que atraiu a atenção da comunidade internacional e culminou nesta resolução foi a guerra civil na República Democrática do Congo (RDC)<sup>52</sup>,

52- A República Democrática do Congo (RDC) localiza-se na África Central e possui cerca de 66 milhões de habitantes. O país é rico em recursos naturais, como ouro, diamante, cobalto, petróleo, entre outros, que compõe um dos motivos para o atual conflito que o país vive (SILVA, 2011). Desde 1878, o país era uma colônia belga (concedida para o país em 1885 pelo Tratado de Berlim). Nos anos 1960, seguido por movimentos de independência nos demais países africanos, a RDC conquista sua independência, e, cinco anos depois, após uma sucessão de golpes e o alinhamento ao bloco capitalista – vide que o mundo se encontrava em contexto de Guerra Fria – Joseph-Desiré Mobutu dá um golpe de Estado que o faz permanecer no poder pelos 32 anos seguintes (1965-1997). Por esta razão, as estruturas democráticas do país não foram capazes de se solidificar.

sobretudo pelo elevado número de vítimas de violência sexual. A violência sexual baseada em gênero (VSBG) foi (e ainda é) usada no conflito como uma arma de guerra. Um dos principais grupos responsáveis por grande parte dos estupros são as Forças Armadas pela Libertação de Ruanda (FDLR), milícia composta por genocidas Hutus que fugiram de Ruanda nos anos 2000<sup>53</sup>.

Neste conflito, a violência sexual foi usada com o objetivo de atacar e aterrorizar a população civil suspeita de apoiar grupos de uma etnia rival, ou simplesmente por terem sido identificados enquanto presos políticos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2004). Esses atos eram praticados a fim de garantir o controle em áreas ricas em recursos naturais; logo, a violência sexual foi empregada com objetivos políticos e econômicos. Além disso, a inefetividade da justiça criminal congoleza, somado a vergonha que as vítimas sentem em denunciar este tipo de ato, fazem com que essa prática seja facilmente viabilizada no país. Outro fator muito recorrente nos conflitos africanos (vide seção sobre o genocídio de Ruanda no capítulo anterior), foi o estupro com o objetivo de contaminar as vítimas com o vírus do HIV, impossibilitando-as de se relacionar com outras pessoas, seja por medo de estigmatização, como também pela falta de um tratamento médico adequado. Assim como em outros casos, os episódios de violência sexual incluíam “estupros individuais, abuso sexual, estupros coletivos, mutilação da genitália e combinações de

---

A questão étnica, que afetou muitos outros Estados africanos com a partilha dos territórios na Conferência de Berlim, não havia afetado o território congolês até 1994. Neste mesmo ano, o país recebeu um grande contingente de refugiados ruandeses, sobretudo na região fronteira de Kivu, devido ao genocídio ocorrido em Ruanda. Juntamente ao fluxo de refugiados Tutsis, houve a vinda de um contingente Hutu, composto pelos *genocidaires*. Dessa forma, Tutsis e Hutus passaram a dividir a região leste do território congolês, o que anunciava que o conflito de Ruanda iria se postergar para além das suas fronteiras, levando ao que é conhecido como a Primeira Guerra do Congo.

A Primeira Guerra do Congo ocorreu entre 1996 e 1997, devido às frequentes hostilidades sobre as quais os Tutsis foram alvo, por parte de resistências congolezas e Hutus. Nesse sentido, a guerra ocorre em uma oposição entre o governo de Mobutu, que se mostrava passivo frente ao comportamento dessas resistências, e as Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL), composta majoritariamente por Tutsis e patrocinada pelo apoio externo de Angola, Ruanda e Uganda. Esse apoio era fornecido também por interesses econômicos, uma vez que a administração de Mobutu beneficiava um pequeno grupo da sociedade, que centralizava 70% de toda a riqueza que derivava da extração e comércio de minerais e petróleo (ICC, 2012). Por fim, em maio de 1997, a AFDL toma a capital Kinshasa, enviando Mobutu ao exílio, e Laurent-Desiré Kabila assume o governo, simbolizando o fim histórico da guerra, porém, o clima de hostilidade se manteve no país, levando, após um ano, a Segunda Guerra do Congo, na qual a questão da violência sexual começa a aparecer.

53- Segundo o Deutsche Welle (2012), “[o objetivo da FDLR] era conquistar nomeadamente o Ruanda, com o derrube do governo tutsi do presidente Paul Kagame. Por outro lado, as FDLR estiveram sempre na origem de várias guerras e conflitos entre os países vizinhos Ruanda e República Democrática do Congo”.

tiro ao estupro ou esfaqueamento, às vezes realizados depois que os membros da família foram amarrados e forçados a assistir” (PRATT & WERCHICK, 2004, n.p.).

Nesse sentido, a resolução classifica o estupro como uma arma de guerra. Em seus próprios termos:

[s]ublinha que o estupro e outras formas de violência sexual podem constituir crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou atos constitutivos de genocídio, destaca a necessidade de que os crimes de violência sexual sejam excluídos das disposições de anistia no contexto de processos de solução de conflitos, apela aos Estados Membros para que cumpram com sua obrigação de processar os indivíduos responsáveis por esses atos, e que garantam que todas as vítimas da violência sexual, particularmente as mulheres e meninas, desfrutem em pé de igualdade da proteção da lei e do acesso à justiça, e sublinha a importância de acabar com a impunidade desses atos como parte de um enfoque abrangente para alcançar a paz sustentável, a justiça, a verdade e a reconciliação nacional (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Ao passo que a resolução anterior trazia questões sobre agência e reconhecia as mulheres como participantes ativas em questões relativas a paz e a segurança, a Resolução 1820 retrocede em relação a tais avanços. De acordo com Dianne Otto (2009), “[na Resolução 1820] as mulheres são novamente desafiadas principalmente por sua violabilidade, e as respostas protetoras retornam com força” (OTTO, 2009, n.p., tradução nossa). Além disso, o roteiro “mulheres vítimas e homens protetores ou perpetradores” (BUSS, 2009) fica evidente nesta resolução. O artigo 3º solicita que “todas as partes em conflito armado tomem imediatamente as medidas apropriadas para proteger os civis, incluindo **mulheres e meninas**, de todas as formas de violência sexual” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008, p.3, grifos nossos).

Ao colocar a violência sexual como uma ofensa pior que a morte (OTTO, 2009), a resolução cria uma hierarquia de crimes aos quais mulheres experienciam durante a guerra. Nesse sentido, as mulheres são representadas como vítimas incapazes de sobreviver sem assistência ou de exibir sinais de resiliência, e a única solução promovida pela resolução seria “impedir que os homens se envolvam” (OTTO, 2009, p.14, tradução nossa). Assim, a resolução reforça a ideia de que os homens, sobretudo os militares, são os principais responsáveis por essa forma de violência. Apesar de sabermos que as Forças Armadas praticam violência sexual durante os conflitos, a ênfase que a resolução dá na mudança de comportamento dos homens em relação a esta prática reforça o estereótipo de gênero de que as

mulheres são indivíduos vulneráveis (ERIKSSON BAAZ; STERN, 2009). Por esta razão,

[a] resolução 1820, juntamente com sua antecessora, trata o engajamento proativo das mulheres na esfera pública meramente como um acréscimo às normas existentes voltadas para os homens; no entanto, não desafia os entendimentos existentes sobre gênero ou violência sexual, nem problematiza os programas das Nações Unidas, mas os aceita como uma solução viável (SETO, 2016, p.68, tradução nossa).

A resolução seguinte (Resolução 1888 (2009)) se manteve na temática da violência sexual em conflitos e criou o cargo de Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência Sexual em Conflitos. De mesmo modo, a retórica de mulheres e crianças como vítimas e em situação de vulnerabilidade durante o conflito também foi reforçada, como é possível observar no artigo 12:

art.12 – Decide incluir nos mandatos das operações de manutenção da paz das Nações Unidas dispositivos concretos, no que couber, para proteger as mulheres e crianças do estupro e outros atos de violência sexual, designando, em cada caso, assessores para a proteção da mulher entre os assessores sobre questões de gênero e as dependências de proteção dos direitos humanos, e solicita ao Secretário-Geral que assegure a avaliação sistemática da necessidade de assessores para a proteção da mulher, seu número e suas funções durante a preparação de cada operação de manutenção da paz das Nações Unidas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009a, p.6).

Criada no mesmo ano, a Resolução 1889 (2009) incumbiu o Secretário-Geral das Nações Unidas de apresentar uma proposta de indicadores de progresso, a fim de facilitar o cumprimento da Resolução 1325 (2000) em nível global, além de fortalecer a promoção e participação plena e igualitária de mulheres, considerando as particularidades das mesmas em contextos de consolidação de paz no pós-conflito (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009b). Dessa forma, esta resolução trouxe questões relativas à agência e a participação feminina, inclusive em esferas de tomada de decisão. Na Resolução 1960 (2010), o Conselho de Segurança solicitou que o Secretário-Geral incluísse em seus relatórios sobre violência sexual em conflitos armados uma lista de partes em conflitos na agenda do Conselho sobre as quais pesem suspeitas críveis de envolvimento nos crimes (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010). A primeira resolução a citar que homens e meninos também podem ser vítimas de violência sexual foi a Resolução 2106 (2013),

apesar de fazê-lo de maneira muito breve (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013a)<sup>54</sup>.

A última resolução a tratar deste tópico foi a 2467 (2019). Além de tratar sobre as mulheres vítimas de estupro, a resolução também reconheceu, pela primeira vez, as crianças nascidas fruto desta violência como um grupo particular de vítimas que sofrem danos relacionados, porém distintos, de suas mães. Devido a essa particularidade, nos dedicaremos a tratar desta resolução com mais detalhes no capítulo seguinte, quando abordarmos os documentos que falam, especificamente, de crianças nascidas de estupro. Para além disso, a resolução conclamou os Estados membros a implementarem medidas preventivas, investigativas e corretivas, visando a culpabilidade dos responsáveis pelos atos de violência sexual. Também, reconheceu finalmente que, embora em quantidades desproporcionais, homens e meninos também são alvos de violência sexual em conflitos, e solicitou os Estados a fortalecerem políticas que ofereçam respostas adequadas aos sobreviventes.

Podemos perceber, a partir do exposto nesta seção, que o entendimento acerca do fenômeno do estupro em guerras se modificou dentro do Direito Internacional. Entendido até o começo do século XX como um crime contra o patrimônio, as mulheres eram vistas como propriedades dos homens aos quais estavam subordinadas (pais ou maridos), e não como vítimas de violência. Com a violência em larga escala ocorrida na Segunda Guerra Mundial, a violência sexual apareceu nos tribunais como um crime contra a honra e os direitos da família, o que se refletiu na linguagem das Convenções de Genebra posteriores. Com isso, havia um foco maior na relação entre a vítima e o perpetrador, mais uma vez, invisibilizando os direitos

---

54- Outras resoluções que compunham a Agenda Mulheres, Paz e Segurança eram: 2122 (2013), 2242 (2015), 2493 (2019). A Resolução 2122 (2013), na qual o Conselho assume o compromisso de assegurar o cumprimento consistente da Resolução 1325 (2000) em suas próprias atividades. Dessa forma, ela busca uma maior interação entre sociedade civil e organizações de mulheres, além da transversalização da agenda em todas as áreas temáticas que examina e nos relatos que recebe do Secretariado e dos Comitês de Sanções. A Resolução 2242 (2015) foi adotada após um estudo global acerca do cumprimento da Resolução 1325, manifestando a intenção de reunir grupo de peritos sobre mulheres, paz e segurança; de integrar a agenda em todas as situações de países específicos de que se ocupa; e de convidar a sociedade civil, inclusive organizações de mulheres, para apresentar relatos regulares; além da importância da liderança e do empoderamento das mulheres no enfrentamento do extremismo violento, que pode conduzir ao terrorismo, do terrorismo e do tráfico ilícito de armas pequenas e armamentos leves. Por fim, a Resolução 2493 (2019) solicita informação sobre o ponto de situação da implementação da Agenda MPS e estabelece recomendações para enfrentar os desafios emergentes.

Optamos por não as citar no corpo do texto por entendermos que, para a discussão sobre a securitização da violência sexual na política internacional, apesar de relevantes para este processo, elas não foram as principais resoluções responsáveis por tal.

da mulher sobre seu próprio corpo. O ponto de virada desse entendimento foram os Tribunais Penais Internacionais criados para a ex-Iugoslávia e Ruanda, no qual o estupro passou a ser criminalizado como tortura, crime contra a humanidade e crime de genocídio. Desse modo, o estupro passou a ser entendido como um ataque contra a mulher em razão da sua condição de mulher, fazendo com que ela passasse a ser vista como o sujeito cujos direitos haviam sido violados no conflito.

As resoluções do Conselho de Segurança que fazem parte da Agenda Mulheres, Paz e Segurança foram responsáveis por consolidar, a nível internacional, a ideia de que esse fenômeno representa uma ameaça à paz e a segurança internacionais, e, por isso, deve ser combatido. Por esta razão, abordaremos, na seção seguinte quais as implicações do discurso internacional na construção do estupro como um problema de segurança, e como isso, inclusive, tem impactos nas representações das crianças nascidas de estupro a nível internacional.

### 3.3.

#### **A construção discursiva da violência sexual como um problema de segurança internacional**

Anteriormente, traçamos a construção discursiva do estupro em guerras como um problema de segurança internacional por parte de Organizações Internacionais nas últimas décadas. Apresentar esse percurso foi relevante para compreendermos os principais eventos que culminaram na agenda internacional sobre violência sexual baseada em conflitos que temos atualmente. Todavia, esse discurso acerca da violência sexual e do estupro pode edificar uma série de fronteiras, delimitando este fenômeno aos tempos ditos de guerra e anulando sua ocorrência em períodos de paz. De acordo com Zawati (2010), “na guerra, assim como em tempos de paz, as mulheres têm sido, e ainda são, alvo e submetidas a diferentes formas de violência visível e invisível, bem como perseguição baseada em gênero” (ZAWATI, 2010, p.139, tradução nossa). Nesse sentido, essa seção visa mostrar as implicações do discurso sobre violência sexual em conflitos/ estupro como arma de guerra como uma ameaça à paz e a segurança internacional, e qual a relação deste entendimento com a questão das crianças nascidas de estupro.

O conjunto apresentado sobre a evolução da violência sexual no Direito Internacional, que implicou em sua construção discursiva como problema de

segurança internacional, merece alguns pontos de análise. As resoluções, assim como o estatuto dos tribunais, possuem um foco muito grande no estupro como arma *de/da guerra*. A Resolução 1820 (2008) foi responsável, nesse sentido, por transferir a violência sexual em conflitos de um assunto privado, ou seja, cujos impactos se restringem ao ambiente doméstico, para um assunto de Política Externa, no qual as consequências do estupro afetam outros Estados e se configuram como uma ameaça à paz e a segurança internacional (AROUSSI, 2011). Além disso, as conclusões dos tribunais de Iugoslávia e Ruanda forneceram significado legal à teoria do estupro estratégico (ASKIN, 2003; BUSS, 2009), além de serem responsáveis pelo estabelecimento permanente do Tribunal Penal Internacional (TPI) que reconhece todas as formas de violência sexual em conflitos como crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

Frente a este cenário, o foco das resoluções e dos tribunais se deu na punição dos culpados e na imposição de sanções – no caso do Conselho de Segurança – aos Estados que violam tais prerrogativas. Devido ao grande volume de casos existentes nos julgamentos dos crimes, os tribunais, muitas vezes, não são capazes de processar todos eles, o que faz com que os crimes contra o gênero tenham que competir com outras violações, como a morte de civis, combatentes etc. (ANDERSON, 2010). Com isso, os crimes de violência sexual se destacam frente as demais violências contra as mulheres no conflito em decorrência da própria estrutura dos mecanismos internacionais, conforme mencionados no parágrafo anterior, que conferiram a eles um *status* de grave violação do Direito Internacional (OTTO, 2009).

À título de ilustração, o art. 4º da Resolução 1820 (2008) afirma “a necessidade de exclusão de crimes de violência sexual das disposições de anistia no contexto dos processos de resolução de conflitos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008, p.3) e o art. 3º da Resolução 1889 (2009) também “incumbe a todos os Estados de acabar com a impunidade e de processar os culpados de todo tipo de atos de violência cometidos contra as mulheres e as meninas em situações de conflito armado, inclusive os estupros e outros atos de violência sexual” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009b, p.3). Portanto, o foco em combater a impunidade e impor sanções àqueles que não responsabilizam os culpados por tais crimes reflete uma postura adotada pelo Conselho de Segurança em todos os seus debates, não trazendo nada de novo para as vítimas, que, conforme falaremos

melhor nos próximos parágrafos, ficam relegadas apenas ao “banco de testemunhas” (AROUSSI, 2011) e colocando o debate no domínio do Conselho.

Sobre este tópico, Anderson (2010) mostra que a violência sexual pode ameaçar ou agravar ameaças à paz e segurança internacionais quando:

(i) constitui crime de interesse internacional; (ii) um comandante ordenou violência sexual para vantagem militar, ou sabia/deveria saber que a violência sexual estava sendo cometida por subordinados e falhou em prevenir/punir tais atos; (iii) visa pessoas protegidas pela lei de conflitos armados; (iv) tem implicações transfronteiriças, como fuga da população, disseminação do HIV, desestabilização demográfica (‘bebês de guerra’, vítimas transformadas em párias) e deslocamento econômico; (v) **ela contribui e prolifera por causa de um clima de impunidade, que corrói o estado de direito, a confiança nas instituições de governança e, portanto, a estabilidade, muitas vezes levando à aceitação em massa por civis que veem que as mulheres podem ser atacadas sem consequências;** e/ou (vi) viola um acordo de cessar-fogo (ANDERSON, 2010, p.257, tradução nossa, ênfases nossas).

O discurso dos tribunais e do Conselho de Segurança sobre este tema coaduna com os elementos apresentados acima. A criação desses arcabouços normativos e institucionais, assim, visam extinguir qualquer manifestação de violência sexual em conflitos por entender os prejuízos econômicos e políticos que podem causar, inclusive, a outros territórios para além daqueles no qual ocorre o conflito. O espraiamento da violência, nesse sentido, poderia acarretar em novos conflitos e, portanto, configurar em uma ameaça ainda maior à paz e a segurança internacionais. Por isso, a punição dos perpetradores e dos Estados que corroboram com esta prática se torna importante para que tais episódios não sejam recorrentes.

Desse modo, a percepção masculinizada sobre este assunto, isto é, o foco estreito em punição e sanções por parte das resoluções e a concepção punitivista da justiça, faz com que o *continuum* da violência (COCKBURN, 2004; TRUE, 2020) seja invisibilizado. A respeito deste termo, Wibben (2019) mostra que

uma contribuição teórica chave que os estudiosos da paz e do conflito feministas fizeram para os entendimentos feministas de segurança é a noção de um *continuum* de violência entre paz e tempo de guerra que também transgride as fronteiras dos domínios privado/público e internacional/doméstico. A violência contra as mulheres, como estudiosos feministas têm apontado com cada vez mais frequência, é parte de um *continuum* multidimensional de violência que ‘se estende da violência no lar, para a violência estrutural da pobreza, à violência ecológica associada ao esgotamento de nossos recursos planetários e desastres naturais, à violência da guerra e suas consequências’. **Trabalhar com essas noções e prestar atenção às hierarquias de poder de gênero (e que se cruzam) permitiu que as acadêmicas feministas observassem importantes continuidades do ambiente pré/pós-guerra** (WIBBEN, 2019, p.2-3, tradução nossa, ênfases nossas).



É importante ressaltar que não estamos desqualificando a necessidade de punição dos culpados, porém, um foco exclusivo nisso faz com que a metanarrativa criada sobre mulheres como vítimas e homens como perpetradores (BUSS, 2009) mine a agência das vítimas e reforce o essencialismo de gênero. Isso significa dizer que o foco na punição dos perpetradores como tentativa de cessar com a violência sexual contra mulheres e meninas acaba negando as desigualdades de gênero pré-existent e as consequências a longo prazo do estupro, como a estigmatização das vítimas e ostracização, potencializadas no caso da existência de crianças nascidas de estupro.

O estupro em guerras está entrelaçado nas mesmas relações de poder que ameaçam à segurança das mulheres em tempos ditos de paz. Como mostram Davies e True (2015), a violência sexual baseada em gênero é

informada por normas sociais discriminatórias em relação ao gênero, incluindo códigos familiares discriminatórios que consolidam a dominação dos homens sobre mulheres e crianças; severas restrições às liberdades civis das mulheres e ao acesso a recursos e direitos; preconceito institucionalizado em relação a filhos, meninos e homens; e violações normalizadas e cotidianas da integridade física e corporal das mulheres (DAVIES & TRUE, 2015, p.507, tradução nossa).

Nesse sentido, o foco destes arcabouços institucionais e normativos na violência sexual em conflitos como um subproduto exclusivo da guerra descontextualiza este fenômeno das relações de poder locais e globais que subordinam as mulheres e as colocam em um local de vítima. Além disso, se limita a compreender a intenção do perpetrador por detrás daquele ato específico, apagando os determinantes sociais, políticos e econômicos subjacentes à violência de gênero. Assim, esse olhar acerca da violência sexual faz com que, quando este ato ocorre fora do cenário de guerra, ele seja entendido como apolítico e de domínio doméstico/nacional.

De mesmo modo, a violência doméstica que é perpetrada em cenários de conflito é muitas das vezes marginalizada e silenciada nas análises por ser entendida como uma questão privada, que ocorre em cenários de paz (GRAY, 2019, p.199). Esses entendimentos delimitam o que é visto como um problema internacional e o que fica restrito ao âmbito doméstico de cada Estado, ou seja, “enquanto as formas de violência sexual baseada em gênero (VSBG) que ocorrem ‘em casa’ são ‘abomináveis’, elas permanecem ‘apenas uma preocupação nacional’ – de relevância para a política doméstica, mas não para a política externa” (Ibid., p.200, tradução nossa). Por meio desses discursos, que constrói divisões entre guerra e paz, público

e privado, internacional e doméstico, algumas experiências e corpos são marginalizados, como é o caso das vítimas de violência sexual durante os conflitos e seus filhos nascidos dessa violência. De acordo com Parashar (2013), “a guerra das Relações Internacionais se recusa firmemente a reconhecer pessoas, experiências e emoções” (PARASHAR, 2013, p.617, tradução nossa), uma vez que a disciplina entende este fenômeno como algo dissociado da realidade prática e cotidiana dos corpos que o integram. A autora segue seu argumento ao apontar como os corpos que experenciam a guerra são centrais para a (re)produção da mesma, já que este não é um fenômeno externo que rompe com o cotidiano, e sim, parte integrante das vivências diárias desses “corpos de guerra” (Ibid., p.620-621). Portanto, ao invisibilizá-los, as Relações Internacionais – e a política internacional – não veem a guerra para além de sua teatralidade midiática, isto é, para o cotidiano daqueles corpos que são marcados pelo conflito mesmo após seu encerramento formal. Em resumo, ao marcar o ato do estupro como uma preocupação internacional e a violência baseada em gênero como uma preocupação interna, silencia-se o *continuum* de violência que é experienciado pelas vítimas após o conflito.

A hierarquia entre essas violências, todavia, foi condição de possibilidade para que esta temática ganhasse atenção internacional. Ou seja, a materialização da violência sexual em conflitos como ameaça à paz e a segurança internacionais depende da exclusão do estupro cotidiano do discurso, uma vez que este segundo não pode ser relacionado a objetivos diretos de grupos armados e, assim, não ser punido em instâncias de segurança internacionais como os tribunais e o Conselho de Segurança da ONU (MEGER, 2016, p.153). Contudo, conforme vimos nos parágrafos anteriores, o reconhecimento da violência sexual em conflitos como um problema de segurança foi responsável por criar uma “hierarquia de violências”, no qual o estupro aparece como uma “ofensa pior que a morte” (CARD, 1996), o que invisibiliza outras violências sofridas pelas mulheres antes, durante e após o conflito e que contribuem para episódios de violência sexual, uma vez que estão envoltas em concepções patriarcais de poder.

Apesar da maioria das resoluções da ONU focarem na prevenção, proteção e punição da violência sexual em conflitos, as mais recentes, sobretudo a 2467 (2019) passaram a adotar uma abordagem centrada nas sobreviventes. Nesse sentido, temos uma mudança nas respostas militarizadas – e muitas vezes simplistas –

trazidas por essas resoluções, para um foco nas vítimas e no acesso à justiça. De acordo com Oo e Davies (2021),

[a] resolução contém trinta e sete parágrafos operativos que detalham os direitos dos sobreviventes ao acesso à justiça, assistência médica e proteção contra a discriminação, e a obrigação dos Estados membros de introduzir reforma legislativa, serviços de saúde, reforma do setor de segurança e acesso à justiça transformadora processos (OO; DAVIES, 2021, p.3, tradução nossa).

A resolução, desse modo, retira o foco do Estado – que pode ser, em muitos casos, o autor dessas violências – e tem como foco as sobreviventes e ONGs que trabalham para garantir o acesso das mesmas à mecanismos de justiça e reparação. Com isso, ela fornece um papel mais central para as organizações locais, além daquelas lideradas por mulheres, em um esforço para prevenir e responder aos episódios de violência sexual (JACKSON, 2019). Os artigos 19 e 20 detalham o reconhecimento de uma abordagem da sociedade civil, conforme descrito abaixo:

art. 19 – Reconhece a importância de apoiar e promover a sociedade civil, especialmente organizações locais, de base, lideradas por mulheres e líderes religiosos e comunitários, organizações lideradas por meninas e jovens, para todos os esforços de prevenção e resposta; **ao mesmo tempo em que apoia campanhas de mobilização comunitária para ajudar a mudar o estigma da violência sexual das vítimas para os perpetradores e para promover a coesão entre os membros da comunidade onde a presença de segurança do Estado é fraca;**

art. 20 – Incentiva os Estados Membros interessados e as entidades relevantes das Nações Unidas a **apoiar a capacitação de organizações lideradas por mulheres e sobreviventes e capacitar grupos da sociedade civil para melhorar os mecanismos informais de proteção em nível comunitário contra a violência sexual em situações de conflito e pós-conflito**, para aumentar seu apoio ao engajamento ativo e significativo das mulheres nos processos de paz para fortalecer a igualdade de gênero, o empoderamento e a proteção das mulheres como meio de prevenção de conflitos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019b, p.10, tradução nossa, ênfases nossas).

Nesse sentido, a resolução enfatiza a importância de capacitar organizações locais para auxiliar no combate ao estigma contra essas mulheres. Como vimos no Capítulo 2, grande parte da ajuda às crianças nascidas de estupro e às mulheres vítimas desta violência advém do trabalho de ONGs. Dessa forma, a Resolução 2467 (2019) é responsável por reconhecer o trabalho dessas organizações e incentivar que os Estados e Organizações Internacionais apoiem estas instituições na prestação de seus serviços às vítimas.

No caso das crianças nascidas de estupro, portanto, a Resolução 2467, somada a outras discussões do Conselho de Segurança da ONU, conforme veremos

no próximo capítulo, foram condição de possibilidade para o reconhecimento dessas crianças como um problema de segurança internacional. As respostas militarizadas fornecidas pelas resoluções anteriores não davam espaço para o reconhecimento dessas crianças, pois, como já falamos acima, elas tinham como principal foco os perpetradores e a punição dos mesmos. Além disso, a própria existência das crianças nascidas de estupro é altamente politizada e militarizada (SETO, 2015), devido as condições de seu nascimento. Ou seja, o fato de o estupro como arma de guerra ter sido construído como uma grave violação de Direito Internacional que ameaça à paz e a segurança, torna este fenômeno, bem como suas causas e consequências, altamente politizado. Com isso, as crianças nascidas de estupro se tornam símbolos desta violação e também uma ameaça à ordem internacional, conforme discutiremos com mais detalhes no capítulo a seguir. Por esta razão, ao trocar o foco para uma abordagem que olhe para a vítima e vise combater o estigma, a resolução – que, inclusive, menciona as próprias crianças nascidas de estupro e as reconhece como vítimas – abre espaço para que as consequências a longo prazo do estupro sejam percebidas e as medidas adequadas sejam tomadas, como o combate à estigmatização das vítimas e uma sensibilização da comunidade em relação as violências sofridas pelos sobreviventes, logo, pelas mulheres e seus filhos.

Esta seção, assim, teve como foco debater as implicações da evolução do debate sobre violência sexual em conflitos para a construção deste problema como ameaça à paz e a segurança. O foco no estupro como uma arma *de guerra*, além do foco em punir e sancionar os perpetradores faz com que uma série de hierarquias sejam criadas. Nesse sentido, ao criar distinções entre as violências sofridas por mulheres na esfera pública e na esfera privada, silenciemos as violências vividas pelas vítimas de estupro em guerras, sobretudo quando as mesmas têm filhos fruto desta violência, a nível familiar, comunitário e nacional. As mudanças trazidas na abordagem das resoluções mais recentes do Conselho de Segurança, como é o caso da Resolução 2467, de 2019, abrem espaço para uma discussão mais ampla sobre este fenômeno, reconhecendo que homens e meninos também são vítimas dessa forma de violência e, com isso, desfazendo binarismos de gênero que colocam homens apenas como perpetradores e mulheres apenas como vítimas, minando seu potencial de agência. Além disso, reconhecem a existência das crianças nascidas de estupro, que, apesar de terem atraído a atenção da mídia, de ONGs a outros atores internacionais sobretudo a partir da década de 1990, estavam silenciadas no debate

dentro da ONU e Conselho de Segurança. Não só, o esforço em compreender a importância de ONGs locais no combate ao estigma e acesso das vítimas à mecanismos de reparação é importante para que as crianças nascidas de estupro também estejam presentes no discurso, uma vez que elas também representam uma das consequências a longo prazo na vida das mulheres vitimadas pelo estupro.

### 3.4.

#### Considerações finais

Este capítulo mostrou a evolução do debate sobre estupro como arma de guerra na política internacional e sua construção discursiva como um problema de segurança. Para tal, julgamos importante começarmos apresentando as definições dos termos “violência sexual”, “estupro como arma de guerra” e “estupro genocida”. Esses conceitos são importantes pois foi a partir dos tribunais penais internacionais para os genocídios de Bósnia e Ruanda que a violência sexual baseada em gênero passou a ser amplamente reconhecida e criminalizada.

Além disso, devido ao alto número de mulheres estupradas e grávidas em decorrência, as crianças nascidas de estupro passaram a atrair a atenção da mídia (CARPENTER, 2009a), das ONGs e da academia. Ainda assim, essas crianças permaneceram por muito tempo ausentes do debate internacional, enquanto que as discussões sobre violência sexual em conflitos ganharam cada vez mais espaço, culminando, em 2019, na Resolução 2467 do Conselho de Segurança, no qual as crianças nascidas de estupro foram mencionadas pela primeira vez.

Nesse sentido, o capítulo seguinte pretende compreender como as discussões sobre estupro como arma de guerra e crianças nascidas de estupro na política internacional estão conectados e quais as invisibilizações isso traz para essas crianças, pois, como pudemos observar neste capítulo, a construção do estupro como um problema de segurança internacional foi responsável por edificar uma série de fronteiras.

#### 4.

### Representando as crianças nascidas de estupro como um problema de segurança internacional

Nos últimos dois capítulos, buscamos mostrar como as crianças nascidas de estupro e o fenômeno do estupro em guerras passaram a atrair a atenção internacional, sobretudo a partir dos genocídios de Bósnia e Ruanda, nos quais a violência sexual sistemática baseada em gênero foi evidenciada e criminalizada em seus respectivos Tribunais Penais Internacionais. A evolução no debate sobre estupro como arma de guerra foi responsável, assim, por atrair, juntamente a outros documentos do Sistema ONU, a atenção internacional para as crianças nascidas de estupro. Porém, devido a motivos explicitados no capítulo anterior, isso só foi possível devido a mudança recente (2019) no foco dessas resoluções de uma perspectiva punitivista para uma abordagem centradas nos sobreviventes (JACKSON, 2019).

A primeira menção a este grupo ocorreu em 2018. Consequência da repercussão dos conflitos de Iraque<sup>55</sup> e Myanmar<sup>56</sup>, no qual uma série de mulheres foram violentadas e muitas crianças nasceram decorrentes do estupro, o Conselho de

---

55- A respeito do conflito no Iraque, a SEED Foundation descreve que: “[c]omo parte de sua tomada militar de grande parte do Iraque e da Síria em 2014, o ISIS teve como alvo uma campanha violenta e genocida contra a comunidade Yezidi, uma antiga comunidade religiosa minoritária no Iraque. Mais de 5.000 mulheres e crianças foram levadas para cativeiro, com abusos incluindo escravidão sexual, tortura e assassinato. Homens e meninos foram mortos; outros meninos e jovens foram levados como crianças-soldados. À medida que a crise chega ao seu sexto ano, mulheres e meninas continuam a escapar do cativeiro do ISIS. Relata-se que pouco mais da metade dos capturados escaparam ou foram libertados. Como resultado da extensa violência sexual, muitas dessas mulheres e meninas tiveram filhos (os ‘filhos nascidos da guerra’)” (SEED FOUNDATION, 2020, p.6, tradução nossa).

56- De acordo com o relatório do Secretário-Geral da ONU em 2022, “[e]m Mianmar, após as atrocidades perpetradas pelo Tatmadaw em 2017, incluindo violência sexual generalizada contra mulheres e meninas *rohingyas*, cerca de 800.000 civis fugiram para Bangladesh, onde o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e saúde mental continua limitado para sobreviventes, incluindo aqueles que deram à luz filhos como resultado de estupro. Mulheres e meninas deslocadas, migrantes e refugiadas também enfrentam maior exclusão socioeconômica como resultado de estupros relacionados a conflitos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022, p.4, tradução nossa).

Segurança da ONU promoveu uma de suas reuniões informais que visavam entender as violações sofridas por essas crianças e quais medidas deveriam ser tomadas pelo Conselho e demais organizações da ONU para combatê-las<sup>57</sup>. Por isso, o objetivo deste capítulo é entender como passamos de uma situação na qual as crianças nascidas de estupro eram completamente invisibilizadas no discurso internacional, uma vez que não haviam menções a este grupo, nem na agenda sobre violência sexual em conflitos e nem na agenda sobre infância, para o seu reconhecimento como um problema de segurança internacional dentro dessas organizações

Nosso argumento é que a evolução no discurso sobre estupro como arma de guerra foi condição de possibilidade para que as crianças nascidas de estupro emergissem como problema de segurança internacional. As crianças nascidas de estupro em contextos de guerra, tal qual foram definidas, delimitam uma série de fronteiras e excluem outras crianças nascidas de estupro em contextos ditos de paz, fazendo com que haja uma hierarquização das violências e novas marginalizações. Conforme destacamos no Capítulo 2, essas crianças têm sua identidade diretamente vinculada ao estupro, algo que é reforçado pelo próprio acrônimo. O capítulo se dedicará a mostrar, assim, que as políticas voltadas para este grupo, por essas e outras razões, são desenhadas dentro da agenda de violência sexual em conflitos, e não da infância. Além disso, o termo “criança nascida de estupro” se aplica a indivíduos em qualquer faixa etária e não apenas aquela na qual enquadrámos a infância (0 a 17 anos). Ao tratar todo indivíduo nesta situação como “criança”, uma série de construções sociais sobre a infância e o que é ser criança (vide seção 4.1) emergem, fazendo com que o potencial de agência desses indivíduos seja minado e os efeitos a longo prazo de ser uma pessoa nascida de estupro sejam invisibilizados. Não só, o fato de a discussão sobre este grupo estar subordinada ao debate sobre violência sexual em conflitos faz com que eles sejam vistos como efeitos colaterais de suas mães, e não como sujeitos de direitos, e, por isso, necessitam de cuidado e proteção adulta.

De modo a demonstrar nosso argumento, selecionamos documentos do Conselho de Segurança da ONU (resoluções, relatórios anuais etc.) e de outras organizações do Sistema ONU (*UN Action Against Sexual Violence in Conflict*, *United Nations Development Group* etc.) que tratam da temática das crianças nascidas de

---

57- Abordaremos esse episódio com mais detalhes na seção 4.2 deste capítulo.

estupro. Nossa ideia é analisar como esses documentos entendem a criança nascida de estupro e a representam enquanto um problema de segurança internacional e quais as implicações disso em termos de políticas voltadas para esse grupo.

Para isso, dividimos o capítulo em três partes principais. Na primeira, mostraremos as construções sociais acerca da infância e como essas imagens são transferidas para os arcabouços normativos e institucionais internacionais. Essa discussão é importante para entendermos como a criança nascida de estupro tensiona esses arcabouços. Em seguida, apresentaremos as representações das crianças nascidas de estupro que surgem a partir desses documentos, para que, na última seção, possamos discutir as limitações e as fronteiras construídas a partir desse discurso, e quais as relações disso com o debate sobre infância e violência sexual em conflitos (mais especificamente, o estupro como arma de guerra).

As perguntas que orientam as reflexões desse capítulo, portanto, são: *Como as construções sobre a infância na política internacional são tensionadas pelas crianças nascidas de estupro? Quais as representações das crianças nascidas de estupro emanam dos documentos da ONU? Qual a relação entre o debate sobre crianças nascidas de estupro dentro da segurança internacional com as discussões sobre estupro e infância? Que limitações existem no termo “crianças nascidas de estupro em contextos de guerra”?*

#### 4.1.

##### **A infância na política internacional: considerações gerais**

A infância, de acordo com o UNICEF, consiste no período de zero a 17 anos. Essa definição, que se pretende universalizante, traz consigo uma série de construções sociais e fronteiras, que são criticamente abordadas pelos estudos da infância, sobretudo na área da Sociologia, no qual os autores mostraram que há uma relação de subordinação entre crianças e adultos, que não é natural, mas sim, socialmente construída (JENKS, 2005; ÀRIES, 2017). A partir da década de 1990, quando se percebeu um engajamento sistemático e em larga escala de crianças em conflitos, os estudos sobre a infância ganharam destaque na disciplina de Relações Internacionais (QVORTRUP, 1991; JAMES; PROUT, 1992). Por isso, essa seção visa mostrar como as imagens acerca da criança – discutidas com base na sociologia da



infância – são transferidas para arcabouços normativos e institucionais na política internacional.

O conceito de infância foi desenvolvido junto com o pensamento social europeu. Por muito tempo esta categoria não foi teorizada, uma vez que não havia uma distinção normativa e social entre crianças e adultos (QVORTRUP, 1991; LEE, 2001). Um dos primeiros autores a tratar deste tema foi o francês Philippe Àries (2017[1962]), que, por meio de uma genealogia da história da família e da infância, apresenta a mudança da imagem desse grupo ao longo dos séculos. De acordo com ele, a mudança da ideia acerca da criança e da infância surgiu juntamente a necessidade pela exatidão da vida, marcado pela busca por controle da idade dos indivíduos e da identificação de cada cidadão. Nas palavras do autor, “a idade, quantidade legalmente mensurável com uma precisão quase de horas, é produto de outro mundo, o da exatidão e do número. Hoje, nossos hábitos de identidade civil estão ligados ao mesmo tempo a esses três mundos [da tradição, da exatidão e do número]” (ÀRIES, 2017, p.2).

As atividades das crianças passaram a ser periodizadas e limitadas temporalmente, designando determinadas etapas do desenvolvimento (JENKS, 2005). A ideia da criança como inocente surge junto a construção do Estado moderno na Europa, que estabeleceu novas instituições políticas, ao mesmo tempo que tomava como base instituições tradicionais, como a Igreja e a família (HENDRICK, 2009). Com isso, há uma maior vigilância e disciplina em relação às crianças, sobretudo devido ao aumento de instituições educacionais e religiosas, além do incentivo a uma postura mais conservadora por parte dos pais, fazendo com que houvesse um maior controle sobre elas (CUNNINGHAM, 2021, p.34).

Ao longo dos séculos seguintes, a ideia da criança ingênua foi reforçada por meio de pinturas que a retratavam como um ser puro e angelical (ÀRIES, 2017, p.20-21). Ademais, por influência do movimento Iluminista<sup>58</sup> e da ascensão da ideia da racionalidade humana e da ciência positivista, a infância passou a ocupar um local marcado pela imaturidade. De acordo com Hendrick (2009), “a revolução científica, ao apresentar maneiras fundamentalmente alternativas de ver o cosmos,

---

58 - O Iluminismo consistiu em um movimento intelectual e filosófico europeu durante o século XVIII, no qual a razão era valorizada em detrimento do pensamento religioso. Para mais informações, consultar: ZIMERMANN, Igor. Iluminismo: o que foi e sua importância? **Politize!**, 18 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/iluminismo/>>. Último acesso em novembro de 2021.

incorporou o conceito de infância em uma perspectiva ‘científica’ (em vez de religiosa) sobre o significado do universo” (HENDRICK, 2009, p.104, tradução nossa).

Nesse sentido, Anna Holzscheiter (2010) apresenta as três imagens históricas acerca da infância, que foram cunhadas pelos três principais teóricos contratualistas dos estudos da Idade Moderna: Hobbes, Locke e Rousseau, responsáveis por pautar grande parte do senso comum sobre este grupo nos dias atuais.

Para Thomas Hobbes (1588-1679), a criança era tida como um ser inerentemente demoníaco e mal, que poderia adquirir comportamentos negativos caso não fosse controlada pela família e pela educação. Nesse sentido, a criança era vista como aquela que se encontrava no “estado de natureza”, e só avançaria para um “estado civilizado” ao atingir a idade adulta<sup>59</sup>. Assim, as instituições pelas quais a infância perpassava – família, educação e igreja – deveriam suprimir o potencial agressivo e selvagem desta criança, vista como intelectualmente deficitária e ausente da maturidade plena, de modo com que as mesmas crescessem enquanto adultos civilizados. Dessa forma, a primeira imagem que temos é da *criança como um selvagem*.

John Locke (1632-1704) também escreveu sobre este tópico no século XVII e cunhou o conceito da *criança em formação*. De acordo com ele, a criança seria um indivíduo ainda incompleto, cujo presente é constantemente sacrificado frente a uma promessa de futuro, na qual este ser adquirirá a maturidade ao atingir a idade adulta<sup>60</sup>. Portanto, segundo Holzscheiter (2010), “a criança imanente e a imagem da criança má compartilham uma compreensão das crianças como seres humanos, que devem ser orientados para a idade adulta, responsabilidade e racionalidade o mais rápido e direto possível” (HOLZSCHEITER, 2010, p.102, tradução nossa).

Quase um século depois, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) escreveu o livro *Émile ou de L’éducation*<sup>61</sup>, onde traz uma das imagens mais poderosas sobre a infância, a da *criança inocente*. Nesse caso, a infância seria a fase ideal, ao invés da vida adulta, como era para Hobbes e Locke. Para Rousseau, a sociedade deveria manter as crianças indomadas, naturais e irracionais, preservando sua curiosidade e inocência. De acordo com Chris Jenks (2005, p.26, tradução nossa), para

59- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

60- LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

61- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Émile ou de L’éducation**. Paris: Editions Flammarion, 1996.

Rousseau, “as crianças têm uma bondade natural e uma visão clara. Eles estão cheios da razão que formará a sociedade de amanhã” (JENKS, 2005, p. 26).

A concepção moderna de infância, assim, nos leva a quatro considerações: (1) é um período separado espacial e temporalmente como distinto dos adultos; (2) a criança é associada à natureza; (3) a criança é um ser inerentemente inocente; e (4) a criança é dependente e vulnerável, que precisa amadurecer para se tornar um adulto produtivo (TABAK, 2020, p.21). Nesse sentido, o destino das crianças é permanecer esperando se tornar um adulto, ou seja, a infância consiste em um período temporário e transitório da vida, cujo objetivo é atingir a adultez e, assim, ser efetivamente integrado à sociedade. Esse entendimento acerca da infância faz com que o reconhecimento da capacidade de agência da criança seja delimitado, e sua subjetividade apagada (BEIER, 2020, p.7). Para Lee-Koo (2015), “as crianças são, portanto, conceituadas como pré-políticas; isto é, elas ainda precisam desenvolver uma consciência política individual e a capacidade de suportar os fardos que a acompanham” (LEE-KOO, 2015, p.11, tradução nossa).

Por meio dessas imagens e construções, dessa forma, uma série de espaços e instituições centrados na infância surgem no século XIX. A ascensão do capitalismo e da burguesia nesse mesmo período acabaram por relegar a infância à esfera privada, pois, assim como as mulheres, elas não poderiam ser convertidas em produtores ou consumidores (WATSON, 2004, p.7-8)<sup>62</sup>. Com isso, as crianças são consideradas indivíduos vulneráveis que necessitam de assistência especial. Nesse sentido, a escola surge, principalmente, para afastar as crianças do trabalho e das ruas. É neste momento que se consolida o “tripé” que caracteriza a infância atualmente – a família, a escola e o lazer (ARIÈS, 2017, p.52). Por esta razão, o século XX é marcado pela criação de uma série de documentos e instituições voltadas para a proteção da infância.

De acordo com Alisson James (1997, p.1), o século XX ficou marcado como “o século da criança”. Segundo o autor, “a ideologia da sociedade centrada na criança dá à ‘criança’ e aos ‘interesses da criança’ um lugar de destaque na política e nas práticas de instituições legais, assistenciais, médicas e educacionais” (JAMES,

---

62- É importante ressaltar que, como já mencionado anteriormente, a construção da imagem da criança está vinculada à formação e desenvolvimento do Estado moderno europeu. Por isso, precisamos entender que o contexto no qual mulheres e crianças são confinadas ao âmbito doméstico é marcado por recortes raciais e de classe, uma vez que mulheres e crianças não brancas, em muitos dos casos, eram incorporadas à força de trabalho, mesmo que em condições subumanas.

1997, p.1, tradução nossa). Os documentos criados para assegurar os direitos desse grupo a nível internacional mostram que a infância e a criança deixam de ser um assunto privado, ou seja, restrito a tutela da família, e passam a incorporar o debate público, por meio da regulação e proteção estatal dessa faixa etária.

O primeiro desses documentos foi a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança (1924), redigido por Eglantyne Jebb, fundadora da ONG *Save the Children*<sup>63</sup> (1919), que apresentou o documento à Liga das Nações<sup>64</sup> em 1920. À época, a Liga estava preocupada em proteger as crianças dos males da Primeira Guerra Mundial, algo que se refletiu no texto. Com apenas cinco artigos, a declaração não considerava as crianças como sujeitos de direitos, e sim como indivíduos em relação aos quais as pessoas teriam os seguintes deveres, como descrito abaixo:

1. Fornecer meios necessários para o seu desenvolvimento;
2. Abrigo e proteção em caso de abandono;
3. Prioridade no socorro frente à emergência;
4. Proteção contra a exploração e
5. Educação que inspire consciência e dever social. (LIGA DAS NAÇÕES, 1924)

Essa declaração, sobretudo pelo contexto no qual foi criada, via as crianças como “guardiões da paz”, ou seja, a promessa para um futuro pacífico e distante da realidade da guerra (HOLZSCHEITER, 2010). Assim, as crianças eram vistas como indivíduos projetados para o futuro, cujo objetivo final seria se tornarem adultos maduros, civilizados e racionais.

A Declaração dos Direitos da Criança de 1959 também surgiu de uma preocupação internacional (pós-Segunda Guerra Mundial) com as crianças vítimas de conflitos armados. Em 11 de dezembro de 1946 foi estabelecido o UNICEF, a fim de ajudar as crianças vítimas da guerra, que se tornou um fundo permanente do Sistema das Nações Unidas em 1953 (VERLOREN, 2009). Portanto, a Declaração de 1959, dividida em dez princípios, consistiu em um esforço do UNICEF de complementar e expandir a declaração anterior.

1. Direito à igualdade, sem distinção de raça religião ou nacionalidade;
2. Direito à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social;
3. Direito a um nome e a uma nacionalidade;

63 - Para mais informações, ver <<https://www.savethechildren.org/>>. Último acesso em novembro de 2021.

64- A Liga das Nações foi uma organização internacional que precedeu a Organização das Nações Unidas (ONU). Criada em 1919 após a Primeira Guerra Mundial, a Liga era um organismo destinado à preservação da paz e resolução de conflitos, através de mediação e arbitramento.

4. Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe;
5. Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente;
6. Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade;
7. Direito à educação gratuita e ao lazer infantil;
8. Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes;
9. Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho;
10. Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos. (UNICEF, 1959)

Em comemoração aos 20 anos da Declaração de 1959, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) decidiu criar, em 1979, o Ano Internacional da Criança. Três anos antes, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a importância de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – implementarem programas que beneficiassem a infância. A decisão foi tomada em reconhecimento do pouco espaço e visibilidade que as crianças recebiam em tempos de crise e mudanças sociais e contou com o amplo apoio dos membros presentes na Assembleia. Com isso, o Ano Internacional da Criança serviu para estimular os países na revisão de seus programas governamentais, a fim de orientá-los para a promoção do bem-estar da infância (BLACK, 1986).

Ao longo de 1979, diferentes campanhas ocorreram buscando conscientizar as populações sobre os direitos da criança, como seminários, assembleias e publicações de artigos. Nesse mesmo ano, a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, por iniciativa da Polônia, começou a elaborar um documento para uma nova declaração. Assim, após dez anos de inúmeros esforços e negociações entre Estados, organizações e outras instituições, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, por unanimidade, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

Apesar da Declaração de 1959 ter dez princípios que regiam a proteção da infância, o cumprimento do documento não era obrigatório. Por isso, tornou-se necessário criar uma norma pela qual os Estados se comprometessem a promover e respeitar os direitos das crianças e dos adolescentes. Além disso, a partir da segunda metade do século XX, uma série de movimentos sociais passaram a colocar a criança como um agente político e social (HOLZSCHEITER, 2010). Desse modo, a linguagem focada na ideia de salvação trazida por esses documentos deu lugar a um vocabulário de proteção aos direitos da criança, que passou a ser entendida como um sujeito em si mesmo, e não mais um objeto (PUPAVAC, 2003, p.57).

Composta por 54 artigos, a Convenção de 1989 estabeleceu os direitos sociais, culturais, econômicos, civis e políticos para todas as crianças, destacando o direito à vida, à sobrevivência digna, à infância e à adolescência, ao futuro, à dignidade, ao respeito, à liberdade, entre outros (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989). Da mesma forma, ela definiu as responsabilidades da família, do Estado e da sociedade para com este grupo. Assim, este é o documento sobre a infância mais aceito internacionalmente hoje em dia, não tendo sido ratificada apenas pelos Estados Unidos<sup>65</sup>.

Em relação às crianças nascidas de estupro, Sabine Lee (2017) aponta que a Convenção de 1989

é concebida com base na ideia de universalidade – tanto no que diz respeito aos Estados subscritores de seus princípios e direitos nele formulados, quanto no que diz respeito à aplicabilidade a todas as crianças. Dada a adoção quase universal da lei pelos governos nacionais, é de fato a convenção mais amplamente subscrita de todas. Mas a implementação da ideia de imparcialidade, ou seja, a aplicabilidade universal das disposições a todas as crianças, independentemente de seu sexo, nacionalidade, religião ou condição social, muitas vezes não é realizada para CBOW, que muitas vezes são impedidas de exercer esses direitos universais (LEE, 2017, p.161, tradução nossa).

Os direitos dispostos na Convenção podem ser divididos em três grandes grupos: os direitos de provisão (necessidades básicas das crianças), de proteção (contra todas as formas de dano e exploração) e de participação (participar das decisões tomadas sobre elas e de contribuir para a sociedade expressando seus pontos de vista) (Ibidem, p.162). Sobre os direitos de provisão, o art. 6º afirma que toda criança possui direito à vida, algo violado nos casos de aborto e infanticídio, e o art. 7º, que trata do direito de nacionalidade e registro, o que não é possível para muitas dessas crianças por não terem o nome do pai, fazendo com que haja dificuldade de acessar alguns serviços e ter direito a herança/clã. Outros direitos de provisão violados são o direito ao mais alto padrão possível de saúde e cuidados de saúde (art.24) e à educação (art. 28 e 29), pois há muitos contextos nos quais não há ensino público, o que impede com que as crianças nascidas de estupro, que em muitos casos vivem em condições de extrema pobreza, consigam acessar este serviço.

---

65- De acordo com Pupavac (2003), “embora os Estados Unidos não tenham ratificado, não se deve presumir que os Estados Unidos estão ausentes do regime internacional de direitos da criança. (...) Especialistas e ONGs dos EUA têm sido muito importantes no estabelecimento das normas do regime de direitos da criança e sua disseminação” (PUPAVAC, 2003, p.59, tradução nossa).

Em relação aos direitos de proteção, destacamos o direito à proteção contra a discriminação (art. 2º), o direito à proteção contra todas as formas de dano, negligência e abuso (art. 19), e o direito à proteção contra a exploração econômica e a exploração sexual (art. 32 e 34). A discriminação reside, primeiramente, nos nomes que são dados a essas crianças nas comunidades que integram, cujo tom depreciativo visa atrelá-las ao inimigo e a toda violência causada por ele, conforme vimos no Quadro 1 do Capítulo 2. Além disso, essas crianças tendem a ser negligenciadas e abusadas, algo que, somado a situação econômica dos lares nos quais residem, podem leva-las a se engajarem em atividades de prostituição.

O último grupo diz respeito aos direitos de participação, uma inovação da Convenção de 1989 frente aos documentos que a antecederam (HOLZSCHEITER, 2010). O art. 12 diz que a criança tem o direito de expressar seus pontos de vista e de esses terem o devido peso de acordo com sua idade, além de seu direito de ser representada em processos judiciais. Porém, como ressalta Watson (2015),

[e]mbora o artigo 12 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC) pareça dar às crianças um lugar para falarem por si mesmas, na realidade ainda permanece dentro do dom de adultos para garantir que este lugar seja dado, e que suas vozes sejam ouvidas e ouvidas (WATSON, 2015, p.52, tradução nossa).

Nesse sentido, as crianças nascidas de estupro, que tem sua existência silenciada nos contextos nos quais são identificadas, se encontram em uma situação ainda mais a margem do que das demais crianças, uma vez que são duplamente silenciadas, ou seja, por serem fruto de um assunto tabu em suas sociedades – o estupro – e por serem crianças.

Esse silenciamento é reflexo deste discurso acerca da imagem da criança que é emulada por esses documentos, algo que é problematizado pelos autores da Sociologia da Infância. O termo “criança” encontra-se no singular em todos esses textos, criando a ideia de um sujeito monolítico homogêneo e, portanto, que se pretende universal. As crianças nascidas de estupro, e outros grupos de crianças afetadas por conflitos – crianças-soldado, crianças migrantes etc. – escapam deste ideal universal pois têm sua existência altamente politizada e suas experiências atravessadas pela violência. Uma vez que essa criança universal está relegada as esferas privadas, essas crianças que se encontram no âmbito público, não se enquadram nesses ideais e, com isso, o desejo de tornar a infância “uma fase ‘segura, feliz e

protegida’ da vida para o maior número possível de crianças” (HOLZSCHEITER, 2010, p.105, tradução nossa) não se concretiza.

Partindo da ideia da infância como um período “seguro, feliz e protegido” que a preocupação com o envolvimento de crianças em conflitos armados, algo muito observado a partir dos anos 1990, começou a fazer parte do debate internacional. Esse tópico foi abordado nos 38º e 39º encontros do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, criado por meio do art. 43 da Convenção dos Direitos da Criança de 1989<sup>66</sup>.

Diante deste quadro, a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução A/RES/48/157 em 1993, que demandava a indicação de um especialista para coordenar um estudo sobre o impacto das guerras nas crianças por parte do então Secretário-Geral, Boutros Boutros-Ghali (TABAK, 2009, p.92). A indicada foi a ex-ministra da Educação de Moçambique, Graça Machel, ativista dos direitos da criança, que três anos depois publicou o “Relatório sobre o impacto de conflitos armados na infância”, popularmente conhecido como Relatório Machel (MACHEL, 1996). O relatório descreveu as brutalidades as quais crianças em contextos de conflito eram expostas, ressaltando a centralidade deste tema para as agendas de Direitos Humanos, desenvolvimento e segurança internacionais (CAAC, 2021). Portanto, o documento “objetivava formular meios para a proteção de todos os meninos e meninas afetados pelas guerras” (TABAK, 2009, p.64).

Foi a partir desse estudo que a Assembleia Geral da ONU, por meio da resolução A/RES/51/77, criou o Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados (CAAC), em 1997. O mandato do Representante Especial consistia em “avaliar o progresso no fortalecimento da proteção das crianças em conflitos, aumentar a conscientização e promover a coleta de dados e trabalhar coletivamente em todo o setor das Nações Unidas para garantir o respeito aos direitos das crianças” (LEE KOO, 2018b, p.65, tradução nossa). Assim, sua criação levou a um engajamento sistemático do Conselho de Segurança na proteção de

---

66- O art. 43 da Convenção criou o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que consiste em um mecanismo de aplicação e monitoramento do cumprimento dos objetivos do documento. O Comitê é formado por dez especialistas internacionais no tema, que se reúnem para analisar os relatórios dos Estados signatários, que devem ser apresentados a cada cinco anos. Para mais informações, consultar: [http://www.dhnet.org.br/abc/onu/comites\\_crianca.htm](http://www.dhnet.org.br/abc/onu/comites_crianca.htm). Último acesso em novembro de 2021.



crianças afetadas por conflitos armados, colocando essa discussão no centro da agenda internacional sobre paz e segurança (TABAK, 2009; LEE-KOO, 2018a),

O engajamento do CAAC no Conselho de Segurança da ONU desde 1999 refletiu em uma série de resoluções voltadas para a temática da infância e do conflito<sup>67</sup>. De acordo com Lee Koo (2018a), a Resolução 1261 (1999), que abre essa agenda, “chama a atenção do Conselho de Segurança para o impacto nocivo dos conflitos armados sobre as crianças e destaca as consequências a longo prazo que

---

67- As resoluções voltadas para a temática da infância desde o ano de 1999 são:

Res. 1261 (1999): “Esta resolução condenou a segmentação de crianças em situações de conflito armado, instou as partes em conflito armado a levar em consideração a proteção das crianças e instou os Estados a facilitar o DDR.”

Res. 1314 (2000): “Essa resolução instou os Estados membros a assinar e ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.”

Res. 1379 (2001): “Essa resolução solicitava ao Secretário-Geral que anexasse ao seu relatório uma lista das partes em conflito armado que recrutam ou usam crianças.”

Res. 1460 (2003): “Esta foi uma resolução sobre crianças em conflitos armados que observou com preocupação a exploração de crianças por forças de paz. Essa resolução solicitava propostas específicas para garantir um monitoramento e relatórios mais eficientes e eficazes. Também solicitou ao Secretário-Geral que incluísse a questão nos relatórios específicos de cada país.”

Res. 1539 (2004): “Essa resolução pedia um plano de ação para um mecanismo de monitoramento e relatório sistemático e abrangente.”

Res. 1612 (2005): “Essa resolução criou o Grupo de Trabalho do Conselho sobre Crianças e Conflitos Armados e destacou a ligação entre o tráfico ilícito de armas pequenas e o uso de crianças-soldados.”

Res. 1882 (2009): “Esta resolução expandiu os critérios para a “lista de vergonha” do Secretário-Geral em seus relatórios sobre crianças e conflitos armados além do recrutamento de crianças para incluir o assassinato e mutilação de crianças e/ou estupro e outras violências sexuais contra crianças.”

Res. 1998 (2011): “Essa resolução ampliou os critérios para listar as partes em conflito no relatório do secretário-geral sobre crianças e conflitos armados para incluir partes que atacam ou ameaçam escolas e hospitais.”

Res. 2068 (2012): “Expressou profunda preocupação com os perpetradores que persistiram em cometer violações contra crianças e reiterou sua prontidão para adotar medidas direcionadas e graduais contra eles. O Conselho também instou o Grupo de Trabalho a considerar, no decorrer do ano, uma ampla gama de opções para aumentar a pressão sobre esses perpetradores persistentes e pediu ao Representante Especial que informasse sobre o processo de deslistagem.”

Res. 2143 (2014): “Exorta as partes em conflito armado a respeitarem o caráter civil das escolas e a protegerem as escolas de ataques e uso, a integração da proteção infantil nas reformas do setor de segurança, treinamento de proteção infantil para forças de paz e militares e a necessidade de incorporar disposições de proteção infantil nos acordos de paz.”

Res. 2225 (2015): “Esta foi uma resolução que acrescentou sequestros como uma violação adicional para desencadear a inclusão de um partido nos anexos do relatório anual do secretário-geral.”

Res. 2427 (2018): “Esta foi uma resolução, adotada por unanimidade, que forneceu uma estrutura para a integração da proteção, direitos, bem-estar e empoderamento das crianças ao longo do ciclo do conflito, bem como para sustentar os esforços de paz.”

Res. 2601 (2021): “Esta resolução aprovada por unanimidade condenou os ataques e ameaças contra escolas, estabelecimentos de ensino e civis ligados às escolas. Enfatizou ainda a necessidade de facilitar a continuidade da educação em situações de conflito armado. Depois que o rascunho do texto foi aberto para co-patrocínio dos membros mais amplos da ONU, ele foi co-patrocinado por 99 estados membros.”

Para mais informações, consultar: <https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/children-and-armed-conflict/>. Último acesso em novembro de 2021.

isso tem para a paz, a segurança e o desenvolvimento duradouros” (LEE KOO, 2018a, p.609, tradução nossa). Com isso, foram identificadas as seis violações graves que afetam crianças em tempos de conflitos, sendo elas: (i) recrutamento e uso de crianças; (ii) matar e mutilar crianças; (iii) violência sexual contra crianças; (iv) ataques a escolas e hospitais; (v) rapto de crianças; e (vi) negação de acesso humanitário (CAAC, 2013, p.11-24). O *Working Paper* n.1 do CAAC ressalta que

[a]s seis graves violações contra crianças em tempos de conflito armado, enumeradas pelo Conselho de Segurança em suas resoluções, formam a base da arquitetura do Conselho na proteção de crianças durante a guerra. O mecanismo de Monitoramento e Denúncia das Nações Unidas, estabelecido em todo o mundo, alimenta essa estrutura para reunir evidências de graves violações contra crianças em relatórios ao Conselho de Segurança. Neste Documento de Trabalho, as seis graves violações são analisadas com base no direito internacional aplicável. Ao fazê-lo, esperamos trazer clareza às questões em questão e fortalecer os argumentos dos parceiros de **proteção** à criança ao enfrentar essas violações em seu campo de trabalho. (Ibid, p.5, tradução nossa, ênfases nossas).

A relevância do CAAC e da institucionalização de uma agenda voltada para crianças e conflitos armados é inegável, porém, percebemos que esses mecanismos entendem a criança refletem as construções sociais acerca da infância e da ideia de criança universal. De mesmo modo, as resoluções do CAAC e o Relatório Machel, ao apontarem os diversos contextos de conflito aos quais crianças estão submetidas, propõem soluções universais para este problema. Ou seja, mesmo que indiretamente, pressupõe-se que todas as crianças são iguais, no sentido de que passam pelos mesmos processos. Esse entendimento se reflete nas construções da imagem da criança, que é pautada em padrões ocidentais do que entendemos por criança e infância (BOYDEN, 1994), conforme apontamos no começo dessa seção. As crianças nascidas de estupro em guerras, por se tratarem de um grupo particularmente afetado pelo conflito, também não se enquadram completamente nesses arcabouços, o que faz com que sejam invisibilizadas dentro deles.

Dentre eles, as crianças nascidas de estupro foram citadas apenas na revisão de 10 anos do Relatório Machel (UNICEF, 2009), chamada *Machel Study 10-Year Strategic Review: Children and Conflict in a Changing World*. Esse grupo é mencionado uma única vez no relatório dentro do tópico *Ending Gender-Based Violence and Sexual Exploitation* (em tradução livre, “Acabando com a Violência de Gênero e a Exploração Sexual”), cujo principal foco é tratar das meninas que são vítimas de violência sexual em conflitos, sendo as crianças nascidas dessa violência

vistas apenas como uma consequência desses atos, e não como vítimas do conflito tal qual suas mães. Como aponta o trecho do relatório no qual são mencionadas:

[v]ítimas de estupro e crianças nascidas de estupro muitas vezes experimentam rejeição, estigma, medo e aumento da pobreza quando voltam para casa. No Burundi, as sobreviventes [vítimas de estupro] revelaram que “foram ridicularizadas, humilhadas e rejeitadas por parentes, colegas, amigas e vizinhas por causa do abuso que sofreram”. Tanto em contextos de emergência como de pós-conflito, as altas taxas de desemprego, a falta de serviços básicos e o colapso da infraestrutura comunitária e da estrutura social limitam as oportunidades econômicas e a proteção social. A pobreza e a falta de opções para ganhar a vida **tornam as meninas especialmente vulneráveis**, levando a um alto risco de exploração sexual. Essas crianças podem migrar em busca de ambientes mais seguros ou para obter acesso a abrigos e serviços básicos. A renda de subsistência é frequentemente buscada por meio de atividades perigosas e ilegais, como o comércio do sexo (UNICEF, 2009, p.161, tradução nossa, ênfases nossas).

É importante ressaltar, novamente, que essas crianças foram apenas mencionadas no relatório dentro da seção sobre violência sexual contra meninas, porém, as necessidades e os direitos desse grupo não foram mencionados no estudo, ao contrário do que ocorre com outros grupos de crianças afetados pela guerra, como crianças-soldado<sup>68</sup> (UNICEF, 2009, p.151-160), crianças desacompanhadas<sup>69</sup> (Ibid., p.146-150) etc. Nesse sentido, esse quadro representa uma dificuldade da literatura sobre crianças e conflitos armados em reconhecer as crianças nascidas de estupro como um grupo particularmente afetado por eventos violentos. De acordo com Dona Seto (2016), “[t]endo sido concebidas sob os auspícios políticos de um regime militarista de violência sistemática, as identidades das crianças nascidas da

68- No caso das crianças-soldado, o relatório mostra que “[o] estudo de Machel de 1996 descreveu a participação de adolescentes e crianças nas forças e grupos armados como uma das tendências mais alarmantes na guerra contemporânea. Também observou que “as crianças com maior probabilidade de se tornarem soldados são aquelas de origens empobrecidas e marginalizadas e aquelas que foram separadas de suas famílias”. Ao instar que o recrutamento de crianças se torne parte da agenda internacional de paz e segurança, o estudo forneceu o ímpeto para um olhar mais profundo sobre o assunto. Na época do estudo original de Machel, o afastamento do termo “crianças-soldados” já estava em andamento. Um consenso se desenvolveu em torno de uma definição mais ampla e inclusiva focada em “crianças associadas a forças e grupos armados” para garantir que incluísse não apenas crianças com armas, mas também aquelas em uma variedade de funções não combatentes. O estudo de Machel enfatizou que “uma das prioridades mais urgentes é remover todos os menores de 18 anos das forças armadas”. Desde aquela época, o progresso tanto na política quanto na prática emergiu de extensas consultas envolvendo várias partes interessadas e experiência no local”. (UNICEF, 2009, p.152, tradução nossa).

69- Com relação às crianças desacompanhadas, “[o] estudo de Machel de 1996 concentrou-se na separação involuntária na escala do que aconteceu em Ruanda, onde mais de 100.000 crianças foram separadas de suas famílias devido ao genocídio. O estudo destacou a importância de cuidados familiares alternativos em relação à institucionalização de crianças e destacou como a colaboração entre agências levou a uma taxa de rastreamento familiar notavelmente bem-sucedida durante a emergência em Ruanda”. (UNICEF, 2009, p.147, tradução nossa).

guerra são desafiadas pelo político e não pelo não político” (SETO, 2016, p.148, tradução nossa). Os arcabouços normativos e institucionais voltados para este grupo reproduzem ideias específicas de infância, que, conforme discutido no início da seção, foi construída como um estado ideal de desenvolvimento onde a criança está livre das repercussões associadas ao mundo adulto, isto é, da política. Posicionar a infância como este período ideal no qual todas as crianças têm uma esfera privada – família – capaz de protegê-la, assim, é incompatível com a realidade de muitas crianças nascidas de estupro. Como vimos no Capítulo 2, o espaço privado é, em muitos casos, onde grande parte das violências contra essas crianças ocorrem, seja por meio de abusos, negligência, agressões etc. por parte da mãe ou até mesmo de outros familiares. Por esta razão, as crianças nascidas de estupro são atravessadas por marginalizações a nível político, por não serem reconhecidas por essas organizações, e a âmbito não-político, pois a esfera do cuidado que é reproduzida por esses arcabouços como o espaço de proteção deste indivíduo é, muitas vezes, arena de violências contra os mesmos (SETO, 2016, p.151).

Seto (2016) também aponta como as organizações humanitárias e as Organizações Internacionais que lidam com crianças em conflito carregam a ideia de “devolver a infância de antes”. No caso das crianças-soldado, por exemplo, os programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), ao adotarem um padrão universal de infância para todas as crianças recrutadas nos mais diversos contextos empregam medidas de retorno à vida civil que não estão em consonância com as distintas realidades desses indivíduos (TABAK, 2009, p.112-132) e com as experiências vividas pelos mesmos durante o conflito. Para as crianças nascidas de estupro, esses programas não são nem possíveis, pois as mesmas são fruto do evento violento que atingiu a sociedade na qual estão inseridas, logo, esse grupo inicia sua vida em um contexto marcado pela violência. Essas crianças nascem em um mundo politicamente inseguro no qual estão posicionadas fora da compreensão existente de infância, o que torna difícil encaixá-las na narrativa do homem protetor e da mulher (e filhos) protegidos (SETO, 2016). Tendo como exemplo o caso da Bósnia, no qual a gravidez forçada foi “um programa sistemático usado para infiltrar a comunidade com os genes do agressor” (Ibid., p.165, tradução nossa), Seto argumenta, assim como fizemos no Capítulo 2, que essas crianças foram deliberadamente concebidas para criar fraturas e sofrimentos a longo prazo na comunidade vitimada. Por isso, “[m]uitas delas não são trazidas ao mundo com alegria ou

apreço; em vez disso, elas representam a violência e o ressentimento que as comunidades experimentaram durante o conflito” (Ibidem.). As narrativas simplistas trazidas por estes arcabouços não são capazes de abarcar essas crianças, uma vez que sua existência é permeada por uma série de questões que perpassam as condições de seu nascimento, a relação com os pais e com a comunidade e o modo como são enxergadas (ou não) pelos Estados nos quais a gravidez forçada foi empregada. Desse modo, a ideia de “trazer de volta a infância” não é compatível com a realidade dessas crianças pois não reflete os diferentes atores que estão envolvidos neste processo de reconhecimento dessas crianças como um grupo afetado pelo conflito.

Com base nas reflexões apresentadas nesta seção, nossa análise será dirigida para os recentes documentos do Conselho de Segurança e outras organizações do Sistema ONU que tratam especificamente das crianças nascidas de estupro. O panorama que apresentamos sobre a infância nos ajuda a entender o porquê desse grupo ser silenciado dentro dos arcabouços normativos e institucionais internacionais, sobretudo a ONU, além dos fatores que contribuíram para o recente reconhecimento desse grupo como um problema de segurança e quais as limitações e impactos disso em termos de políticas voltadas para este grupo.

#### 4.2.

#### **A representação das crianças nascidas de estupro como um problema de segurança na política internacional: considerações sobre os documentos da ONU**

A pesquisa apresentada nesta dissertação tem como finalidade entender como as crianças nascidas de estupro deixaram de ser um grupo invisível na política internacional e passaram a ser reconhecidas como um problema de segurança que necessita do auxílio dessas organizações. Isto é, com base nos documentos selecionados, buscamos identificar quais as representações das crianças nascidas de estupro surgem com esses documentos e porque essa discussão passou a atrair a atenção internacional recentemente<sup>70</sup>. Portanto, essa seção visa contemplar nosso argumento de que *o debate sobre as crianças nascidas de estupro só passou a ser entendido como um problema de segurança internacional devido a evolução nas*

---

70- O documento mais recente encontrado data de 2018, ou seja, quatro anos antes da conclusão desta pesquisa.

*discussões sobre estupro como arma de guerra, que passaram de uma perspectiva punitivista para uma abordagem centrada nas sobreviventes.*

Ao analisar os documentos de organizações que compõem o Sistema ONU – a saber: Conselho de Segurança da ONU, da Ação das Nações Unidas contra a Violência Sexual em Conflitos Armados (*UN Action Against Sexual Violence in Conflict*), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*United Nations Development Programme*), e dos Comitês da Eliminação da Discriminação contra Mulheres (*Committee on the Elimination of Discrimination against Women – CEDAW*) e dos Direitos da Criança (*Committee on the Rights of the Child – CRC*) – o trabalho busca entender como as crianças nascidas de estupro são representadas nestes documentos. Desse modo, ao examinarmos essas fontes, buscamos identificar como o estupro como arma de guerra aparece enquanto fator determinante para que essas crianças apareçam na discussão internacional.

Até muito recentemente, essa discussão não estava presente no Conselho de Segurança da ONU. O primeiro evento a tratar das crianças nascidas de estupro dentro da ONU de maneira mais explícita<sup>71</sup> foi o *Arria-formula Meeting*<sup>72</sup> *on Children Born of Sexual Violence in Conflict Zones* (2018). Por se tratarem de reuniões informais, que são convocadas por iniciativa de um ou mais membros do Conselho para ouvir as opiniões de indivíduos, organizações ou instituições sobre assuntos de competência da organização, “[e]las oferecem aos membros interessados do Conselho a oportunidade de se engajar em um diálogo direto (...) sobre assuntos de que estão preocupados e que são da alçada de responsabilidade do Conselho de Segurança” (SECURITY COUNCIL REPORT, 2020, n.p., tradução nossa). Com isso, essas reuniões possibilitam que tais discussões sejam posteriormente formalizadas no Conselho de Segurança.

Na reunião em questão, que ocorreu quatro meses após o terceiro encontro do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflitos (19 de

71- Carpenter (2009) mostra que, sobretudo a partir do genocídio bósnio, algumas discussões sobre a inclusão ou não das crianças nascidas de estupro dentro do mandato de proteção infantil do UNICEF ocorreram dentro da organização, porém, ficou decidido que tal debate deveria fazer parte da agenda de violência sexual em conflitos, o que não ocorreu até muito recentemente, conforme apresentaremos nesta seção.

72- Esse formato de reunião foi criado nos anos 1990 após o Embaixador Diego Arria, ao não conseguir marcar uma reunião formal para tratar sobre um relato de uma testemunha sobre o genocídio da Bósnia, se reuniu com os membros do Conselho de Segurança na sala de delegados da ONU, dando a ele a ideia de institucionalizar esses encontros informais que foram batizados de “*Arria-formula meetings*”.

junho de 2018), cujo tema foram as crianças nascidas de estupro, o objetivo era tratar da situação e dos direitos dessas crianças. Os conflitos do Iraque e Myanmar, conforme mencionados na introdução deste capítulo, foram um dos motivos para que esta reunião fosse estabelecida, uma vez que as crianças nascidas desses estupro têm como pais membros de organizações terroristas como o ISIS<sup>73</sup> que, por sua vez, representam uma ameaça à paz e a segurança internacional. Por serem reuniões informais, não são gravadas, o que nos impossibilita de saber os resultados desta discussão. Porém, no documento do *Security Council Report* (2018) a respeito das expectativas para o encontro, identificamos que os membros do Conselho reconheciam que

[e]mbora a violência sexual seja um foco do trabalho do Conselho nas Agendas de Mulheres, Paz e Segurança e Crianças e Conflitos Armados, a questão específica de crianças nascidas de estupro durante a guerra não foi examinada de perto no Conselho. Ao considerar o papel do Conselho ao abordar esta questão, os membros do Conselho estarão interessados nas amplas implicações da vulnerabilidade dessas crianças ao recrutamento e tráfico **e as implicações desta questão para a paz e a segurança** (SECURITY COUNCIL REPORT, 2018, n.p., tradução nossa, ênfases nossas).

Nesse sentido, a reunião reconhece que essas crianças são “muitas vezes relegadas às sombras da sociedade, marginalizados, indocumentados e, às vezes, apátridas”, com isso “elas não têm uma nacionalidade reconhecida e são muitas vezes vistas como uma **ameaça à segurança e ‘culpadas por associação’**” (SECURITY COUNCIL REPORT, 2018, n.p., tradução nossa, ênfases nossas). Por esta razão, a reunião materializa um primeiro esforço do Conselho de Segurança em olhar para essas crianças e mostrar que as vulnerabilidades enfrentadas por este grupo, segundo eles, podem torna-los mais suscetíveis ao ingresso em grupos armados e organizações terroristas (ROHWERDER, 2019), fazendo com que se caracterizem como uma ameaça à paz e a segurança internacional, uma vez que estão

---

73- De acordo com Deutsche Welle (2022), “[o] Estado Islâmico do Iraque e do Levante ou simplesmente Estado Islâmico é uma organização *jihadista* islâmica que opera sobretudo no Médio Oriente, mas que já levou a cabo atentados terroristas em vários pontos do mundo. (...) O ISIS, ISIL, Estado Islâmico (EI) ou Daesh - o grupo tem várias denominações - afirma autoridade religiosa sobre todos os muçulmanos e aspira controlar as regiões de maioria islâmica, a começar pelo território da região do Levante, que inclui a Jordânia, Israel, Palestina, Líbano, Chipre e Turquia. No entanto, o objetivo deste grupo fundamentalista é expandir-se também pelo sul da Europa e Norte de África. O grupo é composto e apoiado por várias organizações terroristas sunitas, como a Al-Qaeda. É considerado uma organização terrorista estrangeira por organizações como a União Europeia, Nações Unidas e países como os Estados Unidos, Israel e Austrália. O seu líder atual é Abu Bakr al-Baghdadi, que pretende criar um califado global” (DEUTSCHE WELLE, 2022, n.p.).

dando continuidade ao ciclo de violência que os gerou, em um primeiro momento. Isso significa dizer, assim, que o estigma ocasionado pelo estupro faz com que a criança nascida de estupro seja culpabilizada pela violência ocasionada por parte da comunidade na qual está inserida e, como modo de pertencimento, acaba integrando-se à grupos armados.

Os últimos dois capítulos mostraram como os debates sobre violência sexual em conflitos evoluíram a partir dos genocídios de Bósnia e Ruanda (década de 1990), fazendo com que uma série de mecanismos internacionais e resoluções dentro do Conselho de Segurança fossem criados para lidar com este tema. O foco das primeiras resoluções na punição dos perpetradores e na manutenção de um roteiro binário no qual homens são vistos como perpetradores e mulheres como vítimas, sem levar em consideração as desigualdades de gênero existentes antes, durante e após o conflito, não olhavam para as consequências a longo prazo na vida das vítimas. A Organização Internacional para a Migração (2018) mostra que dificuldade de acesso aos serviços de recuperação, e a ausência de um entendimento claro sobre as ramificações de longo prazo para as crianças nascidas de estupro, inclusive aquelas relacionadas ao estigma e a exclusão social contribuem para a violência baseada em gênero a longo prazo para as mães e seus filhos (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2018, p.35). Conforme mencionamos no parágrafo anterior, dessa forma, o estigma e a exclusão sofrida por mulheres e crianças vitimadas pelo estupro como arma de guerra faz com que outras violências pautadas no gênero se perpetuem. Isto é, essas mulheres são acusadas de terem cooperado com o conflito por suas comunidades, e não como vítimas que necessitam de acesso aos mecanismos de justiça.

A Resolução 2467 (2019) do Conselho de Segurança, conforme mencionamos no capítulo anterior, foi responsável por trazer uma abordagem focada nas sobreviventes, além de reconhecer, pela primeira vez, as crianças nascidas de estupro como vítimas do conflito. Essa resolução marca os dez anos de criação do Representante Especial sobre Violência Sexual em Conflitos Armados, criado por meio da Resolução 1888 (2009). Além disso, o debate para a implementação da 2467 teve como base o relatório do Secretário Geral da ONU sobre violência sexual em conflitos armados de 2019, lançado um mês antes da criação da resolução. Por isso, antes de falar especificamente desta resolução, precisamos abordar alguns pontos



trazidos neste documento e ressaltar quais foram seus impactos no texto da resolução. Nele, o Secretário-Geral aponta que:

**[a] violência sexual resulta em múltiplas consequências para as sobreviventes e suas famílias, incluindo gravidezes indesejadas que podem resultar de tal violência.** As mães de crianças nascidas de estupro de guerra carregam o fardo de serem condenadas ao ostracismo por sua própria comunidade. Além das dificuldades econômicas, muitas vezes são estigmatizadas por membros de sua família e comunidade, que as veem como “afiliadas do inimigo”. **As sobreviventes e seus filhos geralmente enfrentam altos níveis de estigma, e as crianças podem estar em risco de abuso, abandono e marginalização. Crianças nascidas de estupro de guerra constituem outro grupo vulnerável, muitas vezes rotulado pelas comunidades como o “sangue ruim” de inimigos políticos, étnicos ou religiosos.** Essas crianças são estigmatizadas ao nascer e podem sofrer consequências prejudiciais por toda a vida. Eles podem não ter acesso a recursos comunitários, proteção familiar e educação ou atividades de subsistência. **Eles são frequentemente alvos principais para o recrutamento de grupos armados e organizações terroristas.** Além da estigmatização e exclusão social, eles também podem enfrentar desafios administrativos rotineiros, mas críticos, para registrar seus nascimentos, seus nomes legais ou seus direitos à cidadania (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019a, p.8, tradução nossa, ênfases nossas).

Em outro trecho, ao tratar sobre os casos de violência sexual no conflito da Nigéria<sup>74</sup>, o relatório ressalta que “[o] ostracismo da comunidade dificulta a reintegração dos retornados, o que leva a uma maior exclusão da proteção e assistência social. **Esses efeitos negativos são agravados para as mães de crianças nascidas de estupro**” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019a, p.25, tradução nossa, ênfases nossas). Em primeiro lugar, o relatório reflete uma preocupação já enunciada pela *Arria-formula meeting* de 2018, no qual os debatedores sublinham que as vulnerabilidades desse grupo o tornam mais suscetível a ingressar em grupos armados. Além disso, o fato de muitas dessas crianças pertencerem a sociedades patrilineares faz com que a ideia de que elas tenham o “sangue contaminado” pelos pais esteja presente na comunidade, o que faz com que elas sejam vítimas de mais

<sup>74</sup>- O conflito na Nigéria decorre de conflitos entre o Estado e o grupo terrorista Boko Haram. O Boko Haram, grupo fundado em 2002 por Muhammed Yusuf, começou a entrar em conflitos com a polícia em 2009, ano em que seu líder foi preso. A partir deste episódio, o grupo assumiu uma postura mais violenta, cujo marco foi um ataque a cidade de Maiduguri em 2010, resultando na morte de vários civis. Sob a liderança de Abubakar Shekau, o grupo expandiu em território, influência e letalidade, combinando as táticas de um grupo terrorista com a guerrilha. Em 2014, o grupo foi considerado o grupo terrorista mais mortífero do mundo, superando o Estado Islâmico no Iraque. O grupo passou por uma divisão ideológica em 2016, na qual Abu Mus'ab Al-Barnawi liderou o grupo dissidente, que manteve contato com o Estado Islâmico (ISWAP), enquanto a facção de Shekau adotou o nome JAS (HANNA; BOHL; RAFA; MOYER, 2020). Em relação à violência sexual, “[o] sequestro de mulheres e meninas por grupos armados não estatais para uso como escravas sexuais e/ou portadoras de artefatos explosivos improvisados transportados por pessoas é uma característica perturbadora do conflito em curso” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019a, p.46, tradução nossa).

episódios de violência. Monguno et al. (2016), em um relatório sobre a situação das mulheres e seus filhos na Nigéria ilustra isso:

**[m]uitas pessoas veem essas mulheres, meninas e seus filhos como uma ameaça direta, temendo que tenham sido doutrinadas e radicalizadas pela JAS.** O recente aumento no uso de mulheres-bomba em toda a Nigéria, incluindo menores de 18 anos, também reforçou a crença amplamente difundida entre muitos de que mulheres e meninas expostas ao JAS (seja pela força ou voluntariamente) estão contribuindo para a insegurança na região. Alguns também acreditam que as crianças concebidas como resultado de violência sexual ou relações sexuais com membros do JAS se tornarão a próxima geração de combatentes, **pois carregam as características violentas de seus pais biológicos.** Muitos percebem essas vítimas de conflito como sendo parcialmente responsáveis pela violência e perdas sofridas por comunidades inteiras durante a insurgência. Como resultado, crianças e recém-nascidos, bem como suas mães, estão sendo cada vez mais marginalizados e correm o risco de mais violência (MONGUNO et al., 2016, p.9, tradução nossa, ênfases nossas).

Nesse sentido, as crianças nascidas de estupro são vistas como potencializadoras do sofrimento de suas mães, que já são previamente estigmatizadas por terem sido alvo de estupro. Conforme já mencionamos algumas vezes ao longo desta pesquisa, essas crianças simbolizam a materialização deste sofrimento comunitário, que, somado a questão identitária, as torna alvo de violência e marginalização. Por esta razão, muitas políticas de reparação não cobrem este grupo, uma vez que não são considerados sobreviventes do conflito e, em muitos casos, vistos inclusive como inimigos. A preocupação das Nações Unidas, assim, expressa na reunião do Conselho de Segurança e no relatório do Secretário-Geral que culminou na Resolução 2467 (2019) é que essas crianças se radicalizem – sobretudo por meio do ingresso em grupos terroristas, como o caso de Nigéria e Iraque, por exemplo – representando uma nova ameaça à segurança internacional, pois passarão a ter engajamento direto com a violência.

A Resolução 2467 (2019), dessa forma, em seu art. 18 reconhece as crianças nascidas de estupro como vítimas do conflito assim como suas mães, porém, com características distintas, como é possível ver a seguir:

**[r]econhece que mulheres e meninas que engravidam como resultado de violência sexual em conflitos armados, incluindo aquelas que optam por se tornar mães, podem ter necessidades diferentes e específicas, e observa os riscos e danos relacionados, distintos, às vezes ameaçadores e duradouros à vida, frequentemente enfrentados por aquelas mulheres, meninas e seus filhos nascidos como resultado de violência sexual em conflito, incluindo marginalização econômica e social, danos físicos e psicológicos, apátrida, discriminação e falta de acesso a reparações;** e instando os Estados a reconhecer na legislação nacional a igualdade de

direitos de todas as pessoas afetadas pela violência sexual em conflitos armados, **incluindo mulheres, meninas e crianças nascidas de violência sexual em conflitos armados** (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019b, p.7, tradução nossa, ênfases nossas).

Apesar de simbolizar um avanço na defesa dos direitos de proteção das crianças nascidas de estupro, por reconhecer as marginalizações vividas por este grupo no pós-conflito, a resolução teve que remover as referências sobre os direitos sexuais e de saúde reprodutiva de mulheres e crianças, como forma de evitar um veto por parte dos Estados Unidos (OO; DAVIES, 2021). Nesse caso, o direito a um tratamento preventivo contra o HIV e cuidados pré-natais adequados às sobreviventes não foram incluídos no texto. Isso significa que, apesar de ressaltar a existência dessas crianças e os impactos de serem resultados de um estupro, o Conselho de Segurança – composto majoritariamente por homens – não demanda o cumprimento de direitos básicos, algo que potencializa a situação de exclusão dessas mulheres e crianças (BOURGET, 2019).

Como foi possível perceber, os debates formais (ou seja, a reunião *Arria-formula* não se enquadra) nos quais essas crianças aparecem têm como temática central a violência sexual, e, portanto, os efeitos dessa violência na vida das mulheres vítimas. Sobre as crianças nascidas de estupro, Kiconco (2022) ressalta que

[o] foco continua a ser em seus pais. Por um lado, seus pais são percebidos como perpetradores e criminosos que devem ser processados. Vistos como potenciais agressores da paz pós-conflito, eles têm prioridade na concepção e implementação de programas de reabilitação e reintegração. Por outro lado, suas mães são percebidas e tratadas apenas como vítimas infelizes que precisam ser salvas; **e a presença de ‘bebês de guerra’ pode piorar suas situações** (KICONCO, 2022, p.101-102, tradução nossa, ênfases nossas).

Dessa forma, apesar de reconhecer as crianças nascidas de estupro, esses documentos as colocam como um “fardo” potencializador do sofrimento para as suas mães. Os novos contornos que a discussão sobre o estupro como arma de guerra ganhou, assim, permitiu com que o *continuum* da violência vivido pelas vítimas do estupro fosse ressaltado. Esse discurso acaba ressaltando, com isso, as crianças como parte desse *continuum*, ou seja, como um “efeito colateral” do estupro como arma de guerra que necessita ser protegido e ter seus direitos assegurados para que não se tornem uma ameaça à suas mães e nem à paz e a segurança internacionais.

Nesse sentido, a fim de mapear os efeitos da violência sexual nas mulheres e nas crianças resultado dos estupro, a Resolução 2467 também solicitou que os representantes especiais do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados e sobre Violência Sexual em conflitos cooperassem, juntamente a outras entidades relevantes da ONU, sobre o assunto, além da elaboração de um relatório (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019b, p.7). Três anos depois, em janeiro de 2022, o Secretário-Geral publicou o relatório *Women and girls who become pregnant as a result of sexual violence in conflict and children born of sexual violence in conflict*. Nele “[o Conselho de Segurança] **insta os Estados a reconhecerem em sua legislação nacional** a igualdade de direitos de todos os indivíduos afetados por violência sexual relacionada a conflitos, **incluindo sobreviventes e crianças nascidas de estupro**” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022, p.1, tradução nossa, ênfases nossas), pois, como evidencia o Representante Especial do Secretário-Geral de Violência Sexual em Conflitos, “é necessária uma aplicação interconectada e interdependente de medidas judiciais e não judiciais em coordenação com a paz e os processos políticos. No entanto, os processos de justiça transicional raramente incluem crianças nascidas de estupro” (OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL ON SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT, 2022, n.p., tradução nossa).

Como já apontamos anteriormente, os genocídios de Bósnia e Ruanda, na década de 1990, foram responsáveis por uma mudança no entendimento do estupro como arma de guerra e uma violação do Direito Internacional, culminando no engajamento sistemático do Conselho de Segurança da ONU por meio das resoluções da Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Essa atenção para o debate sobre violência sexual em conflitos, como vimos acima, foi condição de possibilidade para que as crianças nascidas de estupro aparecessem no discurso, mesmo que reduzidas a um fardo para as mulheres que optaram (ou não tiveram escolha) por criá-las. O relatório lançado pelo Secretário-Geral, de mesmo modo, “se concentra na história recente, **começando na década de 1990**, (...) que documentaram consistentemente padrões e tendências relacionados a crianças nascidas de estupro relacionados a conflitos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022, p.2, tradução nossa, ênfases nossas). Além disso, ele ressalta que “[d]esde o início da década de 1990, esses crimes continuam sendo uma característica perniciosa do conflito, **impedindo a paz e a segurança internacionais** (Ibid., p.3, tradução nossa, ênfases nossas).

Esses conflitos foram, portanto, responsáveis por reconhecer, globalmente, as experiências da guerra nas mulheres como uma preocupação de segurança relevante e internacional (HIRSCHAUER, 2014, p.7). Tais genocídios, em especial, o da Bósnia, mostraram como a gravidez forçada foi uma estratégia política deliberada utilizada para criar fraturas nas comunidades afetadas, por meio de crianças que carregam a identidade do perpetrador. Com isso, uma abordagem mais focada nas sobreviventes, algo iniciado pela Resolução 2467, permite com que as necessidades específicas daquelas vítimas que se tornaram mães sejam articuladas, bem como de seus filhos.

Em relação às necessidades das mulheres e crianças vítimas de estupro, o relatório do Secretário-Geral sobre violência sexual relacionada a conflitos em 2021 reforça que “[o] estigma<sup>75</sup> profundamente enraizado, combinado com as lacunas na cobertura dos serviços e a falta de apoio psicossocial, continuaram a impedir que os sobreviventes buscassem reparação” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021b, p.13, tradução nossa). Partindo desta ideia, percebemos que os documentos analisados têm como foco destacar os efeitos dessa violência para as mulheres e crianças e, assim, destacar medidas que sejam capazes de mitiga-los, contribuindo para a inclusão deste grupo nos processos de reconstrução da paz. O relatório do Agente Administrativo do Fundo de Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflitos (2019), enfatiza que

[e]xistem lacunas na proteção legal para crianças nascidas de violência sexual, e também **há percepções de que são crianças ‘nascidas de um inimigo’**. Como resultado, **essas crianças não são registradas ou carecem de documentação legal e enfrentam enormes barreiras no acesso a apoio médico, educacional e social básico e serviços relacionados** (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2019, p.16, tradução nossa, ênfases nossas).

---

75- Sobre o conceito de estigma, Wagner et al. (2020) mostram que **[o] estigma, segundo a obra seminal de Goffman, é um “atributo profundamente desacreditador” que reduz o indivíduo “de uma pessoa normal a uma pessoa maculada e desconsiderada”**. O foco dos discursos psicológicos mudou para uma visão menos individualista, enfatizando que o estigma é socialmente construído dentro de um determinado contexto. A definição sociológica amplamente utilizada, por Link e Phelan, combina diferentes conceitos de estigma (rotulagem, estereotipagem, separação, perda de status e discriminação) e destaca dinâmicas de poder que permitem que ele floresça. Quadros subsequentes enfatizaram determinantes estruturais, como fatores econômicos, políticos ou históricos, que permitem que o estigma se traduza em injustiça social. A pesquisa transcultural sugere que **as experiências de estigma são universais, mas que o processo de desacreditação afeta os indivíduos de maneira diferente**. Implicações emocionais negativas, por exemplo: insegurança, vergonha, culpa, medo, ansiedade e evitação dependem dos mecanismos de enfrentamento disponíveis (WAGNER et al., 2020, p.3, tradução nossa, ênfases nossas).

Este trecho, assim como outros apresentados anteriormente, ressalta como a questão identitária é central, não só para a marginalização dessas crianças nos contextos aos quais pertencem, mas também, por serem fator de ameaça à paz e a segurança. Sobre a questão identitária, Goodhart (2007a) observa que

não é o vínculo biológico, **mas o significado socialmente construído desse vínculo que importa para a política de identidade**. Ninguém contesta que os bebês de guerra são (biologicamente) filhos de suas mães, mas a composição genética de uma criança não é um indicador biológico independente de uma identidade profunda, mas sim, **um marcador cujo significado deve ser apreendido dentro do contexto cultural mais amplo e da política de pertencimento ao grupo** (GOODHART, 2007a, p.190, tradução nossa, ênfases nossas).

Nesse sentido, tais documentos visam construir uma representação dessas crianças e de suas mães como vítimas do conflito, e não como colaboradoras do perpetrador, pois “[e]stabelecer as crianças como vítimas dos estupradores pode ajudar a quebrar essa lógica cultural perversa, mudar o discurso estigmatizante em torno dessas crianças em suas comunidades, na mídia e entre funcionários do Estado e trabalhadores humanitários” (GOODHART, 2007b, p.310, tradução nossa). Sobre este tópico, Denov e Provost (2020) mostram que:

[n]o que diz respeito às crianças nascidas de estupro, legitimar seu status de vítima teria mais probabilidade de aumentar do que diminuir seu poder. A dificuldade para essas crianças é que os atos censuráveis de seus pais são atribuídos a elas por meio de uma concepção cultural de identidade e individualidade de longa data e profundamente arraigada. O objetivo final é vê-las como vítimas dos atos de seus pais, em vez de uma continuação da identidade do pai. O status de vítima para crianças nascidas de estupro destacaria sua inocência, o que ajudará a afetar as perspectivas da sociedade sobre sua responsabilidade e agência e distanciá-los conceitualmente das identidades de seus pais (DENOV; PROVOST, 2020, p.37, tradução nossa).

Como forma de garantir isso, assim, esses documentos ressaltam a marginalização psicológica, econômica e social vivida por essas crianças e, principalmente, por suas mães, que acabam sendo mais associadas à figura do perpetrador justamente por criar essa criança nascida do estupro. Essa iniciativa está presente, por exemplo, na recomendação dos Comitês da Eliminação da Discriminação contra Mulheres e dos Direitos da Criança, onde eles ressaltam que:

Esforços para combater a estigmatização e o isolamento social de crianças nascidas de estupro devem ser implantados por meio de campanhas de conscientização e educação do público. Os passos devem incluir a **sensibilização de agências estatais e organizações não governamentais sobre as vulnerabilidades e riscos enfrentados por mulheres e crianças nascidas de estupro, conscientização nas comunidades para preparar o retorno e aceitação e eliminar preconceitos e**

**estereótipos contra essas mulheres e crianças.** Os Estados Partes devem envolver e mobilizar os líderes tradicionais e religiosos nesses esforços e usar a mídia para aumentar a conscientização sobre a situação das mulheres afetadas pela violência sexual e das crianças nascidas de estupro. Grupos de apoio de pares e plataformas devem ser estabelecidos para permitir que mulheres e crianças compartilhem suas experiências e forneçam às mães habilidades parentais (CEDAW; CRC, 2021, p.4, tradução nossa, ênfases nossas).

Um ponto que nos chama atenção inclusive na citação acima é que, mesmo com os avanços no reconhecimento dessas crianças como vítimas, a maioria dos processos de inclusão e reintegração das mesmas à sociedade sugeridos por esses estão vinculados às suas mães. Os trechos abaixo clarificam este ponto:

Reconhecendo a existência e a situação de milhares de crianças nascidas de estupro durante a guerra, que muitas vezes enfrentam uma vida inteira de marginalização e vulnerabilidade ao recrutamento por grupos armados, recomendo levar em consideração as necessidades específicas de proteção dessas crianças, inclusive para crianças deslocadas à força sem documentos e as clarificação do seu estatuto jurídico o mais rapidamente possível; **assegurar o direito das mães de conferir sua nacionalidade aos filhos**, em consonância com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, **de modo a evitar a possível apatridia; e disponibilizando recursos adicionais para serviços que apoiem as sobreviventes de violência sexual e seus filhos** (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019a, p.54, tradução nossa, ênfases nossas).

De acordo com a Convenção CDC, os Estados Partes devem assegurar que as crianças nascidas de estupro sejam registradas e assegurar seu direito a uma nacionalidade. **As crianças abandonadas devem ter acesso a serviços de cuidados, certidões de nascimento e ter o direito de adquirir uma nacionalidade onde, de outra forma, seriam apátridas.** Esses programas de identificação devem ser implementados de forma não arbitrária e não discriminatória dentro de um prazo razoável. **A apatridia pode resultar em situações em que é negado às mulheres o direito de passar sua nacionalidade para seus filhos devido a leis de nacionalidade discriminatórias de gênero.** Os Estados Partes devem assegurar que medidas para proteger as mulheres e crianças apátridas estejam em vigor antes, durante e depois do conflito (CEDAW; CRC, 2021, p.3-4, tradução nossa, ênfases nossas).

**Garantir que a legislação e as políticas nacionais sejam elaboradas para defender os direitos dos sobreviventes de violência sexual relacionada a conflitos e crianças nascidas de tal violência**, por meio de sua participação significativa na concepção e aplicação do estado de direito, reforma do setor de segurança e iniciativas de justiça transicional; (...)

Garantir que qualquer processo de coleta de informações, documentação ou registro realizado para defender os direitos das sobreviventes de violência sexual e seus filhos seja conduzido de forma segura, ética e não estigmatizante, de acordo com os padrões globais; (...)

**Garantir que mulheres e crianças tenham documentação de identidade adequada e, em nenhuma circunstância, por ação ou omissão, implementar políticas que tornem sobreviventes e/ou crianças apátridas**, incluindo casos em que uma criança nasce de violência sexual perpetrada por um combatente terrorista estrangeiro, em que caso o **direito interno deva salvaguardar o direito da criança**

**de adquirir a nacionalidade independentemente dos atos, crenças ou filiações de seus pais** (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022, p.14-15, tradução nossa, ênfases nossas).

Os trechos acima representam uma iniciativa das Nações Unidas em desvincular a identidade das crianças nascidas de estupro da figura paterna, sobretudo no processo de registro e na transferência de direitos, como propriedade, herança etc. Apesar dos pontos positivos que isso traz, tratar essas crianças como uma extensão de suas mães contribui para um discurso no qual elas podem facilmente se tornar invisíveis (CARPENTER, 2000). A maior parte do discurso em torno dessas crianças, algo que se manifesta nesses documentos, concentra-se na gravidez e na maternidade forçadas vivenciadas pelas mães. O próprio título do relatório mais recente do Secretário-Geral evidencia isso: “*Mulheres e meninas que engravidam como resultado de violência sexual em conflito*” (em tradução livre). O foco nas mães e em suas experiências de gravidez forçada não captam adequadamente os erros cometidos à criança e, assim, “[t]al discurso também obscurece o fato trágico, mas crucial, de que as mães das crianças muitas vezes as negligenciam ou rejeitam. Alcançar as crianças através de suas mães não é suficiente” (GOODHART, 2007b, p.310, tradução nossa). Essas medidas, como passar a identidade de mãe para filho, reforçam o fato de que este problema é tratado pela agenda de violência sexual em conflitos e não sobre infância. Portanto, o fato dessas crianças emergirem no discurso internacional a partir do debate sobre estupro como arma de guerra faz com que suas mães permaneçam no centro do debate e elas continuem como vítimas secundárias do conflito.

Sobre este ponto, recentemente, o Representante Especial do Secretário-Geral de Violência Sexual em Conflitos também reforçou a ideia de que mãe e criança nascida de estupro estão ligadas em sua mensagem para o lançamento do projeto EuroWARCHILD, “O que significa ser uma criança nascida da guerra?”<sup>76,77</sup>, em 1 de junho de 2022. Nas palavras do representante:

76- Tradução livre.

77- O projeto *What Does It Mean to Be a Child Born of War?* tem como objetivo “examinar diferentes grupos de crianças da guerra no contexto europeu, através de conflitos, configurações de segurança e gerações. O foco do projeto será em crianças nascidas da guerra na Noruega, Dinamarca, Alemanha e Bósnia e Herzegovina, com estudos adicionais que se concentram em Kosovo, Serra Leoa, crianças Yezidi e crianças nascidas de combatentes estrangeiros europeus ao ISIS/Daesh”. O projeto é coordenado pelo Centro de Pesquisa de Gênero (STK), da Universidade de Oslo, em conjunto com o parceiro colaborativo PRIO *Center on Gender, Peace and Security* (PRIO GPS).



Em várias visitas de campo a campos de deslocados internos em Maiduguri, Goma, Darfur e Sudão do Sul, **testemunhei como o destino dessas crianças está inextricavelmente ligado ao de suas mães**. No Iraque, visitei abrigos cheios de crianças abandonadas, e mulheres compartilharam comigo a dor e a agonia de não terem tido outra escolha a não ser abandonar seus filhos. Na Bósnia-Herzegovina, encontrei-me com adultos que nasceram de estupro e percebi o quanto eles sofrem como resultado da estigmatização e discriminação de suas próprias mães. Claramente, porque as violações iniciais não foram reconhecidas e não foram abordadas, houve uma cascata de danos, passados de mãe para filho em um ciclo intergeracional de negação da dignidade e dos direitos humanos (OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL ON SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT, 2022, n.p., tradução nossa, ênfases nossas).

Por isso, colocar as crianças como inextricavelmente ligadas às suas mães perpetua a ideia de que as mesmas são vítimas indiretas do conflito cuja vitimização deriva do trauma das mães. De acordo com Denov (2020), as crianças nascidas de estupro “correm o risco de serem ofuscadas pela vitimização de suas mães. Concebê-las como vítimas indiretas significa que suas histórias, discursos e experiências de vitimização estão inextricavelmente ligados aos de suas mães, cujas narrativas continuarão a dominar” (DENOV, 2020, p.61, tradução nossa). Ou seja, ao olhar para a experiência dessas crianças associada a suas mães, em muitos casos, deixa-se de focar nas violações dos direitos dessas crianças enquanto um grupo de vítimas único, no qual muitas das opressões advêm de seu círculo familiar/comunitário. Uma vez que a própria existência dessas crianças decorre de um ato de violência e suas vidas podem sustentar e ampliar o dano inicial causado por este ato (DENOV; PROVOST, 2020), a narrativa de suas mães, atingidas diretamente pelo estupro, pode ganhar predominância e a criança utilizada como forma de comprovar o sofrimento dessas mulheres. Além disso, reforça a ideia de “*womanandchildren*” (ENLOE, 1991; 1993)<sup>78</sup> ou *mulheresecrianças*, isto é, destes grupos enquanto um conglomerado no qual as mulheres seriam protetoras essenciais das crianças, devido

Para mais informações, consultar: [https://www.prio.org/events/8942#:~:text=The%20European%20Children%20Born%20of%20War%20\(EuroWARCHILD\)%20project%20aims%20to,war%2C%20and%20children%20born%20of](https://www.prio.org/events/8942#:~:text=The%20European%20Children%20Born%20of%20War%20(EuroWARCHILD)%20project%20aims%20to,war%2C%20and%20children%20born%20of). Último acesso em julho de 2022.

78- Esse termo foi cunhado por Cynthia Enloe (1991) ao retratar a invasão do Kuwait pelo Iraque para chamar atenção para a ligação naturalizada entre mulheres e crianças e para a presunção comum de que ambos os grupos são vítimas inocentes sob as quais a violência é infligida, além do papel de atores inatos, ou seja, não-estratégicos, para os processos de paz. Nas palavras da autora, “na torrente de imagens da mídia que acompanham uma crise internacional, as mulheres são tipicamente visíveis como símbolos, vítimas ou dependentes. ‘*Mulheresecrianças*’ rola facilmente das línguas da rede, porque nas mentes da rede as mulheres são membros da família e não atores independentes, presumivelmente quase infantil em sua inocência sobre a *realpolitik* internacional” (ENLOE, 1993, p.166, tradução nossa).

a seu papel como mãe (DUSTIN, 2022). Reforçar construções de gênero como essa impedem um olhar mais apurado sobre a complexidade desta relação quando tratamos de crianças nascidas de estupro.

Os documentos analisados, assim, demonstram que, apesar do reconhecimento dessas crianças como vítimas por parte da ONU, eles ainda atrelam este grupo à figura de suas mães. Em teoria, os documentos representam um esforço da ONU em abordar as marginalizações econômicas, sociais, políticas e jurídicas vividas por essas crianças, propondo, inclusive, uma série de recomendações que visam mitigar tais problemas. Esses esforços, também, visam desvincular essas crianças da imagem do perpetrador, por entenderem que esta ligação representa uma ameaça à paz e a segurança. A respeito desse tópico, a ONG Iraquiana SEED aponta que:

[a]s consequências da confusão de identidade dessas crianças terão um grande impacto na formação das personalidades dessas crianças à medida que crescem na idade adulta. **Não seria surpresa para ninguém se essas crianças tentassem se reconectar com seus pais e parentes do [Estado Islâmico] ISIS no futuro** (SEED FOUNDATION, 2020, p.9, tradução nossa, ênfases nossas).

Dessa forma, perpetuar este estigma e a ligação com o perpetrador pode levar muitas crianças, no futuro, a procurarem seus pais. A rejeição que essas crianças sofrem por suas comunidades e até mesmo por suas mães faz com que elas busquem encontrar seus pais a fim de conseguir um senso de pertencimento. No caso de Uganda<sup>79</sup>, Denov e Lakor (2017) mostram que, devido a discriminação e marginalização sofrida por essas crianças no pós-conflito por parte da comunidade na qual estão inseridas, muitas delas preferem a vida na *Lord's Resistance Army* (LRA), afirmando, inclusive, “que a guerra era melhor do que a paz” (DENOV; LAKOR,

---

79- Sobre o conflito, as autoras mostram que “criado sob a liderança de Joseph Kony, o Exército de Resistência do Senhor (LRA) foi estabelecido para derrubar o governo de Uganda e tornou-se conhecido por suas atrocidades contra civis. Kony formou o LRA para combater o abuso, a exclusão e a opressão consistentes e palpáveis que os Acholi sofreram nas mãos do governo de Uganda. (...) As meninas – com preferência por aquelas entre 12-13 anos – foram capturadas e entregues aos “maridos” comandantes. As esposas tornaram-se propriedade exclusiva dos comandantes: essas meninas eram obrigadas a obedecer a todo e qualquer comando e nunca recusar serviços sexuais aos seus “maridos”. A maioria dessas mulheres tornou-se mãe e suas gestações foram resultado de repetidas violências sexuais por parte de seus “maridos” comandantes. Este sistema de esposa forçada tinha um objetivo claro – produzir um novo clã. Kony falou repetidamente da necessidade de “multiplicar” e viu isso como a solução para o norte de Uganda: criar uma nova classe de pessoas que, de sua perspectiva, se beneficiaram do treinamento do LRA e da vida no mato” (DENOV; LAKOR, 2017, p.256, tradução nossa).

2020, p.263). O relato de uma criança nascida de estupro em Uganda que foi entrevistada pelas autoras elucida isso:

A maneira como éramos amados e tratados por nossos pais no mato era melhor do que agora. [Qual foi a diferença?] Enquanto estávamos no mato não fomos insultados como aqui em casa. Quando nascemos, tínhamos nossa mãe e nosso pai. Nós também tínhamos roupas melhores para vestir, ao contrário de aqui, onde nossas roupas não são boas... Nós também tivemos comida boa para comer enquanto estávamos no mato. Aqui, não podemos comer em paz sem que nossa avó resmungue sobre como nos alimentar se tornou um fardo para ela (Ibid., tradução nossa).

Os documentos da ONU, dessa maneira, buscam ir na contramão deste pensamento construído em Uganda, uma vez que visam sensibilizar ONGs locais, sobreviventes e líderes estatais para os danos causados pelo estupro na vida dessas crianças, evitando, assim, uma situação de marginalização e estimulando um processo de integração deste grupo no pós-conflito. Isso é necessário para que este sentimento de desejo de ir em busca de seus pais ou retornar ao conflito para se sentir pertencente a um grupo seja eliminado. Com isso, combater a situação de vulnerabilidade na qual essas crianças se encontram e garantir a sua proteção é uma forma de evitar com que, futuramente, se tornem uma ameaça à paz e a segurança por tentarem ingressar em grupos armados. Em resumo:

[c]rianças concebidas por meio de estupro em tempos de guerra muitas vezes lutam com questões de identidade e pertencimento por décadas após o fim da guerra, como visto na Bósnia e Herzegovina, Nepal e em outros lugares. A Colômbia é o único país em que crianças concebidas por estupro em tempos de guerra são legalmente reconhecidas como vítimas, embora tenha sido difícil para elas obterem acesso a reparação sem serem estigmatizadas. O apoio à reintegração socioeconômica, incluindo esforços de alívio do estigma, deve fazer parte da reconstrução pós-conflito, no entanto, os pacotes de reabilitação limitados disponíveis tendem a se concentrar em homens que se desligaram de grupos armados e extremistas, com pouca assistência disponível para mulheres. **As sociedades tendem a ver mulheres e crianças anteriormente associadas a grupos extremistas violentos como “afiliadas” em vez de vítimas e, em alguns casos, as ações das autoridades reforçaram essas suspeitas. Autoridades locais no Iraque teriam designado crianças como “terroristas do Da’esh” em suas certidões de nascimento e, na Líbia, Nigéria e Somália, mulheres e meninas que retornaram foram detidas como “cúmplices”.** O medo de represálias levou a novos deslocamentos, com alguns sobreviventes se mudando para escapar de abusos por parte de sua própria família e comunidade. Ex-sequestrados foram até mesmo forçados a escolher entre manter seus filhos concebidos por meio de estupro e retornar às suas famílias de origem. Para aliviar o estigma, é necessário um envolvimento concertado com líderes religiosos e tradicionais para ajudar a mudar as normas sociais prejudiciais em torno da honra, vergonha e culpabilização das vítimas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018, p.6, tradução nossa, ênfases nossas).

Entretanto, como mostramos ao longo desta seção, as crianças só passaram a ser vistas como uma ameaça à paz e a segurança devido a evolução no debate sobre estupro como arma de guerra. A Resolução 2467 (2019) se diferencia das demais ao tratar das desigualdades de gênero que permeiam a violência contra mulheres em conflitos, abrindo espaço para uma discussão sobre *continuum* da violência, no qual se olha para os efeitos dessa desigualdade antes, durante e após o conflito. Olhar para o *continuum* da violência, assim, é diagnosticar, também, quais as principais consequências do estupro em guerras para a vida das mulheres vitimadas por este ato. Aqui surgem, portanto, as crianças nascidas de estupro, que são vistas como um agregador na marginalização dessas mulheres no pós-conflito, pois são vistas como carregando o “sangue do inimigo” por meio dessa criança. Por terem sido as vítimas primárias dessa violência, dessa forma, suas narrativas se sobressaem a de seus filhos (DENOV; PROVOST, 2020) que, por sua vez, são vistos como vítimas secundárias deste evento.

Tal situação sugere, inclusive, o porquê de nenhum projeto liderado pela ONU sobre este grupo ter sido capaz de obter resultados práticos, como foram os casos de Bósnia<sup>80</sup> e Iraque<sup>81</sup>. Desse modo, apesar dos avanços trazidos por esses

---

80- Entre 2018 e 2019, a *UN Country Team* (UNCT) na Bósnia e Herzegovina desenvolveu um programa conjunto com o objetivo de melhorar a situação e fornecer reparação aos sobreviventes da violência sexual – incluindo homens, mulheres e crianças nascidas de estupro – “defendendo a igualdade de acesso a reparações, garantindo maior desenvolvimento e expansão dos serviços nos setores de saúde e econômico, melhor acesso à justiça e combate estigmatização em relação aos sobreviventes” (UN ACTION AGAINST SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT, 2019a, p.3, tradução nossa). O projeto buscou apoio da *Forgotten Children of War Association* para desenvolver uma metodologia a fim de obter informações atualizadas sobre a condição atual das crianças nascidas de estupro com o objetivo de apresentar recomendações para trabalhos futuros com essa categoria. Porém, a associação utiliza a categoria de “crianças nascidas por causa da guerra”, que seria “uma categoria ampla que se concentra [também] nas relações entre mulheres locais e forças de paz internacionais e trabalhadores humanitários” (Ibidem., p.16, tradução nossa). Mesmo com a falta de apoio da associação, a ONU contou com o auxílio de organizações e comunidades religiosas da Bósnia, Sérvia, Croácia e Kosovo, ex-repúblicas Iugoslavas também afetadas pelo conflito nos Bálcãs. Esse trabalho resultou em sistemas de apoio para os sobreviventes da violência sexual relacionada a conflitos – isto é, **mães e crianças** fruto da violência sexual – e capacitou os membros das comunidades religiosas para fornecer apoio psicossocial às vítimas, além de encaminhá-las a outras instituições para acessarem seus direitos e prerrogativas correspondentes (UN ACTION AGAINST SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT, 2019a, p.26). Portanto, apesar de fornecer suporte às vítimas, não há evidências se o projeto foi capaz de auxiliar na redução do estigma social enfrentado por esses grupos ou garantir que essas crianças tivessem acesso a registros de nascimento e outras documentações necessárias.

81- No caso do Iraque, as crianças nascidas de estupro eram o foco principal do projeto *Coordinated Action to Respond to the Needs of Child Born of Rape, Children Born to ISIL Fighters, and Their Survivor Mothers*, liderado pela Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMIR) e o UNICEF. Com base na análise da legislação existente, o projeto indicou que todas as crianças nascidas em áreas anteriormente controladas pelo Estado Islâmico que não possuem certidões de nascimento enfrentam obstáculos processuais significativos para se registrar. Para crianças nascidas de estupro onde a prova de paternidade pode ser impossível, como é o caso das crianças nascidas de

projetos no que tange a realização de pesquisas com vistas a entender a situação dessas crianças nesses locais e de identificação nos gargalos presentes nessas sociedades no que diz respeito às necessidades deste grupo, ainda não houve mudanças práticas na vida desses indivíduos, em especial naquilo que diz respeito ao seu reconhecimento formal como vítimas do conflito e acesso a documentação.

Nesse sentido, passamos para a última seção deste capítulo. Nela, temos como objetivo entender a relação entre crianças nascidas de estupro, infância e estupro como arma de guerra. Para isso, retomaremos as discussões sobre a evolução do debate de violência sexual em conflitos e infância na política internacional. Nossa ideia, assim, é mostrar como a visibilização das crianças nascidas de estupro está relacionada com o debate sobre estupro, que foi a condição de possibilidade para que este debate aparecesse na política internacional. Além disso, questionamos o próprio uso do termo “crianças nascidas de estupro”; primeiro, ao se referir a indivíduos de qualquer idade – e não apenas aqueles que se enquadram no período da infância – e, também, por ser responsável por excluir e invisibilizar outras categorias de crianças em situações similares.

#### 4.3.

#### **Relacionando crianças nascidas de estupro, infância e estupro como arma de guerra: limitações do discurso**

Nesta seção, objetivamos defender nosso argumento de que a construção discursiva das crianças nascidas de estupro como um problema de segurança internacional só foi possível devido a evolução do debate sobre estupro como arma de guerra. Com isso, o reconhecimento dessas crianças fica subordinado à suas mães, que são vistas como as principais vítimas do conflito e, as crianças, encaradas como consequências do mesmo. Portanto, mostraremos as limitações existentes ao tratarmos deste grupo por meio do guarda-chuva da violência sexual e não da infância e dos direitos da criança. Ademais, refletiremos como o próprio termo – crianças

---

combatentes do Estado Islâmico, a lei iraquiana não tem nenhuma disposição para esta categoria; e um tribunal especial foi criado para lidar com esses casos (UNA053, 2019, p.6). Além disso, o projeto ressalta que “[n]o Iraque, a falta de um documento de identidade pode ter as seguintes consequências para a pessoa: a) Negação de acesso à saúde, educação, moradia e emprego; b) Circulação restringida por risco de detenção pelas forças de segurança; c) Não pode candidatar-se a prestações sociais (transferências pecuniárias da proteção social). O segundo problema é a rejeição social a essas crianças e tratá-las como fonte de perigo e ameaça à segurança e não como vítimas” (UNA053, 2019, p.9, tradução nossa).

nascidas de estupro – coloca em foco o fato dessas crianças nasceram de relações coercitivas e violentas e, ao usar o termo “criança” para se referir a indivíduos de qualquer faixa etária que tenham nascido fruto desta violência – e não somente aqueles entre zero e 17 anos – traz consigo uma série de construções acerca deste período da vida (a infância) que não são suficientes para lidar com o estigma e marginalização deste grupo, além de colocarem-no, mais uma vez, subordinado aos adultos.

A evolução dos debates sobre estupro no Direito Internacional de um crime que era visto como um ataque a propriedade (no caso, a mulher) de um homem para um problema de segurança internacional fez com que este debate abrisse espaço para a discussão de outras formas de violência de gênero. As resoluções da Agenda Mulheres, Paz e Segurança, além de trazerem para o Conselho de Segurança a liderança sobre os debates acerca deste tema, possibilitaram um aperfeiçoamento nas discussões que, apesar de incipiente, é capaz de compreender as desigualdades de gênero presentes nos ambientes antes, durante e pós-conflito e, portanto, as mulheres precisam deixar de ser apenas parte do banco de testemunhas, isto é, indivíduos que irão narrar a violência sofrida e possibilitar a condenação dos perpetradores, para sobreviventes cujos efeitos do conflito precisam ser devidamente contemplados. Aqui, assim, surge a discussão sobre as crianças nascidas de estupro como um dos efeitos a longo prazo da violência sexual perpetrada nos conflitos contra essas mulheres. As questões identitárias, como a associação cultural de mulheres e crianças ao inimigo, faz com que elas sejam marginalizadas nas comunidades nas quais estão inseridas. Nesse sentido, as recentes menções a este grupo visam justamente mitigar as consequências dessa associação à figura paterna, porém, subordinando a criança a figura de sua mãe.

A fim de nos aprofundar neste argumento, partimos das questões sobre identidade a partir das discussões pós-estruturalistas, trabalhadas no Capítulo 2 deste trabalho, a fim de identificar a relação entre crianças nascidas de estupro, estupro como arma de guerra e infância. Nossa ideia é, em outras palavras, analisar como a representação das crianças nascidas de estupro como uma ameaça está ligada ao debate sobre estupro como arma de guerra e, assim, com a relação com suas mães, e como isso faz com que o endereçamento de suas necessidades esteja aquém do necessário para uma reintegração pós-conflito adequada, que evite um (re)ingresso em situações de conflitos armados. Por fim, retomamos uma discussão sobre

infância e arma de guerra para apontar as limitações existentes no termo utilizado para fazer referência a este grupo.

No segundo capítulo, trabalhamos, com base nas leituras pós-estruturalistas, como as identidades são discursivas, políticas, relacionais e sociais (HANSEN, 2006). A identidade, segundo esses autores, “é constituída em relação à diferença... e a diferença é constituída em relação à identidade”. (CAMPBELL, 1998, p.9. tradução nossa). Isso não significa dizer que a constituição da diferença, que constitui o “eu” e o “outro” é uma oposição binária que constituirá, necessariamente, em violência, porém, sabemos que a violência é uma possibilidade nesses casos (Ibid., p.70). Nesse sentido, as práticas de representação, que adquirem significado por meio de discursos que constituem essas identidades, são responsáveis por organizar nosso entendimento acerca da realidade. Portanto, o discurso é constituído tanto pela representação quanto pelo representado. Ou seja, os diferentes discursos podem levar a representações distintas e, por sua vez, a resultados políticos distintos.

A partir desse arcabouço teórico é possível, então, entendermos como se deu o processo de construção das crianças nascidas de estupro como um problema de segurança a partir da evolução do debate sobre estupro em guerras. Por meio de práticas de representação que transformaram o discurso sobre estupro em conflitos na política internacional, as consequências desse ato passaram a ser representadas como um problema de segurança. As crianças nascidas de estupro – foco deste trabalho – são uma das consequências da violência sexual em conflitos. Nesse sentido, o processo de reconhecimento e construção dessas crianças como um problema de segurança que tem uma série de direitos violados visa garanti-los por meio de suas mães que, apesar de terem sido afetadas pelo mesmo ato, enfrentam consequências distintas. A lacuna, portanto, está em não reconhecer essas crianças como sujeitos de direitos, além de reforçar apenas as experiências nas quais essas crianças são marginalizadas, sem levar em consideração os casos nos quais suas mães desejam cuidar dos filhos, independentemente de sua origem.

Em virtude dos avanços nos debates sobre violência sexual, identificamos que as organizações passaram a reconhecer a existência das crianças nascidas de estupro. No relatório de dez anos de atuação da *UN Action*<sup>82</sup>, a organização afirmou

---

82- De acordo com o site da organização, “*UN Action is chaired by the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict (SRSG-SVC), supported by a Secretariat located in the Office of the SRSG-SVC, and is governed by a Steering Committee consisting of*

que seu trabalho “também destacou lacunas e ajudou a preenchê-las, incluindo: identificação de áreas negligenciadas dentro da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) para ações adicionais **em particular crianças nascidas como resultado de violência sexual em conflito**” (UN ACTION, 2020, p.10, tradução nossa, tradução nossa). Todavia, esse reconhecimento, conforme indicado na citação anterior, está atrelado a suas mães, sujeitos principais da Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Os trechos a seguir são ilustrativos, pois mostram que “[e]sses casos [Irake, Myanmar e Bangladesh] ilustram as lacunas de proteção enfrentadas por mulheres deslocadas, migrantes e refugiadas e **os danos em cascata que se seguem após a gravidez resultante de estupro**” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022, p.4, tradução nossa, ênfases nossas), e que “[o] estigma profundamente enraizado, combinado com as lacunas na cobertura dos serviços e a falta de apoio psicossocial, **continuaram a impedir que os sobreviventes se apresentassem em busca de reparação**” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021, p.13, tradução nossa, ênfases nossas).

Além disso, todas as vezes em que são mencionadas na maioria dos documentos da ONU, essas crianças parecem não ser lidas nem como vítimas nem como sobreviventes, mas sim, como uma “reflexão tardia” associada ao *status* de suas mães (STOTZ et al., 2022). Alguns trechos clarificam este ponto:

O Conselho instou ainda os Estados a reconhecerem em sua legislação nacional a igualdade de direitos de todas as pessoas afetadas por violência sexual relacionada a conflitos, **incluindo sobreviventes e crianças nascidas de estupro** (...) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022, p.1, tradução nossa, ênfases nossas).

**As mães de crianças nascidas de estupros de guerra carregam o fardo de serem condenadas ao ostracismo por sua própria comunidade.** Além das dificuldades econômicas, muitas vezes são estigmatizadas por membros de sua família e comunidade, que os veem como “afiliados do inimigo”. **As sobreviventes e seus filhos** geralmente enfrentam altos níveis de estigma, e as crianças podem estar em risco de abuso, abandono e marginalização (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019a, p.8, tradução nossa, ênfases nossas).

**[M]ulheres e meninas sobreviventes continuam a enfrentar estigma e rejeição por parte de suas comunidades, especialmente aquelas com filhos nascidos de violência sexual em conflito.** A volatilidade contínua e a situação de segurança frágil [no Mali] também obstruem a mobilidade e o acesso a serviços de

---

*Principals from the 21 member entities. Current members include CTED, DPPA, DPO, IOM, ITC, OCHA, OHCHR, OSAPG, OSGEY, OSRSG-CAAC, OSRSG-VAC, UNAIDS, UNDP, UNFPA, UNHCR, UNICEF, UNODA, UNODC, UN Women, UNOCT and WHO*. Para mais informações, consultar: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/about-us/un-action/>. Último acesso em agosto de 2022.



sobreviventes de violência sexual relacionada a conflitos (UN ACTION, 2020, p.62, tradução nossa, ênfases nossas).

Como podemos perceber, as dificuldades vividas por este grupo, assim, são enquadradas como impactando “as vítimas e seus filhos”, ou seja, principalmente as mães e, por extensão, as crianças. Com isso, ao incluir as experiências dessas crianças na de suas mães, há o risco de excluí-las de processos de reintegração e esforços humanitários. Por exemplo, em abril de 2019, a comunidade Yazidi, no Iraque, optou por reintegrar as mulheres que haviam sido capturadas pelo Daesh anos antes, porém, a entrada dos filhos nascidos do estupro foi proibida. De acordo com Menmy (2021), “[d]enominada Lei das Sobreviventes Yazidi (Mulheres), a nova legislação reconheceu formalmente o genocídio Yazidi e exigiu compensação, reabilitação e educação para as sobreviventes. Embora a lei lide com muitas questões, ela não aborda o destino das crianças nascidas de pais do ISIS” (MENMY, 2021, n.p., tradução nossa). Nesse sentido, essas mulheres são separadas de seus filhos, que passaram a ser criados em abrigos, ou, em outros casos, em situações clandestinas junto a suas mães. Assim, o reconhecimento de suas mães, mas não de seus filhos, como vítimas e sobreviventes principais da violência sexual pode, assim, ter repercussões negativas para ambos. Nas palavras de Stotz et al. (2022),

[s]ituações em que as mulheres são forçadas a desistir de seus filhos em situações de conflito ou pós-conflito podem ser uma ameaça à segurança dessas crianças. Adoção forçada, tráfico, abuso e pobreza devem ser considerados como possíveis riscos para qualquer criança em questão (STOTZ et al. 2022, n.p., tradução nossa).

O que queremos reforçar, aqui, assim, é que, os avanços no reconhecimento das crianças nascidas de estupro como vítimas do conflito são importantes, contudo, não são suficientes. Para isso, é necessário entender que os direitos das mães e de seus filhos irão conflitar caso sejam elididos, e, por isso, é importante com que esses grupos sejam entendidos como vítimas que sofrem danos relacionados, porém distintos. Parra e Iacono (2019) argumentam que as crianças nascidas de estupro aparecem nas narrativas apenas em relação e como parte da representação de vítimas (mulheres e mães) e perpetradores (homens e pais) de violência sexual, contribuindo para reforçar tais papéis e ficando, assim, em segundo plano. Ou seja, “[a]s crianças nascidas da guerra emergem apenas em relação às representações das mulheres como vítimas e mães, e dos perpetradores, com seu poder simbólico e cultural de reproduzir a violência para além de sua própria fisicalidade” (PARRA;

IACONO, 2019, p.13, tradução nossa). Dessa forma, percebemos que “[c]omo personagens secundários nesse quadro, as crianças nascidas da guerra são usadas narrativamente para moldar outros sujeitos e relações sociais” (Ibid., p.8, tradução nossa).

Além disso, o termo “crianças nascidas de estupro” possui algumas limitações. A primeira delas diz respeito ao fato de que ele pode ser usado para se referir a indivíduos de qualquer idade. Utilizar o termo crianças para se referir a indivíduos acima de 18 anos traz consigo uma série de construções acerca da infância. Como vimos na primeira seção desse capítulo, o conceito de infância tal qual conhecemos hoje coloca esse grupo em posição de subordinação em relação aos adultos (JENKS, 2005), por considera-los imaturos, dependentes e incapacitados de agência. Nesse sentido, utilizar o termo “crianças” para se referir a este grupo significa mantê-los nesse estado de espera, dependência e contraponto ao outro que, neste caso, são os adultos, aqueles que seriam capazes de assegurar seus direitos. Isso acaba se refletindo no modo como os documentos analisados tratam deste grupo, onde, na maioria das vezes, suas opiniões – seja enquanto crianças ou quando já adultas – não são levadas em consideração nas políticas de reparação e inclusão no pós-conflito. A Declaração Conjunta da CEDAW e CRC recomenda a participação desse grupo no processo de tomada de decisão, porém, mais uma vez, atrelado à figura materna.

Os Estados Partes devem **envolver as mulheres e oferecer oportunidades para que as opiniões das crianças sejam ouvidas e levadas em consideração** no desenvolvimento de estratégias, processos de tomada de decisão e mecanismos de justiça relacionados à prevenção, proteção e assistência a crianças nascidas de estupro (...) **Como cuidadoras primárias de crianças nascidas de estupro, as mulheres têm uma participação significativa e devem informar políticas e programas futuros para o bem-estar de crianças nascidas de estupro.** Os Estados Partes devem empoderar as crianças nascidas de estupro por meio de procedimentos sensíveis à criança e vias acessíveis de participação que promovam seu senso de agência em relação aos seus cuidados, recuperação e reintegração. Crianças nascidas de estupro relacionado a conflitos e suas mães devem ser mantidas informadas e consultadas sobre quaisquer decisões que as afetem. Os Estados Partes são instados a garantir sua participação na prevenção de conflitos, construção da paz e reconstrução pós-conflito, inclusive nos processos de tomada de decisão, o que contribuirá para combater narrativas violentas e possibilitar as condições favoráveis à manutenção da paz (CEDAW; CRC, 2021, p.4-5, tradução nossa, ênfases nossas).

As recomendações e as estratégias para a garantia dos direitos das crianças nascidas de estupro, de certo modo, são responsáveis por cristalizar uma ideia de que esses indivíduos ainda são menores de 18 anos, algo que é reforçado pelo

emprego do termo “crianças”. Atrélá-los constantemente a suas mães também, pressupõe uma falta de agência por parte dos mesmos, algo muito associado ao período da infância. Isso acaba invisibilizando as “crianças” nascidas de estupro de conflitos mais antigos, como Bósnia e Ruanda, que ocorreram há quase trinta anos, e que, apesar de já serem adultos, ainda são alvo de marginalização política e econômica e estigmatização social.

Há somente uma única menção a fase adulta das crianças nascidas de estupro, encontrada no Relatório do Secretário-Geral ao Conselho de Segurança em 2022:

**À medida que as crianças marginalizadas atingem a adolescência e a idade adulta, os riscos e os danos são agravados e evoluem.** Muitos se tornam adultos sem terem se beneficiado da educação básica e sofrem traumas, o que afeta suas oportunidades de saúde e subsistência e os torna vulneráveis ao recrutamento e uso por forças ou grupos armados (S/2019/280). Alguns se tornam pais, enfrentando questões complicadas de identidade. Outros não são considerados elegíveis para o casamento devido à exclusão social que enfrentaram quando crianças e continuam a enfrentar como adultos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022, p.7, tradução nossa, ênfases nossas).

Apesar desse reconhecimento aos danos causados a esses indivíduos quando os mesmos atingem a fase adulta, não há nenhuma menção explícita nesses documentos a recomendações e medidas que devem ser adotadas para reconhecer e efetivar os direitos dos filhos do estupro que já não são mais crianças. Dessa forma, é preciso entender as violações que estes indivíduos sofrem como adultos, que vão além daquelas elucidadas na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.

A segunda limitação referente a este termo diz respeito às exclusões que ele causa. O termo sublinha a construção identitária complexa das crianças nascidas de estupro *em conflitos* ao vê-las primeiramente como evidência material do estupro e não como indivíduos afetados pelo conflito. Por meio do estupro, essas crianças “tornaram-se intrinsecamente inscritas na agenda da guerra. A identidade dessas crianças é, portanto, produto de um método deliberado de conflito. Ele é projetado para garantir que a comunidade afetada sofra as consequências” (SETO, 2016, p.16, tradução nossa). Esse ponto se conecta à discussão trazida no capítulo anterior sobre a construção da violência sexual em conflitos como um problema de segurança internacional. Ao elevar o *status* da violência sexual em conflitos como ameaça à paz e a segurança internacionais, uma série de violências baseadas em gênero que as mulheres sofrem antes e após a duração formal de um conflito são colocadas em

segundo plano (KIRBY, 2015). De mesmo modo, o reconhecimento e a garantia dos direitos desse grupo decorrem do fato, também, deles serem produtos do conflito. Isso significa que estupros que resultaram em gravidez perpetrados após o conflito, mas que possam ter relação com este evento, não possuem o mesmo reconhecimento e preocupação internacional.

Nesse sentido, não só as mulheres vítimas dessa violência, mas as crianças que podem nascer decorrente delas, teriam seus direitos assegurados por meio da legislação nacional. Contudo, como vimos nos casos de crianças nascidas de estupro durante essa pesquisa, os Estados são, na maioria das vezes, os principais responsáveis por perpetrar as violências. Desse modo, mesmo com os avanços, notamos que ainda haveriam grupos que permaneceriam invisibilizados no pós-conflito. É importante ressaltar que reconhecemos os avanços empreendidos na política internacional para a emergência das crianças nascidas de estupro como uma categoria de preocupação internacional. Estamos apenas mostrando que, apesar desse reconhecimento, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

O reconhecimento efetivo das crianças nascidas de estupro como vítimas particularmente afetadas pelo conflito cujos direitos são constantemente violados dependem da desvinculação do discurso acerca deste grupo à figura das mães. Este processo demanda uma ação conjunta das organizações da ONU que olham para a infância e a violência sexual em conflitos na qual as crianças nascidas de estupro são os sujeitos centrais, e não somente “anexos” das mulheres vítimas de gravidez forçada. Portanto, são necessários o debate e a sensibilização de lideranças e organizações comunitárias e estatais, juntamente a essas organizações, para que os direitos dessas crianças sejam efetivamente cumpridos.

#### 4.4.

#### **Considerações finais**

Com base nesta pesquisa, concluímos que a evolução do estupro como arma de guerra foi condição de possibilidade para que as crianças nascidas de estupro fossem construídas como uma ameaça à paz e a segurança internacionais. Ou seja, a mudança no foco dos arcabouços normativos e institucionais de apenas punir os agressores para uma abordagem centrada nos sobreviventes permitiu com que uma definição mais ampla desse grupo surgisse, no qual, mulheres, homens e meninos e

as próprias crianças nascidas de estupro fossem reconhecidas como vítimas de uma mesma violência, porém, com efeitos distintos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019b). No entanto, em termos práticos, identificamos que há uma narrativa na qual, para evitar com que essas crianças se tornem uma ameaça internacional por meio de recrutamento armado, por exemplo, os direitos que devem ser garantidos as mesmas se dão por meio de suas mães.

Apesar de ser positivo desvincular a imagem da criança do perpetrador, no qual sua identidade é lida como o “outro” que deve ser excluído e marginalizado (HANSEN, 2006), coloca-las como um “fardo” e um potencializador do sofrimento de suas mães faz com que a narrativa das mulheres vítimas de estupro tome preponderância sobre a criança. Por isso, inserir as necessidades dessas crianças na agenda de violência sexual em conflitos e não a de infância faz com que seus direitos, expressos nos documentos internacionais voltados para crianças e conflitos armados, muitas vezes não sejam contemplados e, assim, fiquem subordinados aos direitos de suas mães.

Nossa análise, por fim, apontou para a necessidade de uma postura mais crítica que levasse em conta a emergência dessas crianças como sujeitos independentes de direitos. Além disso, alertamos para a importância de estabelecermos uma divisão entre as necessidades dos filhos de estupro que ainda se encontram na infância daqueles que já estão na fase adulta, ressaltando as diferentes violações que estes grupos sofrem. Por último, entender que, apesar de todos os avanços, o fato de a nomenclatura ressaltar o fato de que essas crianças são produtos do conflito faz com que aqueles indivíduos nascidos de relações violentas no pós-conflito, mas que, possuem relação com este evento, sejam invisibilizadas e excluídas desse reconhecimento. Dessa forma, é necessário que as organizações do Sistema ONU entendam essas dissonâncias de modo a assegurar com que esse grupo seja efetivamente reconhecido e seus direitos comecem a ser implementados.

## 5.

### Conclusão

Este trabalho buscou analisar como as crianças nascidas de estupro em contextos de guerra emergiram nos últimos anos como um problema de segurança na política internacional. Mais especificamente, procuramos observar: (i) como as discussões sobre estupro como arma de guerra e crianças nascidas de estupro em conflitos estão conectadas nos documentos do Sistema ONU e (ii) quais as limitações existem nesta relação e no próprio termo “crianças nascidas de estupro em conflitos”. Para isso, tentamos construir nossa argumentação pautados em uma discussão pós-estruturalista sobre identidade e de leituras acerca da agenda sobre violência sexual em conflitos somada a análise empírica de documentos de diversas organizações que compõem o Sistema ONU cujo tema eram as crianças nascidas de estupro e a violência sexual em conflitos.

No primeiro capítulo, visamos compreender as representações discursivas das crianças nascidas de estupro nos contextos nos quais elas existem e quais suas consequências para a marginalização e invisibilização desses indivíduos. Iniciamos com uma discussão acerca do conceito de representação, a fim de relacionar tal debate com as crianças nascidas de estupro. Para explica-lo, nos valem de autores pertencentes a teoria pós-estruturalista, abordagem teórico-metodológica adotada nesta dissertação. As práticas de representação estão ligadas aos conceitos de poder, violência, identidade e discurso. Uma vez que as crianças nascidas de estupro têm como questão central a sua identidade, principalmente em sociedades patrilineares, nos quais as mesmas ficam ligadas ao perpetrador, essa discussão é central para entendermos como as práticas de representação são constantemente (re)articuladas a fim de moldar as identidades dos sujeitos. As práticas de representação adquirem

significado por meio do discurso, que, por sua vez, está imerso em relações de poder. Dessa forma, as identidades são articuladas discursivamente por meio de fronteiras que demarcam a diferença entre o “eu” e o “outro”. As crianças nascidas de estupro, por meio dos nomes que são dados a elas, como “crianças do diabo”, “sangue ruim” etc., são entendidas como o “outro”, neste caso o perpetrador, em relação ao “eu”, que seriam as vítimas do conflito. Essa justaposição, assim, faz com que seja criada uma hierarquia que é condição de possibilidade para a exclusão dessas crianças e legitimação de práticas violentas, que consistem na marginalização dessas crianças para que haja uma unidade e coerência entre a identidade dos sobreviventes que, ao contrário dessas crianças, não possuem nenhuma ligação sanguínea com o perpetrador.

Após expor as definições da literatura sobre as crianças nascidas de estupro e os impactos físicos, políticos, jurídicos, sociais, econômicos e psicológicos na vida das mesmas em decorrência das condições de seu nascimento, apresentamos dois casos marcantes para o reconhecimento internacional da existência desse grupo, os genocídios de Bósnia (1992-1995) e Ruanda (1994). Ambos os casos são importantes, primeiramente, pelo avanço internacional do reconhecimento da violência sexual como uma ameaça à paz e a segurança, conforme falaremos melhor nos parágrafos subsequentes, e devido ao número extensivo de crianças nascidas decorrentes dos estupros em massa nesses conflitos. A violência sexual sistemática praticada nesses conflitos, assim, foi responsável por atrair a atenção da academia, de organizações e ONGs para esse problema. Portanto, trazê-los foi importante para corroborar com nosso argumento principal de que as discussões sobre crianças nascidas de estupro como um problema de segurança na política internacional só foram possíveis devido ao avanço primário do debate sobre violência sexual em conflitos.

No Capítulo 3, discutimos a construção discursiva da violência sexual em conflitos como um problema de segurança internacional que ameaça à paz. Para isso, apresentamos, em um primeiro momento, as definições dos termos “violência sexual em conflitos”, “estupro como arma de guerra” e “estupro genocida”. As teorias feministas sobre o estupro em guerras nos permitiram entender como o estupro consiste em um produto de uma estrutura patriarcal que objetifica mulheres e demanda com que os homens performem determinadas características entendidas como masculinas (SEIFERT, 1994). Além disso, os sobreviventes são entendidos como pertencentes a uma identidade oposta à dos perpetradores e, por isso,

precisam ser destruídos por meio do estupro, uma vez que este ato imputa uma série de consequências a vida das vítimas e de sua comunidade. Dessa forma, o estupro consiste em uma estratégia deliberada dos perpetradores em desmanchar o tecido social da comunidade atacada, uma vez que os homens são vistos como incapazes de proteger suas mulheres e essas, por sua vez, acabam sendo marginalizadas e ostracizadas em seus círculos sociais (YOUNG, 2003; KIRBY, 2012). No caso das crianças nascidas de estupro, elas simbolizam, de maneira mais concreta, o trauma vivido por aquela comunidade, fazendo com que a exclusão das mesmas e de suas mães seja ainda maior.

Outro conceito muito importante foi o de estupro genocida, que apareceu no Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR). O tribunal mostrou que o estupro foi empregado como forma de destruição específica de mulheres Tutsis contribuindo para a destruição do grupo como um todo, ou seja, essas mulheres foram violentadas com base em sua etnia e seu gênero (RUSSEL-BROWN, 2003). Portanto, o estupro genocida consiste em uma política oficial que ordena o cometimento desses atos com objetivos políticos a fim de destruir uma população específica, e, como mulheres são um maior alvo dessa violência (o que não implica dizer que homens não são vítimas de violência sexual), este ato também possui consequências de gênero específicas (ALLEN, 1996; SHARLACH, 2010).

Embasados por essas definições, seguimos nossa discussão do capítulo mostrando a evolução dos debates sobre violência sexual dentro do Direito Internacional e da política internacional. Até os anos 1990, a violência sexual era vista como um crime contra a honra das mulheres, e não como uma violação de seus direitos (NIARCHOS, 1995). Os Tribunais Penais Internacionais criados para a ex-Iugoslávia (1993) e para Ruanda (1994) reconheceram a violência sexual como um crime de guerra, genocídio e contra a humanidade e, assim, foram responsáveis por elevá-la a uma preocupação mundial que representa uma ameaça à segurança individual das vítimas e à paz e a segurança internacionais devido a suas consequências na vida de todo o tecido social em volta dos sobreviventes.

Com isso, a partir dos anos 2000, a ONU criou a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, cuja 60% das resoluções têm como foco a temática da violência sexual, sendo a mais importante delas a Resolução 1820 (2008), que classificou o estupro como arma de guerra (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008). Apesar de todos os avanços no reconhecimento dessa violência como um problema de



segurança, as resoluções da ONU possuem uma percepção masculinizada acerca deste problema, pois tem como maior foco a punição aos perpetradores e sanção aos Estados que cometem este crime, além de terem se concentrarem muito mais no estupro como arma de guerra. Nesse sentido, a violência sexual cometida em conflitos é vista como um problema internacional (público), que necessita de respostas, sobretudo, do Conselho de Segurança da ONU, ao passo que aquelas violências cometidas antes e após a duração formal deste evento são passíveis de respostas e medidas nacionais (privadas). Isso faz com que as demais violências de gênero sofrida por mulheres antes, durante e após o conflito fiquem em segundo plano, apesar de serem tão relevantes quanto a violência sexual para a marginalização e vitimização das mesmas (OTTO, 2009). Ademais, o foco na punição aos perpetradores faz com que, na maioria das vezes, as vítimas se tornem invisíveis nos processos de paz, o que faz com que não tenham acesso a mecanismos de justiça e reparação eficazes. As fronteiras criadas entre “guerra” e “paz”, “público” e “privado” tornam as consequências a longo prazo do conflito – como é o caso das crianças nascidas de estupro – esquecidas e marginalizadas a nível internacional, uma vez que as respostas se concentram muito mais no ato em si do que em seus desdobramentos no pós-conflito.

Por esta razão, marcando os dez anos da criação do Representante Especial sobre Violência Sexual em Conflitos Armados da ONU, a Resolução 2467 (2019) marca uma mudança, mesmo que pequena, na linguagem dessas resoluções, uma vez que seu foco deixa de ser apenas a punição e sanção aos perpetradores e passa a adotar uma linguagem de abordagem centrada nos sobreviventes. Nesta mesma resolução, assim, as crianças nascidas de estupro são mencionadas pela primeira vez, simbolizando um reconhecimento, por parte do Conselho, nos efeitos ao longo prazo dos estupros e nas vítimas indiretas causadas por este ato (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019). Essa resolução, somada a outras reuniões prévias do Conselho de Segurança, como foi o caso da *Arria-formula Meeting on Children Born of Sexual Violence in Conflict Zones* (2018), foram responsáveis por colocar as crianças nascidas de estupro no debate sobre segurança internacional, no qual elas passam a ser vistas como ameaças à paz e a segurança devido a situação de vulnerabilidade na qual se encontram. Por isso, são necessárias respostas dessas organizações que sejam capazes de evitar que tais ameaças se concretizem.

Essas discussões, portanto, foram importantes para que nós pudéssemos entender (i) a situação das crianças nascidas de estupro nos Estados nos quais elas são encontradas; e (ii) como a violência sexual em conflitos – fenômeno que dá origem a essas crianças – é percebida e construída discursivamente na política internacional. Isso nos permitiu entender o porquê da ausência de crianças nascidas de estupro até muito recentemente no cenário internacional, para que, assim, pudéssemos partir para a análise dos documentos do Sistema ONU no Capítulo 4.

Os documentos analisados nos permitiram responder a nossa pergunta de pesquisa “*Como as crianças nascidas de estupro são (re)produzidas como um problema de segurança internacional e quais as invisibilizações, em termos de políticas, isso traz?*”, e concluir que o debate sobre crianças nascidas de estupro em conflitos avançou internacionalmente devido a evolução das discussões sobre violência sexual.

As marginalizações sofridas por essas crianças – apresentadas no Capítulo 2 e também neste capítulo – indicaram que este grupo estaria mais suscetível a ser cooptado por grupos armados e organizações terroristas no futuro, algo que representa uma ameaça à paz e a segurança internacional. Essas crianças não se enquadram no padrão de infância adotado pelas Nações Unidas, que se pretende universal, pois elas tensionam ideias como inocência, apolíticas e família, por serem indivíduos altamente politizados em decorrência das condições de seu nascimento e por, em muitos casos, não ter a família como um espaço seguro e protegido, mas sim, arena de muitas das violências sofridas. A Sociologia da Infância, mobilizada na primeira seção deste capítulo, foi capaz de apontar como as construções sociais acerca da infância e do que se entende por criança foram transferidas para o entendimento de Organizações Internacionais (Conselho de Segurança, UNICEF etc.), que tentam adotar este padrão para a realidade de todas as crianças. O UNICEF, principal organização voltada para a proteção dos direitos da criança dentro do Sistema ONU enfatizou, em 2005, que a construção de um grupo já estigmatizado como uma categoria específica de preocupação internacional poderia aumentar o estigma, e, assim, “foi sugerido que lidar com os direitos dessas crianças deveria ser uma meta subordinada à proteção e empoderamento de suas mães que sobreviveram à violência relacionada ao conflito” (CARPENTER, 2009b, p.20, tradução nossa). Isso faz com que essas crianças estejam vinculadas as suas mães, principais sujeitos dessa agenda. O fato de muitas mães serem, em muitos casos, responsáveis

por abandono e negligência dessas crianças faz com que os direitos de ambos os grupos entrem em conflito (DENOVI, 2020). Portanto, os documentos nos mostram que, apesar de positivo, o reconhecimento recente das crianças nascidas de estupro como vítimas ainda está muito vinculado a discussão sobre estupro e, assim, elas permanecem como vítimas secundárias subordinadas as narrativas de suas mães.

Como pudemos concluir, o reconhecimento efetivo das crianças nascidas de estupro como vítimas diretas do conflito precisa ser dissociado de suas mães. Apesar de o estupro ser o evento gerador dessas crianças, é preciso entendê-las como crianças afetadas pelo conflito cujas marginalizações possuem efeitos para toda a vida. Além disso, é necessário, por parte das Organizações Internacionais, que haja um entendimento de que há crianças nascidas de estupro fora do período formal do conflito, mas que são consequência deste, e, por isso, também são estigmatizadas socialmente. Nesse sentido, romper com binarismos de “paz” e “guerra”, “público” e “privado”, permite com que todas as crianças nascidas de estupro possam ser reconhecidas e tenham seus direitos assegurados. Assim, como enfatiza Allen Muhic, criança nascida de estupro no genocídio bósnio, “[w]e are not the mistakes of war, but only human beings and we should be treated as such. We do not allow our dignity to be trampled and our vulnerabilities misused. Instead, we wanted to be recognized and respected” (Depoimento de Allen Muhic no Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CZR-wRoljmrw/>. Último acesso em julho de 2022).

## Referências bibliográficas

ALLEN, Beverly. **Rape Warfare: The Hidden Genocide in Bosnia-Herzegovina and Croatia**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ALVES, Fernanda. **Do corpo político à política do corpo: a violência sexual como prática de exclusão da diferença no genocídio ruandês de 1994**. Rio de Janeiro, 2011, 174f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ANDERSON, Kimberley. Addressing the needs of mothers and their children born of conflict-related sexual violence: a framework for support in psychosocial settings. In: LEE, Sabine; GLAESMER, Heide; STELZL-MARX, Barbara. **Children born of war: past, present and future**. Londres: Routledge, 2021. p.136-152.

ANSERSON, Letitia. Politics by Other Means: When does Sexual Violence Threaten International Peace and Security?. **International Peacekeeping**, v. 17, n.2, p. 244-260, 2010.

APIO, Eunice. Uganda's Forgotten Children of War. In: CARPENTER, Charli. **Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones**. 1ª ed. Virgínia: Kumarian Press, 2007. p. 94-109.

ARI, Tayyar. Poststructuralism in IR. In: ARI, Tayyar; TOPRAK, Eli (ed.). **Theories of International Relations II**. Eskişehir: Anadolu University Press, 2019.

ARIÈS, Philippe. "A descoberta da infância". In: **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981. p.39-68.

AROUSI, Sahla. 'Women, Peace and Security': Addressing Accountability for Wartime Sexual Violence. **International Feminist Journal of Politics**, v. 13, n.4, p. 576-593, 2011.

ASHFORD, Mary; HUET-VAUGHN, Yolanda. The Impact of War on Women. In: LEVY, Barry; SIDEL, Victor (eds.). **War and Public Health**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (AG). **Resolução 48/157**. AG Index: A/RES/48/157, 7 de março de 1994. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/48/157>>. Último acesso em novembro de 2021.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (AG). **Resolução 51/77**. AG Index: A/RES/51/77, 20 de fevereiro de 1997. Disponível em: <[https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/51/77](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/51/77)>. Último acesso em novembro de 2021.

AWF. Closing of the Asian Women's Fund, 2022. Disponível em: <https://www.awf.or.jp/e3/dissolution.html>. Último acesso em maio de 2022.

BAINES, Erin. Body politics and the Rwandan crisis. **Third World Quarterly**, v.24, n. 3, p 479-493, 2003.

BARKAWI, Tarak; LAFLEY, Mark. The Postcolonial moment in security studies. **Review of International Studies**, v.32, n. 2, p. 329-352, 2006.

BEARAK, Max. Na recordação dos 25 anos do genocídio do Ruanda, uma minoria continua esquecida. **Público**, Lisboa, 7 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/04/07/mundo/noticia/recordacao-25-anos-genocidio-ruanda-minoria-continua-esquecida-1868373>. Último acesso em março de 2022.

BEIER, Marshall. Introduction: Making Sense of Childhood in International Relations. In: **Discovering Childhood in International Relations**. New York: Palgrave Macmillan, 2020. p.1 -20.

BERENTS, Helen. Children, violence, and social exclusion: negotiation of everyday insecurity in a Colombian barrio. **Critical Studies on Security**, v.3, n.1, p. 90–104, 2015.

BLACK, Maggie. The Year of the Child. In: **The Children and the Nations**. Sydney: Unicef, 1986. p. 353-377.

BOURGET, Veronique. Landmark Resolution Still Being Held Back. **Conjugal Slavery in War**, Canadá, 28 de maio de 2019. Disponível em: <https://csiw-ectg.org/landmark-resolution-still-being-held-back/>. Último acesso em agosto de 2022.

BOYDEN, Jo. Children's Experiences of Conflict Related Emergencies: Some Implications for Relief Policy and Practice. **Disasters**, v.18, n. 3, p.254–67, 1994.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. Nova Iorque: Bantam Books, 1975.

BURMAN, Erica. A necessary struggle-in-relation? In: ROSEN, Rachel; TWAMLEY, Katherine. **Feminism and the Politics of Childhood: Friends or Foes?** Londres: UCL Press, 2018. pp.23-39.

BURMAN, Erica. Beyond 'Women vs. Children' or 'WomenandChildren': Engendering Childhood and Reformulating Motherhood. **International Journal of Children's Rights**, v.16, p. 177–194, 2008.

BURMAN, Erica; STACEY, Jackie. The child and childhood in feminist theory. **Feminist Theory**, v.11, nº3, 2010. pp. 227–240.

BUSS, Doris. Rethinking 'Rape as a Weapon of War'. **Feminist Legal Studies**, v.17, p.145-163, 2009.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre a fenomenologia e teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp.213-234.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. pp.1-34.

BUZAN, Barry. HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CAMPBELL, David. **National Deconstruction: Violence, Identity and Justice in Bosnia**. 1ª ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CAMPBELL, David. Poststructuralism. In: TUNE, Tim et al. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford Press, 2013. pp.223- 246.

CARD, Claudia. Rape as a Weapon of War. **Hypatia**, v.11, n.4, p.5-18, 1996.

CARPENTER, Charli et al. **Protecting Children Born of Wartime Rape and Exploitation in Conflict Zones: Existing Practice and Knowledge Gaps**. Pittsburgh: Universidade de Pittsburgh, 2005.

CARPENTER, Charli. 'A Fresh Crop of Human Misery': Representations of Bosnian 'War Babies' in the Global Print Media, 1991–2006. **Millennium: Journal of International Studies**, v.38 n.1, pp. 25–54, 2009a.

CARPENTER, Charli. **Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones**. 1ª edição. Virgínia: Kumarian Press, 2007.

CARPENTER, Charli. **Forgetting Children Born of War: Setting the Human Rights Agenda in Bosnia and Beyond**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2010. 304p.

CARPENTER, Charli. **Innocent Woman and Children**. Farnham: Ashgate, 2006.

CARPENTER, Charli. Orphaned Again? Children Born of Wartime Rape as a Non-Issue for the Human Rights Movement. In: BOB, Clifford (org.). **The International Struggle for New Human Rights**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009b. p.14-29.

CARPENTER, Charli. Surfacing Children: Limitations of Genocidal Rape Discourse. **Human Rights Quarterly**, v. 22, n. 2, p. 428-477, 2000.

CARPENTER, Charli. **War's impact on children born of rape and sexual exploitation: Physical, economic and psychosocial dimensions**. University of Pittsburgh, s.d. Disponível em: <http://people.umass.edu/charli/childrenbornofwar/CarpenterWP.pdf>. Último acesso em abril de 2022.

CEDAW; CRC (COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER; COMITÊ DOS DIREITOS DA CRIANÇA). Ensuring prevention, protection and assistance for children born of conflict related rape and their mothers. **Organização das Nações Unidas**, Nova Iorque, 19 de novembro de 2021. Disponível em: [www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRC/Statements/Joint-CEDAW-CRC-jointStatement-on-Children-Born-of-Rape.doc](http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRC/Statements/Joint-CEDAW-CRC-jointStatement-on-Children-Born-of-Rape.doc). Último acesso em janeiro de 2022.

CHIBOW. Forgotten Children of War Association Invited to UN Headquarters. **CHIBOW**, Londres, 19 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.chibow.org/single-post/2019/12/19/forgotten-children-of-war-association-invited-to-un-headquarters>. Último acesso em abril de 2022.

CLARK, Janine. A Crime of Identity: Rape and Its Neglected Victims. **Journal of Human Rights**, v.13, n.2, p.146-169, 2014.

COCKBURN, Cynthia. The Continuum of Violence: A Gender Perspective on War and Peace. In: GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. **Sites of Violence: Gender and Conflict Zones**. Los Angeles: University of California Press, 2004.

COHN, Carol. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. **Signs**, v.12, n.4, p.687-718, 1987.

COOK, D. When a Child is Not a Child, and other Conceptual Hazards of Childhood Studies. **Childhood**, v.16, n.1, 2009.

COOK, Daniel. A politics of becoming: when 'child' is not enough. **Childhood**, v. 22, n.1, p.3-5, 2015.

COPELON, Rhonda. Gender Crimes as War Crimes: Integrating Crimes Against Women Into International Criminal Law. **McGill Law Journal**, v.46, 2000.

COPELON, Rhonda. Women and war crimes. **St. John's Law Review**, v.69, n.1, p.61-68, 1995.

CUNNINGHAM, Hugh. **Children and Childhood in Western Society Since 1500**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2021. 196p.

DENOV, Myriam; ERAMIAN, Laura; SHEVELL, Meaghan. "You Feel Like You Belong Nowhere": Conflict-Related Sexual Violence and Social Identity in Post-Genocide Rwanda. **Genocide Studies and Prevention: An International Journal**, v. 14, n. 1, p. 40-59, 2020.

DENOV, Myriam; PIOLANTI, Antonio. "Though My Father was a Killer, I Need to Know Him": Children born of genocidal rape in Rwanda and their perspectives on fatherhood. **Child Abuse & Neglect**, vol.107, p.1 -8, 2020.

DEUTSCHE WELLE. Estado Islâmico (EI). **Deutsche Welle**, 10 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/estado-isl%C3%A2mico-ei/t-19396368>. Último acesso em maio de 2022.

DEUTSCHE WELLE. Rebelião das FDLR no Congo Democrático está enfraquecida. **Deutsche Welle**, 24 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/rebeli%C3%A3o-das-fdlr-no-congo-democr%C3%A1tico-est%C3%A1-enfraquecida/a-16190953>. Último acesso em maio de 2022.

DEVETAK, R. Poststructuralism. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A. **Theories of International Relations**. 5ª ed. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 187 –216.

DI EUGENIO, Alessia. **Children Born of War and the Women, Peace and Security Agenda**. Nova Iorque: Conjugal Slavery in War, 2020. 12p. (Policy Brief n.3).

DIGESER, Peter. The Fourth Face of Power. **The Journal of Politics**, v.54, n.4, p. 977-1007, 1992.

DIKEN, Bülent; LAUSTSEN, Carsten. Becoming Abject: Rape as a Weapon of War. **Body & Society**, v. 11, n.1, p.111 -128, 2005.

DO AMARAL JÚNIOR, Alberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

DONOVAN, Paula. Rape and HIV/AIDS in Rwanda. **The Lancet Supplement**, v.360, p.17-18, 2002.

DOTY, Roxane. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations**. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 1996. 213p.

DRUMOND, Paula. Conflict-related sexual violence. In: STEANS, Jill; TEPE-BELFRAGE, Daniela (eds.). **Handbook on Gender in World Politics**. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2016. p.206-214.



DRUMOND, Paula. What about men? Towards a critical interrogation of sexual violence against men in global politics. **International Affairs**, v.95, n.6, p.1271–1287, 2019.

DRUMOND, Paula; REBELO, Tamya. **Implementando a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” no Brasil: uma revisão do Plano Nacional de Ação**. Instituto Igarapé, Artigo Estratégico nº 31, 2018, 32p.

DUNSON, Donald. **Child, Victim, Soldier: The Loss of Innocence in Uganda**. Nova Iorque: Orbis Books, 2008. 143p.

EDKINS, Jenny. Poststructuralism. In: GRIFFITHS, Martin (eds). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An introduction**. Nova Iorque: Routledge, 2007. pp.88-98.

EDMAN, Angela. Crimes of Sexual Violence in the War Crimes Chamber of the State Court of Bosnia and Herzegovina: Successes and Challenges. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/R21851.pdf>. Último acesso em abril de 2022.

ENGLE, Karen. **The Grip of Sexual Violence in Conflict: Feminist Interventions in International Law**. Stanford: Stanford University Press, 2020.

ENLOE, Cynthia. ‘Women and children: Propaganda Tools of Patriarchy,’. In: BATES, Greg (eds.). **Mobilizing Democracy: Changing the U.S. Role in the Middle East**. Monroe: Common Courage Press, 1991.

ENLOE, Cynthia. **The Morning After: Sexual Politics at the End of the Cold War**. Berkeley: University of California Press, 1993.

ERIKSSON BAAZ, Maria; STERN Maria. Curious erasures: The sexual in wartime sexual violence. **International Feminist Journal of Politics**, v.20, n.3, p.295–314, 2018.

ERIKSSON BAAZ, Maria; STERN, Maria. **Sexual violence as a weapon of war?: Perceptions, prescriptions, problems in the Congo and beyond**. Londres e Nova Iorque: Zed Books, 2009.

ERJAVEC, Karmen; VOLČIĆ, Zala. Living With the Sins of Their Fathers: An Analysis of Self Representation of Adolescents Born of War Rape. **Journal of Adolescent Research**, v.25, n.3, p.359-386, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos. Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2004.

GOODHART, Michael. Sins of the Fathers: War Rape, Wrongful Procreation, and Children’s Human Rights. **Journal of Human Rights**, v. 6, p. 307–324, 2007b.

GOODHART, Michael. Children born of war and human rights: philosophical reflections. In: CARPENTER, Charli. **Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones**. 1ª edição. Virgínia: Kumarian Press, 2007a. p.188-209.

GOTTSCHALL, Jonathan. Explaining wartime rape. **The Journal of Sex Research**, v. 41, n.2, p.129-136, 2010.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informa-los de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRAY, Harriet. The 'war'/'not-war' divide: Domestic violence in the Preventing Sexual Violence Initiative. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 21, n.1, p. 189–206, 2019.

GRBAVICA. Direção de Jasmila Žbanić. Sarajevo: Dogwoof Pictures, 2006. (90min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gF0FtOFnIfI>. Último acesso em março de 2022.

GRIEG, Kai. **The War Children of the World**. Bergen: War and Children Identity Project, 2001.

HAMEL, Marie-Eve. Ethnic belonging of the children born out of rape in post conflict Bosnia-Herzegovina and Rwanda. **Nations and Nationalism**, v.22, n. 2, p.287-304, 2016.

HANNA, Taylor; BOHL, David K.; RAFA, Mickey; MOYER; Jonathan D. **Assessing the impact of conflict on development in north-east Nigeria**. Abuja: United Nations Development Programme, 2020. 77p.

HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

HANSEN, Lene. The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. **Journal of International Studies**, v. 29, n. 2, p. 285-306, 2000.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.95-120.

HATA, Ikuhiko. The Nanking Atrocities: Fact and Fable. **Japan Echo**, v.25, n.4, 1998.

HENDRICK, Harry. The Evolution of Childhood in Western Europe c.1400–c.1750. In: In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William; HONIG, M.S. (orgs.). **The Palgrave Handbook of Childhood Studies**. Houndmills: Palgrave, 2009. p.99-113.

HENRY, Nicola. The Fixation on Wartime Rape: Feminist Critique and International Criminal Law. **Social & Legal Studies**, p.1–19, 2013.

HILL COLLINS, Patrícia. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp.271-312.

HIRSCHAUER, Sabine. **The Securitization of Rape Women, War and Sexual Violence**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.

HOGWOOD, J. et al. Rebuilding the social fabric: Community counseling groups for Rwandan women with children born as a result of genocide rape. **Intervention**, v. 12, p. 393-404, 2014.

HOLZSCHEITER, Anna. "Discourses of Childhood – the 'Communicative Ecology' of the Child". In: **Children's Rights in International Politics: The Transformative Power of Transnational Discourse**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

HOUGE, Anette Bringedal; SKJELSBÆK, Inger. Securitising sexual violence: Transitions from war to peace. In: Fitz-Gibbon, Kate et al. **Intimate Partner Violence, Risk and Security: Securing Women's Lives**. Londres: Routledge, 2018.

ICC. **Elements of Crimes**, 2011. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/NR/rdonlyres/336923D8-A6AD-40EC-AD7B-45BF9DE73D56/0/ElementsOfCrimesEng.pdf>. Último acesso em maio de 2022.

IMEP. #Progovori o pravima djece koja su rođena kao posljedica rata u BiH. **IMEP – Independent Media Empowerment Program**, 2017. Disponível em: <https://imep.ba/2022/01/30/progovori-o-pravima-djece-koja-su-rodena-kao-posljedica-rata-u-bih/?fbclid=IwAR0vx7pti0xgL8QOr1QwFczQsWyYDNMzyh7yIGd-tis-qJObJA6lefL8CQmg>. Último acesso em abril de 2022.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICC). **Black gold in the Congo: Threat to stability or development opportunity?**. [S.l.]: 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Institutional framework for addressing gender-based violence in crises**. Genebra: International Organization for Migration, 2018. 38p.

JABRI, Vivienne. Peacebuilding, the local and the international: a colonial or a postcolonial rationality? **Peacebuilding**, v.1, n.1, p.3-16, 2013.

JACKSON, Vanessa. What Does April's Security Council Resolution on Sexual Violence in Conflict Mean for Women and Girls?. **International Peace Institute – Global Observatory**, 16 de outubro de 2019. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2019/10/what-does-april-security->

[council-resolution-sexual-violence-conflict-mean-for-women-girls/](#). Último acesso em agosto de 2022.

JACOB, Cecilia. 'Children and armed conflict' and the field of security studies. **Critical Studies on Security**, v. 3, n. 1, p.14–28, 2015.

JAMES, Alisson.; PROUT, Alan. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, Alisson.; PROUT, Alan (orgs.) **Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary issues in the sociological study of children**. London: Falmer Press, 1992. p. 7-34.

JANSEN, Henrica. **Measuring prevalence of violence against women: key terminology**. Bangkok: Fundo de População das Nações Unidas (UN-PFA) – Escritório Regional da Ásia e do Pacífico, 2016. 12p. (Relatório de pesquisa).

JASINSKI, Michael. **Examining Genocides: Means, motives and Opportunity**. Londres, Nova Iorque: Rowman & Littlefield, 2017. 236p.

JENKS, Chris. **Childhood**. London: Routledge, 2005.

JOHNSON, Dustin. Women as the Essential Protectors of Children?: Gender and Child Protection in UN Peacekeeping. **International Peacekeeping**, p.1-26, 2022.

JONES, Adam. Gender and genocide in Rwanda. **Journal of Genocide Research**, v.4, n.1, p. 65–94, 2002.

JONES, Adam. **Genocide: a comprehensive introduction**. 2ªed. Nova Iorque: Routledge, 2010. 645p.

KALDOR, Mary. In Defence of New Wars. **Stability**, v.2, n.1, p. 1-16, 2014.

KELLY, Liz. Wars Against Women: Sexual Violence, Sexual Politics and the Militarised State. In: JACOBS, Susie; JACOBSON, Ruth; MARCHBANK, Jennifer. **States of conflict: Gender, Violence and Resistance**. Londres e Nova Iorque: Zed Books, 2000. p.45-65.

KICONCO, Allen. Children Born of War time Captivity and Abuse: Politics and Practices of Integration in Northern Uganda. In: HOWARD, Neil; OKYERE, Samuel (orgs.). **International Child Protection Towards Politics and Participation**. Cham: Palgrave Macmillan, 2022. p. 101-119.

KIERNAN, Ben. **Blood and Soil: A World History of Genocide and Extermination from Sparta to Darfur**. New Haven: Yale University Press, 2007.

KIRBY, Paul. How is rape a weapon of war? Feminist International Relations, modes of critical explanation and the study of wartime sexual violence. **European Journal of International Relations**, v.19, n.4, pp. 797–821, 2012.

KIRBY, Paul. The body weaponized: War, sexual violence and the uncanny. **Security Dialogue**, v.51, n.2-3, p.211-230, 2020.

KIRBY, Paul; SHEPHERD, Laura. The futures past of the Women, Peace and Security agenda. **International Affairs**, v.92, n.2, 2016, p.373–392.

LEE, Nick. **Childhood and Society: Growing up in an age of uncertainty**. Maidenhead: Open University Press, 2001.

LEE, Sabine; BARTELS, Susan. ‘They Put a Few Coins in Your Hand to Drop a Baby in You’: A Study of Peacekeeper-fathered Children in Haiti. **International Peacekeeping**, p. 1- 33, 2019.

LEE, Sabine; GLAESMER, Heide. Children born of war: a critical appraisal of the terminology. In: LEE, Sabine; GLAESMER, Heide; STELZL-MARX, Barbara. **Children born of war: past, present and future**. Londres: Routledge, 2021. p.12-34.

LEE-KOO, Katrina. ‘The Intolerable Impact of Armed Conflict on Children’: The United Nations Security Council and the Protection of Children in Armed Conflict. **Global responsibility to protect**, v.10, p.57-74, 2018b.

LEE-KOO, Katrina. Children and peace building: propagating peace. In: D’COSTA, Bina; HUYNH, K.; LEE-KOO, Katrina. (org.) **Children and Global Conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p.185-209.

LEE-KOO, Katrina. WPS, Children, and Armed Conflict. In: DAVIES, Sara; TRUE, Jacqui. **The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security**. Oxford: Oxford, 2018a. p.608-617.

LEMARCHAND, Rene. The 1994 Rwanda Genocide. In: TOTTEN, Samuel; PARSONS, William (org.). **Century of Genocide: Critical Essays and Eyewitness Accounts**. Nova Iorque: Routledge, 2009.

LEMKIN, Raphael. Genocide as a Crime Under International Law. **American Journal of International Law**, v. 44, p. 145-151, 1947.

LIGA DAS NAÇÕES. **Declaração de Genebra dos Direitos da Criança**, 1924. Disponível em <<https://www.humanium.org/en/geneva-declaration/>>. Último acesso em setembro de 2021.

MACHEL, Graça. **Promoção e Proteção dos Direitos da Criança: Impacto dos Conflitos Armados na Infância**. Relatório de Graça Machel, Especialista do Secretário Geral das Nações Unidas, Nova Iorque A/50/60, 1996. Disponível em: <[https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/51/306](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/51/306)>. Último acesso em novembro de 2021.

MACKINNON, Katherine. Genocide, Rape and Women’s Human Rights. In: STIGLMAYER, Alessandra. (org.). **Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994b. p. 183-196.

MACKINNON, Katherine. Rape, Genocide, and Women's Human Rights, **Harvard Women's Law Journal**, v.17, 1994.

MACKINNON, Katherine. Turning Rape into Pornography: Postmodern Genocide. In: STIGLMAYER, Alessandra. (org.). **Mass Rape: The War against Women in BosniaHerzegovina**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994a. p. 73-81.

MALTA, Giovanni et al. Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente. **Jus Brasil**, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/86092/tribunal-militar-internacional-para-o-extremo-orient>. Último acesso em maio de 2022.

MASTERS, Cristina. Femina Sacra: The 'War on/of Terror': Women and the Feminine. **Security Dialogue**, v.40, n.1, p. 29-49, 2009.

MEMIŠEVIĆ, Ehlimana. Višegrad's rape camps: Denial and erasure. **Al Jazeera**, 17 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2020/10/17/visegrads-rape-camps-denial-and-erasure>. Último acesso em maio de 2022.

MENMY, Dana. 'We do not accept those children': Yazidis forbid ISIL offspring. **Al Jazeera**, Cidade de Sulaimaniyah, 24 de março de 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2021/3/24/wrenching-choice-yazidi-mothers-to-choose-children-or-community>. Último acesso em maio de 2022.

MENNECKE, Martin. Genocidal Violence in the Former Yugoslavia: Bosnia Herzegovina and Kosovo. In: TOTTEN, Samuel; PARSONS, William (ed.). **Century of Genocide: Critical Essays and Eyewitness Accounts**. 3ªed. Nova Iorque: Routledge, 2009. p.423-461.

MERGE, Sara. The Fetishization of Sexual Violence in International Security. **International Studies Quarterly**, v. 60, p. 149–159, 2016.

MERTUS, J. Shouting from the Bottom of the Well. **International Feminist Journal of Politics**, v.6, n.1, p.110–128, 2004.

MITREUTER, Saskia. Questions of Identity in Children Born of War—Embarking on a Search for the Unknown Soldier Father. **Journal of Child and Family Studies**, 2019.

MOCHMANN, Ingwill. Children Born of War - A Decade of International and Interdisciplinary Research. **Historical Social Research**, v. 42, n. 1, p. 320-346, 2017.

MOCHMANN, Ingwill. Children Born of War. **OBETS – Revista de Ciencias Sociales**, v. 2, p. 53-61, 2008.

MUKAMANA, Donatilla; BRYSEWICZ, Petra. The Lived Experience of Genocide Rape Survivors in Rwanda. **Journal of Nursing Scholarship**, v.40, n. 4, p. 379- 384, 2008.



MUKANGENDO, Marie Consolée. "Carring for children born of rape in Rwanda". In: CARPENTER, Charli. **Born of War: Protecting Children of Sexual Violence Survivors in Conflict Zones**. 1ª edição. Virgínia: Kumarian Press, 2007. pp.40-52.

MUKASONGA, Scholastique. **A Mulher dos Pés Descalços**. São Paulo: Editora Nós, 2017. 160p.

MULLINS, Christopher. "He Would Kill Me With His Penis": Genocidal Rape in Rwanda as a State Crime. **Critical Criminology**, v.17, n.1, p.15-33, 2009.

NEUMANN, Iver. Discourse Analysis. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. **Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide**. Londres: Palgrave Macmillan, 2008. pp.61-77.

NOWROJEE, Bianifer. **Shattered Lives: Sexual violence during the Rwandan genocide and its aftermath**. Nova Iorque: Human Rights Watch, 1996.

OFFICE OF SPECIAL REPRESENTATIVE ON CHILDREN AND ARMED CONFLICT (CAAC). Site de organização, 2021. Disponível em < <https://childrenandarmedconflict.un.org/>>. Último acesso em novembro de 2021.

OFFICE OF SPECIAL REPRESENTATIVE ON CHILDREN AND ARMED CONFLICT (CAAC). **The Six Grave Violations Against Children During Armed Conflict: The Legal Foundation** (Working Paper N° 1). Nova Iorque, Nações Unidas, 2013. Disponível em < [https://childrenandarmedconflict.un.org/publications/WorkingPaper-1\\_SixGraveViolationsLegalFoundation.pdf](https://childrenandarmedconflict.un.org/publications/WorkingPaper-1_SixGraveViolationsLegalFoundation.pdf)>. Último acesso em novembro de 2021.

OFFICE OF SPECIAL REPRESENTATIVE ON CHILDREN AND ARMED CONFLICT (CAAC). **Graça Machel and the Impact of Armed Conflict on Children**. Office of Special Representative on Children and Armed Conflict, 2021. Disponível em < <https://childrenandarmedconflict.un.org/about/the-mandate/mandate/the-machel-reports/>>. Último acesso em novembro de 2021.

OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL ON SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT. SRSG Patten video message for the "Launch of the EuroWARCHILD Project – What Does it Mean to be a Child Born of War?". **Organização das Nações Unidas**, Nova Iorque, 1 June 2022. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolencein-conflict/statement/srsg-patten-video-message-for-the-launch-of-the-eurowarchild-project-what-does-it-mean-to-be-a-child-born-of-war-1-june-2022/>. Último acesso em julho de 2022.

OLIVEIRA, Camile; BAINES, Erin. Securing the Future: Transformative Justice and Children 'Born of War'. **Social & Legal Studies**, p. 1–21, 2020.

OMERDIC, Muharem. The position of the Islamic community on the care for children of raped mothers. In: TOKACA, Mirsad (org.). **The Plucked Buds**. Sarajevo: Commission for Gathering Facts on War Crimes in Bosnia and Herzegovina, 2002. p. 428–432.

OO, Phyu Phyu; DAVIES, Sara. Access to Whose Justice? Survivor-Centered Justice for Sexual and Gender-Based Violence in Northern Shan State. **Global Studies Quarterly**, v. 1, n. 3, p. 1-10, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on conflict-related sexual violence**. Assembleia Geral das Nações Unidas, S/2018/250, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conflict Related Sexual Violence: Report of the United Nations Secretary-General**. Assembleia Geral das Nações Unidas, S/2019/280, 2019a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conflict-related sexual violence: Report of the Secretary-General**. Conselho de Segurança da ONU, S /2021/312, 2021b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1989. Disponível em <<https://www.unric.org/html/portuguese/humanrights/Crianca.pdf>>. Último acesso em setembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos da Criança**, 1959. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Último acesso em setembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 1325**. Nova Iorque: 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 1820**. Nova Iorque: 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 1888**. Nova Iorque: 2009a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 1889**. Nova Iorque: 2009b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 1960**. Nova Iorque: 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 2106**. Nova Iorque: 2013a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 2122**. Nova Iorque: 2013b.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 2242**. Nova Iorque: 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 2467**. Nova Iorque: 2019b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 2493**. Nova Iorque: 2019c.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 827**. Nova Iorque: 1993. Disponível em: [https://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute\\_827\\_1993\\_en.pdf](https://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_827_1993_en.pdf). Último acesso em junho de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução do Conselho de Segurança 955**. Nova Iorque: 1994. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/955>. Último acesso em junho de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Special measures for protection from sexual exploitation and abuse: Report of the Secretary-General**. Assembleia Geral das Nações Unidas, A/75/754, 2021a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Women and girls who become pregnant as a result of sexual violence in conflict and children born of sexual violence in conflict: Report of the Secretary-General**. Conselho de Segurança da ONU, S /2022/77, 2022.

OTTO, Dianne. The Exile of Inclusion: Reflections on Gender Issues in International law over the last Decade. **Journal of International Law**, v.10, n.1, 2009.

PARASHAR, Swati. What wars and 'war bodies' know about international relations. **Cambridge Review of International Affairs**, v.26, n.4, pp. 615-630, 2013.

PARRA, Tatiana; IACONO, Sergio. (Re)Productive Discourses: Media Coverage of Children Born of War in Colombia. **Bulletin of Latin American Research**, p.1-15, 2019.

PRATT, Marion; WERCHICK, Leah. Sexual Terrorism: Rape as a Weapon of War in Eastern Democratic Republic of Congo, **USAID/DCHA Assessment Report**, 2004. Disponível em: <http://www.peacewomen.org/resources/DRC/USAIDDCDCHADRC.pdf>. Último acesso em novembro de 2021.

PROVOST, René; DENOV, Myriam. From violence to life: children born of war and constructions of victimhood. **International Law and Politics**, v. 53, n. 1, p.1-70, 2020.

PUPAVAC, Vanessa. The International Children's Rights Regime. In: CHANDLER, David. **Rethinking Human Rights: Critical Approaches to International Politics**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003. p. 57-78.

QVORTRUP, Jens (ed.). **Childhood as a Social Phenomenon: Lessons from an International Project: International Conference**. Billund, Denmark, 24-26 September, 1991. European Centre for Social Welfare Policy and Research, 1991.

QVORTRUP, Jens. Childhood as a structural form. In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William; HONIG, M.S. (orgs.). **The Palgrave Handbook of Childhood Studies**. Houndmills: Palgrave, 2009. p. 21-33.

RAE, Heather. **State Identities and the Homogenization of Peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

REID-CUNNINGHAM, Allison Ruby. Rape as a Weapon of Genocide. **Genocide Studies and Prevention**, v.3, n.3, p. 279–296, 2008.

RINALDO, Rachel. RIGHTS-RWANDA: Women Survivors of the Rwandan Genocide Face Grim Realities. **Inter Press Service**, 6 de abril de 2004. Disponível em <http://www.ipsnews.net/2004/04/rights-rwanda-women-survivors-of-the-rwandan-genocide-face-grim-realities/>. Último acesso em novembro de 2021.

ROHWERDER, Brigitte. Reintegration of children born of wartime rape. **K4D Helpdesk Report 628**, Institute of Development Studies, 2019.

ROSS, F. **Bearing Witness: Women and the Truth and Reconciliation Commission in South Africa**. London: Pluto Press, 2003.

ROUPTZ, Sophie; DELIC, Amra; GLAESMER, Heide. An intergenerational perspective on conflict-related sexual violence against women: female survivors and their children born of war rape. In: LEE, Sabine; GLAESMER, Heide; STELZL-MARX, Barbara. **Children born of war: past, present and future**. Londres: Routledge, 2021. p.111-135.

RUSSELL-BROWN, Sherrie. Rape as an Act of Genocide. **Journal of International Law**, v.21, n.2, p.350-374, 2003.

SAME. Site de organização. Disponível em: <https://www.same-network.org/children-born-war>. Último acesso em abril de 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp.49-82.

SECURITY COUNCIL REPORT. Arria-formula Meeting on Children Born of Sexual Violence in Conflict Zones. **Security Council Report**, Nova Iorque, 25 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2018/10/arria-formula-meeting-on-children-born-of-sexual-violence-in-conflict-zones.php>. Último acesso em julho de 2022.

SECURITY COUNCIL REPORT. Arria-formula Meetings. **Security Council Report**, Nova Iorque, 16 de dezembro de 2020. Disponível em:

<https://www.securitycouncilreport.org/un-security-council-working-methods/arria-formula-meetings.php>. Último acesso em julho de 2022.

SEED FOUNDATION. **Children Born of the ISIS War**. Erbil: Seed Foundation, 2020. 18p.

SEIFERT, Ruth. War and Rape: A Preliminary Analysis. In: STIGLMAYER, Alessandra. (org.). **Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994. p. 54-72.

SEMA. Born of war, a “forgotten” child speaks. **SEMA**, Haia, 19 de março de 2020. Disponível em: <https://www.semanetwork.org/born-of-war-a-forgotten-child-speaks/>. Último acesso em abril de 2022.

SETO, Donna. Children born of wartime sexual violence and the limits of existence. **Peacebuilding**, v.3, n.2, pp. 171 -185, 2015.

SETO, Donna. **No place for a war baby: the global politics of children born of wartime sexual violence**. Nova Iorque: Routledge, 2016. 218p.

SHARLACH, Lisa. Gender and genocide in Rwanda: Women as agents and objects of Genocide. **Journal of Genocide Research**, v.1, n.3, p.387-399, 1999.

SHEPHERD, I. Sex, Security and Superhero(in)es: from 1325 to 1820 and Beyond. **International Feminist Journal of Politics**, v.13, n.4, p.504–521, 2011.

SIEFERT, Ruth. War and rape: A preliminary analysis. In: STIGLMAYER, Alexandra. **Mass rape: The war against women in Bosnia-Herzegovina**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994. p.54-72.

SILVA, Igor. **Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. 2011. 178 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SJOBERG, Laura. Agency, Militarized Femininity and Enemy Others: Observations from The War in Iraq. **International Feminist Journal of Politics**, v.9, n.1, p.82–101, 2007.

SOH, Chunghee. From imperial gifts to sex slaves: theorizing symbolic representations of the “comfort women”. **Social Science Japan Journal**, v.3, n.1, p.59–76, 2000.

SOH, Chunghee. **The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan**. Chicago: University of Chicago Press, 2009. 384p.

SPEKE, John Hanning. The journal of the discovery of the source of the Nile. Nova York: **Harper & Brothers**, 1864.

STELZL-MARX, Barbara; SATJUKOW, Sillke. **Besatzungskinder: Die Nachkommen Allierter Soldaten in Österreich und Deutschland**. Viena: Bohlau Verlag, 2015. 538p.

STIGLMAYER, Alessandra. The rapes in Bosnia-Herzegovina In: **Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994. p.82-169.

STOTZ, Lina et al. Children Born of War Should be More Than an Afterthought. **Prio Blogs**, Oslo, 6 de março de 2022. Disponível em: <https://blogs.prio.org/2022/03/children-born-of-war-should-be-more-than-an-afterthought/>. Último acesso em agosto de 2022.

SWAINE, Aisling. Addressing the Gendered Interests of Victims/Survivors of Conflict-Related Sexual Violence and Their Children Through National Action Plans on Women, Peace and Security. **Journal of Asian Security and International Affairs**, v. 7, n.2, p.145–176, 2020.

TABAK, Jana. **As vozes de ex-crianças soldado: reflexões críticas sobre o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração das Nações Unidas**. Rio de Janeiro, 2009, 169f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TABAK, Jana. **The Child and the World: Child-Soldiers and the Claim for Progress**. Athens: University of Georgia Press, 2020.

TANAKA, Yuki. **Japan's Comfort Women: Sexual Slavery and Prostitution During World War II and the Us Occupation**. Nova Iorque: Routledge, 2001. 232p.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, v.25, n.1, p.47-80, 2003.

THEIDON, Kimberly. Hidden in Plain Sight: Children Born of Wartime Sexual Violence. **Current Anthropology**, v.56, n.12, 2015.

THOMASSEN, Lasse. Poststructuralism and Representation. **Political Studies Review**, v. 15, n.4, p. 539–550, 2017.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, v.41, n.4, p.611-632, 1997.

TRUE, Jacqui. Continuums of Violence and Peace: A Feminist Perspective. **Ethics & International Affairs**, v.34, n.1, p.85-95, 2020.

TRUE, Jacqui. Feminism. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, Andrew (org.). **Theories of International Relations**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996. pp. 210-251.

UNA053 (UNITED NATIONS AGAINST SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT). **Coordinated Action to Respond to the Needs of Child Born of Rape, Children Born to ISIL Fighters, and Their Survivor Mothers**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2019. 13p.

UNICEF. **Machel Study 10-Year Strategic Review: Children and Conflict in a Changing World**. Nova Iorque: UNICEF, 2009. 224p.

UNICEF. Site da organização. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>>. Último acesso em setembro de 2021.

UNITED NATIONS AGAINST SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT. **Conflict Related Sexual Violence: Report of the United Nations Secretary-General**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2019a. 60p.

UNITED NATIONS AGAINST SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT. **Report of the Administrative Agent of the UN Action Against Sexual Violence in Conflict Multi-Partner Trust Fund for the period 1 January 2009 – 31 December 2019**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2020. 120p.

UNITED NATIONS AGAINST SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT. **Seeking Care, Support and Justice for Survivors of Conflict Related Sexual Violence in Bosnia and Herzegovina (CRSV BiH – UN Action II) – UNA037**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2019b. 32p.

UNITED NATIONS. Secretary-General's message on the International Day for the Elimination of Sexual Violence in Conflict - "The Plight and Rights of Children Born of War". **United Nations**, Nova Iorque, 19 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2018-06-19/secretary-generals-message-international-day-elimination-sexual>. Último acesso em novembro de 2021.

UNPD (United Nations Development Programme). **Report of the Administrative Agent of the UN Action Against Sexual Violence in Conflict Fund for the period 1 January – 31 December 2018**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2019. 41p.

VERLOREN. The history of Unicef. In: **The United Nations Children's Fund (UNICEF)**. New York: Chelsea House Publishers, 2009. p.25-39.

WAGNER, Kristin et al. "If I was with my father such discrimination wouldn't exist, I could be happy like Other people": a qualitative analysis of stigma among peacekeeper fathered children in the Democratic Republic of Congo. **Conflict and health**, v. 14, n. 76, p. 1-15, 2020.

WATSON, Alison. Children Born of Wartime Rape: Rights and Representations. **International Feminist Journal of Politics**, v. 9, n. 1, p. 20-34, 2007.

WATSON, Alison. Resilience is its own resistance: the place of children in post-conflict settlement. **Critical Studies on Security**, v. 3, n. 1, p.47–61, 2015.

WATSON, Alison. Children and International Relations: a new site of knowledge? **Review of International Studies**, v.32, n. 2, p 237 – 250, 2006.

WATSON, Alison. Seen but not heard: the role of the child in international political economy. **New Political Economy**, v.9, n.1, p.3-21, 2004.

WATSON, Miranda. Wartime Sexual Violence: Women's Human Rights and Questions of Masculinity. **Review of International Studies**, v.33, n.1, p.75-90, 2007. e ZALEWSKI, Marysia et al. **Sexual Violence Against Men in Global Politics**. Londres: Routledge, 2020. 278p.

WAX, Emily. Rwandans Are Struggling To Love Children of Hate. **The Washington Post**, Washington, 28 de março de 2004. Disponível em [https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2004/03/28/rwandans-are-struggling-to-love-children-of-hate/dd942c7b-9287-42cc-8763bd0675c0b73f/?utm\\_term=.537a96b88f36](https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2004/03/28/rwandans-are-struggling-to-love-children-of-hate/dd942c7b-9287-42cc-8763bd0675c0b73f/?utm_term=.537a96b88f36) . Último acesso em abril de 2022.

WIBBEN, Annick. Everyday Security, Feminism, and the Continuum of Violence. **Journal of Global Security Studies**, v.0, n.0, p.1-7, 2019.

YOSHIMI, Yoshiaki. **Comfort Women: Sexual Slavery in the Japanese Military during WWII**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2002.

YOUNG, Iris Marion. The logic of masculinist protection: reflections on the current security state. **Signs**, v.29, n.1, p.1-25, 2003.

ZAHILIC-KAURIN, A. The Muslim Woman. In: STIGLMAYER, Alessandra. (org.). **Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994. p. 170- 173.

ZAWATI, Hilmi. Gendered Violence as a Weapon of Mass Destruction. In: **The Triumph of Ethnic Hatred and the Failure of International Political Will: Gendered Violence and Genocide in the Former Yugoslavia and Rwanda**. Nova Iorque: The Edwin Mellen Press, 2010. p. 139-197.



## 7. Anexos

**Tabela 1 – Números de crianças nascidas de estupro nos diversos contextos nos quais este fenômeno se manifestou – séculos XX e XXI <sup>83</sup>**

País	Ano do conflito	Número de crianças nascidas de estupro
França e Reino Unido/Alemanha	1914-1917	15.000
Japão/Coréia	1940-1945	Acima de 100
Estados Unidos/Reino Unido	1941-1948	23.000
Canadá/Reino Unido	1940-1947	Acima de 22.000
Canadá/Resto da Europa (Holanda, em especial)	1945-1946	8.000
Estados Unidos/ Oeste da Alemanha	1945-1956	96.000
Estados Unidos/Coréia	1950	Acima de 2.000
Alemanha/Noruega	1940-1945	12.000
Alemanha/França	1941-1945	80.000
Alemanha/Holanda	1941-1945	10.000 – 50.000
Áustria/Estados Unidos	1945-1955	Acima de 2.000
Estados Unidos/Filipinas	1965-1982	52.000
Timor Leste	1975-1999	5.000
Estados Unidos/Vietnã	1965-1975	40.000
Peru	1990-2001	Acima de 400
Libéria	1990-1998	Acima de 25.000
Bósnia	1992-1995	Acima de 10.000
Ruanda	1994	Acima de 25.000

Fonte: Adaptado de Carpenter 2005; Seto, 2016; WCIP, 2021.

---

83- Como é possível notar, nem todos os contextos foi possível ter acesso aos números de crianças nascidas de estupro. Porém, caso haja interesse em conhecer os outros territórios nos quais houve crianças nascidas de estupro, consultar o Quadro 1, trabalhado no Capítulo 2 dessa pesquisa.